

Relatório de Atividades

2013

4ª Câmara de Coordenação e Revisão
do MPF

Apresentação

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão exerce o papel, no âmbito do MPF (MPF), de coordenar, integrar e revisar as ações institucionais destinadas à defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural brasileiro.

Foi instituída pela Resolução nº 6, de 16 de dezembro de 1993 (Revogada pela Resolução nº 20, de 6/2/96) do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), com base nos artigos 58 a 62 da Lei Complementar 75/93, que definem a organização, o funcionamento, a composição e a competência das Câmaras de Coordenação e Revisão.

Tem como principais atribuições: a) promover a integração e a coordenação dos órgãos do MPF que atuem em ofícios ligados ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, observado o princípio da independência funcional; b) decidir os conflitos de atribuição entre os órgãos do MPF exceto quando o caso exigir a manifestação do Conselho Institucional, conforme previsto no Art. 11, inciso II da Resolução n.º 20 do Conselho Superior do MPF (CSMPF); c) deliberar sobre o arquivamento de procedimentos administrativos e inquéritos civis, relativos à matéria ambiental e ao patrimônio cultural, salvo os casos de competência originária do Procurador-Geral da República.

Destacam-se as seguintes matérias objeto de análise, tanto por parte dos Membros que atuam na temática da Câmara, quanto nas áreas de perícia, coordenação e revisão:

Meio Ambiente

- Biossegurança e organismos transgênicos
- Espaços Territoriais Especialmente Protegidos:
 - Área de preservação permanente
 - Reserva legal
 - Unidades de conservação
- Fauna
- Flora
- Gestão ambiental
- Licenciamento ambiental
 - Assentamentos de reforma agrária
 - Empreendimentos turísticos
 - Energia
 - Infraestrutura
 - Plantas industriais
- Mineração
- Ordenamento territorial
- Patrimônio genético
- Poluição
- Produtos controlados
- Recursos hídricos
- Saneamento
 - Água
 - Efluentes
 - Resíduos sólidos

Patrimônio Cultural

- Espaços destinados a manifestações artístico-culturais
- Gestão e fomento
- Patrimônio arqueológico
 - Bens
 - Sítios
- Patrimônio arquitetônico
 - Bens imóveis e monumentos
 - Conjuntos urbanos e sítios históricos
- Patrimônio ferroviário
- Patrimônio imaterial
 - Formas de expressão
 - Modos de criar, fazer e viver
- Patrimônio móvel
 - Bens arquivísticos
 - Bens artísticos, históricos e científicos
 - Bens audiovisuais
 - Bens bibliográficos
- Patrimônio natural
 - Bens paleontológicos
 - Sítios ecológicos e científicos
 - Sítios espeleológicos
 - Sítios paisagísticos
 - Sítios paleontológicos
- Patrimônio simbólico
 - Datas comemorativas
 - Nomes
 - Símbolos nacionais

A 4ª CCR é composta por três Membros do MPF, um indicado pelo Procurador-Geral da República e dois pelo CSMPF, juntamente com os Membros suplentes, para um mandato de dois anos,

entre integrantes do último grau de carreira, sempre que possível.

Um dos integrantes da Câmara de Coordenação e Revisão é designado pelo Procurador-Geral da República para a função executiva de Coordenador.

Na estrutura organizacional das Câmaras, definida na Portaria PGR nº 686, de 19/12/2011, como parte do processo de modernização administrativa do MPF, foram criados os cargos de Secretário Executivo e as Assessorias Administrativa, de Coordenação, Pericial e de Revisão. O cargo de Secretário Executivo, com a configuração de gabinete da Câmara, conta com o apoio de quatro assessores, concentrando suas funções no assessoramento ao Coordenador da Câmara e aos Membros que atuam na matéria de meio ambiente e patrimônio cultural, como também nas questões operacionais.

Para assessorar os Membros do MPF, a 4ª CCR dispõe de analistas do MPU/Perícia, analistas processuais, técnicos administrativos e assessores.

Tal equipe atua em tarefas especializadas, necessárias às atividades institucionais, como realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e análises de documentos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e

parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais, inclusive como assistente técnico, quando indicado pela autoridade superior; participar de projetos, convênios e programas de interesse do Ministério Público, em conjunto com outras instituições; participar de eventos externos e reuniões internas quando determinado pela autoridade superior; assessorar tecnicamente Grupos de Trabalho. Essas atividades serão exercidas no limite das atribuições profissionais de cada especialidade.

Nas Procuradorias da República nos Estados já foram lotados peritos na Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, conforme detalhado no item 1.3.3 (Equipe – Assessoria Pericial).

Este relatório, apresentado conforme disposto na Resolução CSMPF do MPF nº 20, de 06 de fevereiro de 1996, art. 7º, III, sintetiza as principais atividades desenvolvidas por esta Câmara de Coordenação e Revisão no ano de 2013.

Sumário

1	Introdução	i	4.7	Grupos de Trabalho	28
2	Composição	1	4.7.1	GT Águas	35
2.1	Colegiado da 4ª CCR	1	4.7.2	GT Amazônia Legal	38
2.2	Coordenadores Estaduais	1	4.7.3	GT Área Preservação Permanente	39
2.3	Procuradorias da República nas Regiões	1	4.7.4	GT Energia Nuclear	39
2.4	Representantes Comissões e Conselhos	2	4.7.5	GT Fauna	46
2.5	Equipe	4	4.7.6	GT Grandes Empreendimentos	47
2.5.1	Secretaria Executiva	4	4.7.7	GT Mineração	57
2.5.2	Assessoria Administrativa	4	4.7.8	GT Patrimônio Cultural	61
2.5.3	Assessoria de Coordenação	4	4.7.9	GT Pesca	67
2.5.4	Assessoria de Revisão	4	4.7.10	GT Regularização Fundiária em Unidades de Conservação	62
2.5.5	Assessoria Pericial	4	4.7.11	GT Transgênicos e Agrotóxicos	69
3	Atividades Exercício da Função de Revisão	7	4.7.12	Projeto Paria Limpa	71
3.1	Documentos Recebidos	8	4.8	Atos do Colegiado	73
3.2	Documentos Deliberados	11	4.8.1	Enunciados	73
3.2.1	Promoção de Arquivamento	15	4.8.2	Portarias	74
3.2.2	Declínio de Atribuição	16	4.8.3	Recomendações	75
3.2.2	Conflito de Atribuição	17	4.9	Acompanhamento de Procedimentos de Procedimentos Instaurados	76
3.2.4	Outros	18	4.9.1	Documentos Instaurados	76
4	Atividades Exercício Função de Coordenação	19	4.10	Publicações	80
4.1	Coordenação Estadual	19	4.10.1	Informativo Eletrônico	80
4.2	Eventos Apoiados pela 4ª CCR	19	4.10.2	Manual dos Grupos de Trabalho	81
4.3	Eventos Promovidos pela 4ª CCR	22	4.10.3	Roteiro de cadastramento de Documentos	81
4.4	Participação em Audiências Públicas	24	4.10.4	Sítios Eletrônico	82
4.5	Outros Eventos	28	4.10.5	Outras Atividades	84
4.6	Iniciativas	28	4.10.6	Reuniões e eventos com a Participação do Coordenador	84
			5	Atividades de Perícia	87
			6	Atividades Administrativas	93

Introdução

A 4ª Câmara, no ano de 2013, realizou 25 reuniões do seu Colegiado, deliberando nesse período sobre 2.876 procedimentos. Esse resultado foi possível pela ativa participação dos Membros, titulares e suplentes, bem como de todos os servidores envolvidos que se empenharam no exame e no trâmite desse grande número de expedientes.

Inspirado na Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) – em vigor desde o dia 16 de maio de 2012 – o presente documento busca ir além de um simples informe executivo, oferecendo à sociedade uma visão geral das medidas e instrumentos adotados pelo MPF na busca pela efetiva atuação na área de meio ambiente e patrimônio cultural.

Dois projetos da 4ª CCR foram vencedores, no ano de 2013, do Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP): Carne Legal e Atlas do MPF, dentre 414 projetos inscritos. O Projeto Carne Legal, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho – Amazônia Legal, ficou em 1º lugar na categoria Transformação Social e o Atlas do MPF em 3º lugar em Profissionalização da Gestão.

O Atlas do MPF foi desenvolvido pelo analista/perito em geografia, Valdir Carlos da Silva Filho, lotado na 4ª CCR, e mapeou a abrangência territorial exata das unidades do MPF. Com isso, permite a produção de

mapas temáticos que cruzem esse dado com outros que sejam de interesse da instituição. A iniciativa potencializa diagnósticos espaciais, facilita o planejamento e o controle e pode evoluir para um sistema de informações geográficas. Além disso, para o público externo, tem como vantagens a localização das unidades e a facilidade do acesso à informação.

No que se refere aos Grupos de Trabalho (GTs), destaca-se a continuidade da atuação com a finalidade de auxiliar a Câmara no alcance das metas relacionadas à matéria de meio ambiente e patrimônio cultural.

Pela Portaria 4ª CCR nº 19, de 24 de setembro de 2013, os GTs passaram a ter nova regulamentação.

Atualmente, estão em atuação 12 (dez) GTs, sendo três intercamerais: Grandes Empreendimentos, Regularização Fundiária de Unidades de Conservação e Transgênicos, e um Projeto — Projeto Praia Limpa, conforme detalhado no relato das atividades de Coordenação.

Em atenção à deliberação do 19º Encontro Nacional da 4ª CCR, realizado na Cidade de Aracaju/SE em outubro/2012, no tocante à necessidade de uma atuação mais próxima da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão aos assuntos específicos de cada região/estado do País, optou-se pela realização em 2013 de 4 encontros estaduais e 5 encontros regionais, em detrimento de

um único encontro anual envolvendo todas as Procuradorias. Destacamos que esses encontros possibilitaram reunir no total 159 Membros do MPF de todo o País, para debaterem e proporem melhorias na atuação institucional nas mais diversas áreas de meio ambiente e patrimônio cultural.

A realização desses encontros também decorre da elaboração do Planejamento Estratégico da Câmara, que na perspectiva “Aprendizado e Crescimento”, objetivo “Construir uma cultura de unidade institucional e sentimento de engajamento”, bem como na perspectiva “Processos internos”, objetivo “Aprimorar a atividade de coordenação com foco em resultados” prevê:

- a. construir um ambiente de compartilhamento e trocas de experiências para uma atuação uniforme (encontros, grupos de discussão, reuniões temáticas);
- b. inovar na atuação de coordenação mediante implementação de novos mecanismos (ex: operações temáticas);
- c. necessidade de atuação plena (cível e criminal) nas questões ambientais e de patrimônio cultural;
- d. promover o diálogo entre membros e servidores nas questões ambientais;
- e. incentivar a atuação conjunta e coordenada em nível regional.

Registra-se, também, o envolvimento institucional dos seus servidores, empregados terceirizados e estagiários – equipe multidisciplinar e altamente capacitada para exercer assessoria aos

Membros nas atividades de apoio revisional, coordenação e perícia.

Ressaltamos que a grande variedade de questões na temática da Câmara não pode ser adequadamente tratada de maneira centralizada em um País de dimensões continentais como o Brasil. Portanto, faz-se necessário desenvolver e implementar mecanismos regionais ou estaduais de Coordenação, para tratar detalhadamente das estratégias de atuação, na perspectiva local, diante das respectivas realidades e peculiaridades.

Nesse sentido, como primeiro passo nessa direção, o Colegiado regulamentou, por meio da Portaria 4ª CCR, nº 20, de 24 de setembro de 2013, que cada estado deve contar com pelo menos um Coordenador e um suplente em cada unidade da federação e nas Procuradorias Regionais da República, cujas atribuições também foram definidas na referida Portaria.

Além disso, têm-se realizado esforços no sentido de buscar o estabelecimento de número mínimo de Procuradores para atuar na temática da Câmara; como também a definição de matérias por ofício em todas as unidades do MPF, a fim de possibilitar a comunicação com os Membros que atuam na área, especialmente considerando a alta rotatividade de Membros nas Procuradorias nos Estados e Municípios.

A utilização dos instrumentos cíveis ou penais podem repercutir um no outro, em

razão da possibilidade de viabilizar a reparação do dano ambiental nos autos da ação penal, por meio da transação penal ou suspensão condicional do processo. Tais instrumentos podem e devem ser usados em cada caso, conforme a relevância da questão e a resposta demandada. Por esse motivo, a unificação das atribuições cível e criminal em todas as Unidades do MPF, envolvendo lesões ao meio ambiente e ao patrimônio cultural brasileiro, é uma congruência. Consequentemente, evita-se que a Câmara, que é temática, atue somente com metade da sua atribuição e, do mesmo modo, fortalece a viabilidade para que os ofícios na primeira instância também se organizem da mesma forma.

À vista disso, a Câmara tem buscado incluir entre as suas atribuições, a coordenação e revisão de feitos criminais relacionados ao meio ambiente e patrimônio cultural.

Composição

Colegiado da 4ª CCR

- Portaria nº 311, de 11/06/12)

- Membros Titulares

Mario José Gisi

*Subprocurador-Geral da República -
Coordenador*

Sandra Verônica Cureau

Subprocuradora-Geral da República

**Julieta Elizabeth F. Cavalcanti de
Albuquerque**

Subprocuradora-Geral da República

- Portaria nº 363, de 27/06/12)

- Membros Suplentes

Helenita Amélia Gonçalves Caiado de Acioli

Subprocuradora-Geral da República

Fátima Aparecida de Souza Borghi

*Procuradora Regional da República – 3ª
Região*

Nívio de Freitas Silva Filho

*Procurador Regional da República – 2ª
Região*

- Até 24 de junho de 2012 (Portaria PGR nº 104, de 10/03/11)

- Membros Titulares

Mario José Gisi

*Subprocurador-Geral da República -
Coordenador*

Sandra Verônica Cureau

Subprocuradora-Geral da República

Paulo Vasconcelos Jacobina

*Procurador Regional da República – 1ª
Região*

- Membros Suplentes

Lindôra Maria Araújo

Subprocuradora-Geral da República

(Afastada a partir de 25 de outubro de 2011)

Maria Célia Mendonça

Subprocuradora-Geral da República

José Leonidas Bellem de Lima

*Procurador Regional da República – 3ª
Região*

Coordenadores Estaduais, Suplentes, Vice-Coordenadores Estaduais e Subcoordenadores Estaduais

Acre

Vitor Hugo Caldeira Teodoro – Coordenador Estadual

Alagoas

Raquel Teixeira Maciel Rodrigues – Coordenadora Estadual

Amapá

Luís de Camões Lima Boaventura - Coordenador Estadual

Amazonas

Rafael da Silva Rocha - Coordenadora Estadual

Bahia

Caroline Rocha Queiroz – Coordenadora Estadual

Ceará

Alessander W. Cabral Sales – Coordenador Estadual

Distrito Federal

Felipe Fritz Braga – Coordenador Estadual

Espírito Santo

*Júlio César de Castilhos Oliveira Costa –
Coordenador Estadual*

Goiás

Léa Batista de Oliveira – Coordenador Estadual

Maranhão

Alexandre Silva Soares – Coordenador Estadual

Mato Grosso

Felipe Almeida Bogado Leite – Coordenador Estadual

Mato Grosso do Sul

*Marco Antônio Delfino de Almeida –
Coordenador Estadual*

Minas Gerais

Mírian do Rozário Moreira Lima – Coordenadora Estadual

Pará

José Augusto Torres Potiguar – Coordenador Estadual

Paraíba

Renan Paes Félix – Coordenador Estadual

Paraná

João Akira Omoto – Coordenador Estadual

Raphael Otávio Bueno Santos – Vice-Coordenador Estadual

Pernambuco

Anastácio Nóbrega Tahim Junior – Coordenador Estadual

Piauí

Tranvanvan da Silva Feitosa – Coordenador Estadual

Rio de Janeiro

Gisele de Lima Porto Leite – Coordenadora Estadual

Rio Grande do Norte

Fábio Nesi Venzon – Coordenador Estadual

Rio Grande do Sul

Nilo Marcelo de A. Camargo – Coordenador Estadual

Fábio Magrineli Coimbra – Vice-Coordenador Estadual

Rondônia

Gisele de O. Bleggi Cunha – Coordenadora Estadual

Roraima

Paulo Taek Keun Rhee – Coordenador Estadual

Santa Catarina

Ricardo Kling Donini – Coordenador Estadual

Analúcia de Andrade Hartmann – Vice-Coordenador Estadual

São Paulo

José Leônidas Bellém de Lima – Coordenador Estadual

Paulo Eduardo Bueno – Vice-Coordenador Estadual

José Donizetti Molina Daloia – Subcoordenador Estadual

Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho – Subcoordenador Estadual

Luís Roberto Gomes – Subcoordenador Estadual

Sergipe

Gicelma Santos do Nascimento – Coordenadora Estadual

Tocantins

Álvaro Lotufo Manzano – Coordenador Estadual

Procuradorias da República nas Regiões

1ª Região – Distrito Federal

Eliana Peres Torelly de Carvalho - Coordenadora Regional

2ª Região – Rio de Janeiro

Nívio de Freitas Silva Filho- Coordenador Regional

3ª Região – São Paulo

José Leônidas Bellém de Lima - Coordenador Regional

4ª Região – Rio Grande do Sul

Adriana Zawada Melo - Coordenadora Regional

5ª Região – Recife

Sônia Maria de Assunção Madeira - Coordenadora Regional

João Bosco Araújo Fontes Júnior - Suplente

Comissões e Conselhos

Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio)

Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Procurador Regional da República – 1ª Região

Anselmo Henrique Lopes (Colaborador)

Procurador da república no Distrito Federal

Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Zani Cajueiro Tobias de Souza

Procuradora da República em Minas Gerais

Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

José Leônidas Bellem de Lima – Titular

Procurador Regional da República – 3ª Região

Ana Cristina Bandeira Lins – 2ª Suplente

Procuradora da República no Estado de São Paulo

Sônia Maria de Assunção Maciera – 1ª Suplente

Procuradora Regional da República – 5ª Região

(A pedido, foi solicitada a sua substituição)

Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)

Ana Cristina Bandeira Lins – Titular

Procuradora da República no Estado de São Paulo

Adriana Zawada Melo

Procuradora Regional da República – 4ª Região

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Anaíva Oberst Cordovil - Titular

Procuradora Regional da República – 2ª Região

Adriana Zawada Melo – Suplente

Procuradora Regional da República – 4ª Região

Rodrigo da Costa Lines - Suplente

Procurador da República no Município de São Pedro da Aldeia

Câmara Técnica Temática (CTT) do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas do MMA:
CTT1 - Planejamento Territorial, Monitoramento e Desenvolvimento Sustentável

Anaiva Oberst Cordovil – Titular

Procuradora Regional da República – 2ª Região

Maria Resende Cappucci – Suplente

Procuradora da República no Município de São Miguel do Oeste

CTT2 - Fortalecimento Institucional Socioambiental

Maria Resende Cappucci – Titular

Procuradora da República no Município de São Miguel do Oeste

Anaiva Oberst Cordovil - Suplente

Procuradora Regional da República – 2ª Região

Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI- GERCO) do MMA

Gisele Elias de Lima Porto Leite

Procuradora da República no Rio de Janeiro

Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea)

Anaiva Oberst Cordovil – Titular (Observadora)

Procuradora Regional da República – 2ª Região

Equipe

Secretaria Executiva

Denise Christina de Rezende Nicolaidis

Secretária Executiva

Assessoria Administrativa

Paulo Knupp dos Santos

Assessor-Chefe

Chrystianne Maria Cruz Quevedo

Técnica Administrativa

Elzimar Maria de Moura

Auxiliar Operacional

Gustavo Antônio de Sousa Noletto

Estagiário de Administração

Leandro Reinaldo Souza

Técnico Administrativo

Leydson Rodrigues Carvalho Silva

Técnico Administrativo

Miguelina Pereira da Rocha

Técnica Administrativa – Substituta eventual do

Assessor-Chefe

Paulo Luiz da Silva

Auxiliar Operacional

Assessoria de Coordenação

Rosana Claudia Howe Arsn

Assessora-Chefe

Juliana Caetano Silva

Analista Processual – Substituta eventual da
Assessora-Chefe

Mônica de Moraes Pimentel Abbad Silveira

Técnica Administrativa

Patrícia Camelo Granato

Técnica Administrativa

Rubens Hisanari Matsushita

Técnico Administrativo

Assessoria de Revisão

Lívia Tércia de Barros e Nascimento

Assessora-Chefe

Ana Carolina Moita Araújo

Analista Processual

Ariel Alexandre Villa Real Ferreira Ramos

Analista Processual

Ayres Cristinne Rabelo Ferreira Santos

Analista Processual

Denise Guerreiro Antunes Gomes Pereira

Técnica Administrativa

Juliana Caetano Silva

Analista Processual

Kristiane Santos Resende

Analista Processual

Luís Felipe Maciel Bezerra de Melo

Analista Processual

Marília de Almeida Pinto Takaki

Analista Processual

Vittor Clemente Lara de Oliveira

Analista Processual- Substituto eventual da
Assessora-Chefe

Núcleo de Apoio ao Colegiado

Lucimeire Carneiro Tavares

Técnica Administrativa

Kaline Félix da Silva

Técnico Administrativo

Leila Aparecida da Fonseca Bueno

Técnico Administrativo

Mariana Mieko Mandai

Técnico Administrativo

Sohelly Camilo de Souza

Estagiária em Administração

Assessoria Pericial

Marco Antonio Bichara

Assessor-Chefe (a partir de 23 de abril)

Mirtes Magalhães Duarte

Assessora-Chefe (até 22 de abril)

Alan dos Santos Brasil

Engenheiro Sanitarista

Alan Yukio Mochinski

Engenheiro Florestal (Cedido a partir de 30 de
abril)

Alessandro Filgueiras da Silva

Biólogo

Amy Vasconcelos de Souza

Engenheira Sanitarista

Aurélio Rodrigues de Loiola Júnior

Arquiteto

Carlos Alberto de Sousa Correia

Biólogo

Clauber Moraes Pachêco

Biólogo

Cristina de Queiróz Telles Maffra

Geóloga

Dalma Maria Caixeta
Engenheira Sanitarista

Giancarlo Brugnara Chelotti
Engenheiro Florestal

Humberto Alcântara Ferreira Lima
Geólogo

Isabel Cavalcante Waga
Bióloga

Joanildo Santiago de Souza
Engenheiro Florestal

Juliana Sarkis Costa
Engenheira Agrônoma

Kênia Gonçalves Itacaramby
Antropóloga

Luciana Adele Maria Bucci
Bibliotecária

Luciana Sampaio Venceslau
Arquiteta

Márcio Carvalho Oliveira
Arquiteto

Marcos Cipriano Cardoso Garcia
Engenheiro Florestal

Marina Lima Queiroz
Geóloga

Mirtes Magalhães Duarte
Bióloga

Murilo Lustosa Lopes
Engenheiro Sanitarista - Substituto eventual do Assessor-Chefe

Romina Faur Capparelli
Arquiteta

Ruth Rodrigues Tabaczinski
Engenheira Sanitarista

Sandra Nami Amenomori
Arqueóloga

Valdir Carlos da Silva Filho
Geógrafo

Vinícius Melo Duarte
Engenheiro Químico

Apoio

Patrícia Liz M. Menezes De La Rocque Almeida
Técnico Administrativo

Lucas Garcia Magalhães Peres
Estagiário em Geografia

Luciana Isabor de Abreu Lima
Estagiária em Geologia

Nos Estados

Adriana Oliva
Engenheira Florestal - PR/SP

Aloysio Ferraz de Abreu
Engenheiro Sanitarista - PR/PE

Ana Paula Gonçalves de Lima
Arqueóloga – PR/GO

Antônio João da Cruz Paião
Economista – PR/SP

Benedito Evilázio Lima da Silva
Engenheiro Sanitarista - PR/PA

Bequi Barros Behar Luizelli
Engenheira Sanitarista - PR/RS

Betânia Vilas Boas Neves
Engenheira Sanitarista - PR/MG

Cláudia Márcia Freire Lage
Arquiteta – Assessora - PR/MG

Daniela Mara Hoffmann
Engenheira Sanitarista - PR/SC

Eli Aparecido Leite
Engenheiro Sanitarista - PR/SP

Enéas da Silva Oliveira
Engenheiro Florestal – PR/RJ

Evandro Cesar Bergel
Biólogo - PR/RS

Fábio de Miranda Oliveira
Biólogo - PR/BA

Fábio Murilo Meira Santos
Geólogo - PR/PE

Francisco Carlos Oliveira Reis
Antropólogo - PR/SP

Gizela Barbosa do Nascimento
Arquiteta - PR/MG

Igor Soares Pinheiro
Engenheiro Sanitarista - PR/MG
 (Removido para PRT 2ª Região)

Ítalo Lopes Borges
Biólogo - PR/SC

Luciana Costa Nascimento
Bióloga - PR/DF

Luciano de Mello Latterza
Engenheiro Civil - PR/SP

Márcia Pereira Franco
Arquiteta – PR/RS

Paulo Henrique Xavier Ramos
Engenheiro Florestal – PR/PA

Rafael Gomes Gerude
Biólogo – PR/MA

Raiana Quirino de Souza Ziech
Engenheiro Florestal – PR/MT

Sandra Dias Costa
Bióloga - PR/SP

Sheila Telles Meyer
Engenheira Sanitarista – PR/RJ

Sidnei Luís da Cruz Zomer
Geólogo – PRM/Criciúma

Atividades no Exercício da Função de Revisão

A Assessoria de Revisão é o setor da 4ª CCR responsável pela elaboração de pareceres sobre assuntos jurídicos de interesse da Câmara, com o fim de subsidiar a atuação do Colegiado.

O Núcleo de Apoio ao Colegiado é a unidade da Assessoria de Revisão responsável pela movimentação, guarda e manutenção de autos, expedientes e demais documentos de interesse do Colegiado da Câmara, observando as cautelas necessárias para a preservação da segurança e de eventual sigilo de tais documentos.

Para assessorar seus Membros a Câmara dispõe atualmente de 9 (nove) Analistas Processuais, que são designados para exame e elaboração de minutas de votos, com vistas a facilitar a análise final e a manifestação do Membro relator perante o Colegiado.

A Assessoria de Revisão organizou as pautas das reuniões ordinárias, sendo no ano de 2013 o total de 25 (vinte e cinco), para encaminhamento aos Membros do colegiado, com a devida antecedência, assim como secretariou todas as reuniões, lavrando as respectivas atas.

Os Analistas Processuais participaram de 36 eventos externos, como cursos, congressos, seminários, objetivando o aperfeiçoamento profissional, conforme tabela 7:

Tabela 7
Participação dos Analistas Processuais em treinamentos no ano de 2013

Evento	Número de Participantes
Direito Ambiental. 21 de fevereiro a 1º de abril. 180 horas.	1
Licitações e Contratos. 21 de fevereiro a 27 de maio. 5 de junho. 220 horas.	1
Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa. 25 de fevereiro. 20 horas.	1
Direito Ambiental. 27 de fevereiro a 1º de abril. 180 horas.	1
Direito Constitucional. 27 de fevereiro a 27 de maio. 180 horas.	1
Gerenciamento de Projetos. 8 de abril a 20 de maio. 60 horas.	1
Aspectos Técnicos do Novo Código Florestal. 29 e 30 de abril. 16 horas.	6
Direito Constitucional. Direitos Fundamentais. Controle de Constitucionalidade e Hermenêutica. 29 de abril a 17 de junho. 60 horas.	1
Secretariado Executivo e Assessoria da Administração Pública. 20 a 24 de maio. 21 horas.	1
Introdução de Gestão de Pessoas por Competência. 27 de maio a 17 de junho. 20 horas.	1
Legislação Ambiental. 10 de junho. 7 horas.	5
Língua Portuguesa – Módulo Básico. 10 de junho a 3 de julho. 32 horas.	1
Encontro Regional da 4ª CCR no Nordeste. 13 e 14 de junho. 12 horas.	1

Língua Portuguesa. Módulo Básico. 3 de julho. 32 horas.	1
Curso de aperfeiçoamento "Direito do Patrimônio Cultural". ESMPU. 27 de agosto a 14 de outubro. 60 horas.	3
Curso de ambientação. 28 a 30 de agosto. 16 horas.	1
11º Congresso Brasileiro do Magistério Superior de Direito Ambiental. 4 a 6 de setembro. 16 horas.	7
Curso sobre a utilização do Sistema Único - Módulo Administrativo. 10 e 11 de setembro. 8 horas.	1
Encontro Estadual de Procuradores da República no Rio Grande do Sul. 10 e 11 de outubro. 12 horas.	1
Encontro Regional de Procuradores da República na Amazônia. 17 e 18 de outubro. 12 horas.	1
Elaboração de Relatórios, Pareceres e Notas Técnicas. 21 e 22 de outubro. 16 horas.	1
Sistema Único. Módulo Extrajudicial. 29 de novembro. 4 horas.	1
Audiência Pública no MPF sobre a liberação comercial de milho e soja transgênicos tolerantes ao herbicida 2,4-D. 12 de dezembro.	4
MBA em Gestão Pública (Universidade Cruzeiro do Sul). Cursando. 400 horas.	1
Pós-Graduação em Direito Ambiental (Universidade Gama Filho). Cursando. 400 horas.	1
Reforma penal no âmbito dos crimes ambientais, os índios, a Tortura e a Memória Social. Cursando. 20 horas.	1

Documentos Recebidos

Em 2013, o Colegiado da 4ª CCR recebeu 2.732 (dois mil, setecentos e trinta e dois) Notícias de fato (NFs), Procedimentos Preparatórios (PPs) e Inquéritos Cíveis (ICs) para o exercício da função revisional, tendo deliberado 2.876 (dois mil, oitocentos e setenta e seis), considerando o passivo de 144 (cento e quarenta e quatro) de anos anteriores.

Não ocorreu um aumento significativo em relação ao ano anterior (2012), no qual a 4ª CCR recebeu 2.606 (dois mil, seiscentos e seis) NFs, PPs e ICs para revisão.

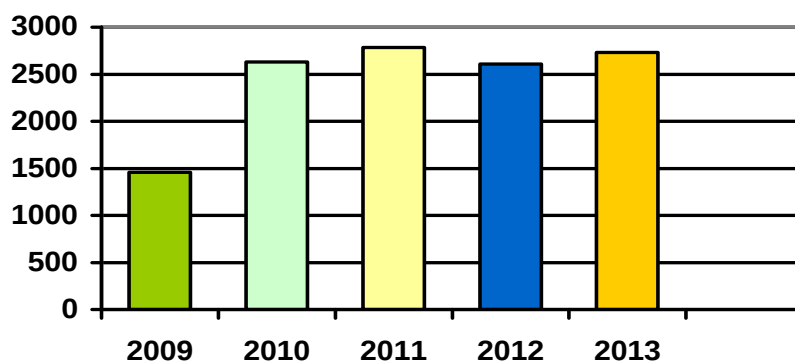


Gráfico 1 - Comparativo de Pls, PAs e ICPs recebidos de 2009 a 2013.

Tabela 1
Documentos recebidos por demanda em 2013

Tipos	Meio Ambiente	Patrimônio Cultural	Total
Conflito de Atribuição	8	-	8
Consulta	4	-	4
Declínio de Atribuição	621	24	645
Promoção de Arquivamento	1874	183	2057
TAC	1	-	1
Recurso de Decisão	10	-	10
Outros*	7	-	7
Total	2525	207	2732

Fonte: Relatório nº 9090 do Gerador de Consultas (Gcons) do Sistema Único.

Nota: * O campo "Outros" refere-se aos procedimentos que não foram possíveis a identificação do motivo de entrada/saída.

Pelo fato de haver nas gestões do Colegiado de 2011 a 2013 Membros lotados nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, e no sentido de assegurar a realização e o bom andamento das reuniões do Colegiado da 4ª Câmara, utilizou-se a videoconferência como o meio mais adequado e menos dispendioso para tanto. Assim, no ano de 2013 a maioria das reuniões foram nessa modalidade, sendo que das 25 reuniões realizadas, 18 foram por videoconferência.

O recebimento de PAs/ICs com Promoção de Arquivamento para homologação é o mais representativo, com 75,3% do total das demandas.

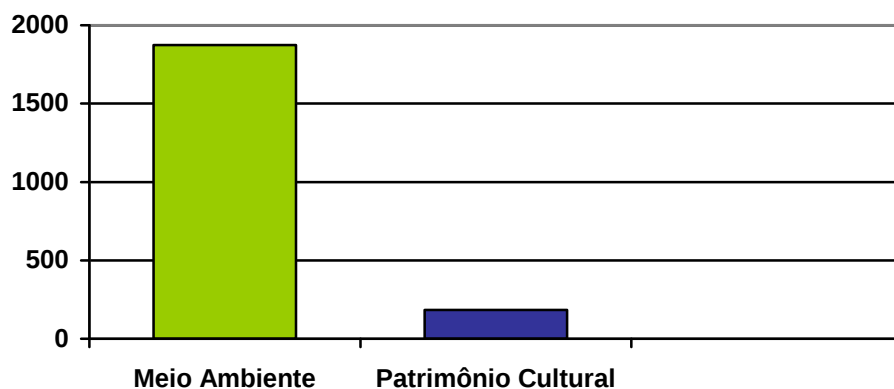


Gráfico 2 – Documentos recebidos com a demanda de Promoção de Arquivamento por matéria em 2013

Com relação aos Declínios de Atribuição, 96,3% foram relacionados a meio ambiente e 3,7% relacionados a patrimônio cultural.

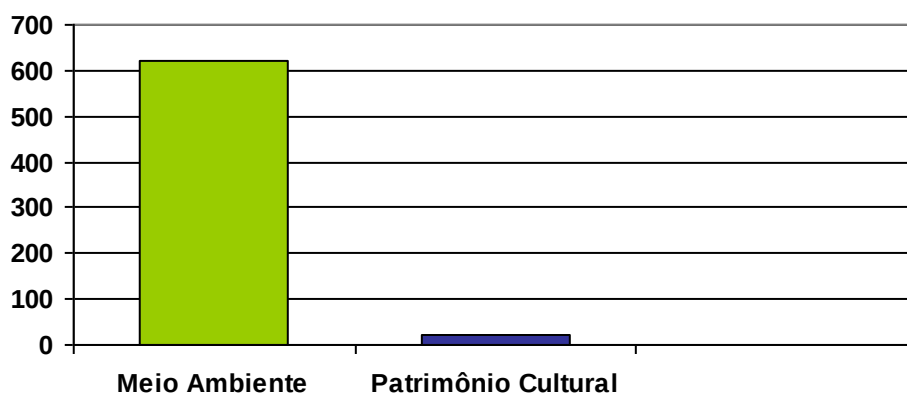


Gráfico 3 – Documentos recebidos com a demanda de Declínio de atribuição por matéria em 2013

Os demais expedientes recebidos: Conflito de Atribuição, Consulta e Homologação de TAC foram na sua totalidade (100%) relacionados ao tema meio ambiente.

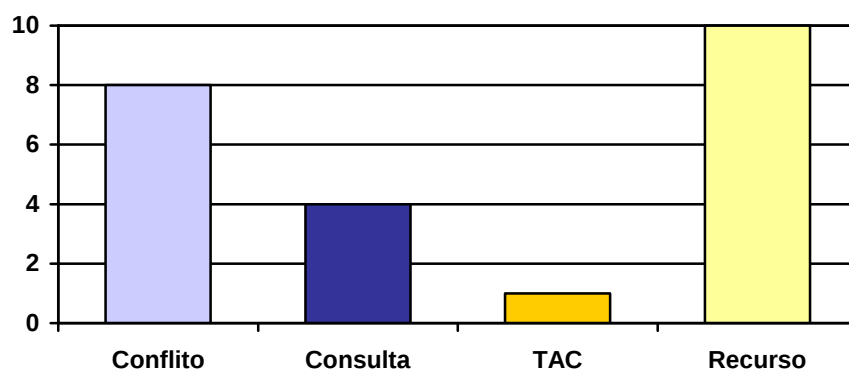


Gráfico 4 – Comparativo dos demais tipos de expedientes recebidos

O número de procedimentos que aguardavam julgamento da 4ª CCR, em dezembro de 2013, é expressivamente baixo, correspondendo, aproximadamente, a 76 (setenta e seis) processos, entre NFs, PPs e ICs.

Documentos Deliberados

Em 2013 foram realizadas 25 reuniões ordinárias do Colegiado da 4ª Câmara. Considerando que as reuniões foram no período de fevereiro a dezembro, e que no mês de julho foi realizada uma reunião, infere-se que ocorreram de duas a três por mês, sendo que no mês de abril ocorreram em todas as semanas.

O número total de deliberações foi de 2.876 (dois mil, oitocentos e setenta e seis) PAs e ICs, considerando o passivo de 144 (cento e quarenta e quatro) de anos anteriores. Estima-se uma média de 115 (cento e quinze) deliberações por reunião. Soma-se aqui a categoria de “Outras Deliberações”, que são decisões do Colegiado no papel de Coordenação, como realização de eventos, autorização para participação em eventos, proposta de enunciados, entre outros.

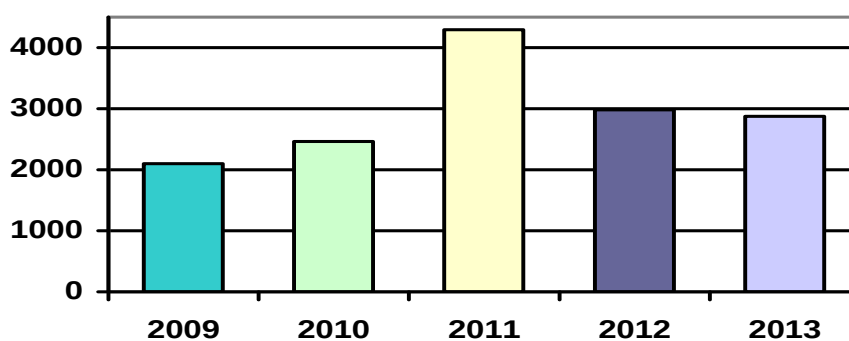


Gráfico 5 – Comparativo das deliberações de 2009 a 2013

As deliberações relacionadas a meio ambiente correspondem a 88,3% (2.539), 8,9% (255) relacionados a patrimônio cultural e 27 (0,9%) a Outros. O restante — 55 (1,9%) documentos — foram relacionados na categoria de “Outras Deliberações”, que não compõem PIs, PAs e ICs para revisão. No tema “Outros” considera-se procedimentos não relacionados a temática da Câmara.

Tabela 2
Deliberações por tipo de documento

Tipos	Meio Ambiente	Patrimônio Cultural	Outros	Total
Conflito de Atribuição	16	1	-	17
Consulta	1	-	-	1
Declínio de Atribuição	591	29	8	628
Homologação de TAC	2	-	-	2
Promoção de	1921	224	19	2164
Recurso de Decisão	8	1	-	9
Total	2539	255	27	2821^(*)

Nota: ^(*) Não considerada a categoria de “Outras Deliberações”, com 55 procedimentos, que somados totalizam 2.876 procedimentos deliberados.

O número de procedimentos deliberados manteve a média em todos os tipos de documentos. Ressaltamos, apenas, a elevação no número de procedimentos não afetos à matéria da Câmara (Outros), crescendo de 14 para 27, um aumento de 92,8%.

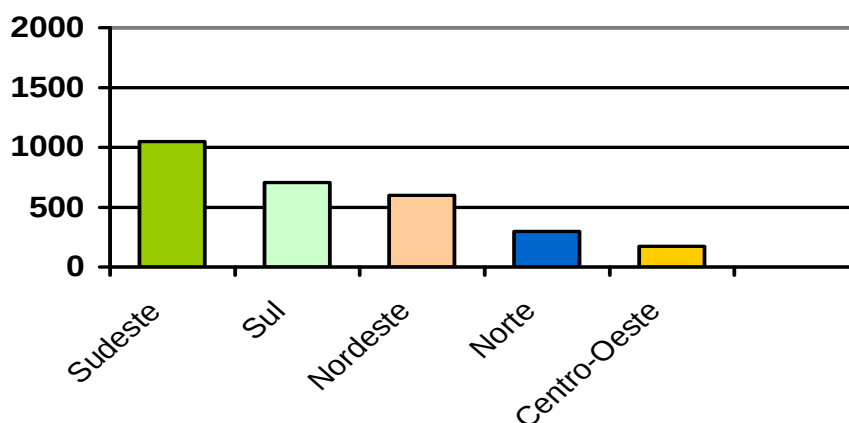


Gráfico 6 - Comparativo das deliberações por região de origem

Como nos anos anteriores, a Região Sudeste foi a que mais encaminhou documentos para apreciação da 4ª CCR, com 37,1% (1.047) do total, seguida pela Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

O tema mais frequente em 2013 foi “Espaços Territoriais Especialmente Protegidos”, com 31,8% dos documentos analisados pelo Colegiado em 2013, seguido bem abaixo por “Licenciamento Ambiental”, com diferença de mais de 500 (quinhentas) deliberações, correspondendo a 11,1% do total. Apesar dessa diferença, o tema “Espaços Territoriais Especialmente Protegidos” sofreu uma queda comparativamente ao ano anterior, ao contrário do tema “Licenciamento Ambiental” que teve um aumento de 85% de procedimentos deliberados.

O tema Espaços Territoriais Especialmente Protegidos abrange três subtemas: Área de Preservação Permanente, Reserva Legal e Unidades de Conservação, temas de relevância para a atuação da Câmara, o que motivou a manutenção dos Grupos de Trabalho (GTs) para definirem estratégias de atuação da Câmara nessas matérias. São eles: Área de Preservação Permanente e Regularização Fundiária de Unidades de Conservação.

Desde 2012, o tema Mineração tem crescido significativamente, sendo seu total bem próximo ao segundo (Licenciamento Ambiental) com uma diferença de apenas 7 (sete) procedimentos deliberados. Tal ocorrência julga-se ser decorrente do Enunciado nº 11 – 4ª CCR, de 18 de outubro de 2011, no qual designa que “é atribuição do MPF dano ambiental decorrente de atividade de extração mineral, independentemente da extensão”.

Tal tema, juntamente com o de “Espaços Territoriais Especialmente Protegidos” e de “Licenciamento Ambiental”, é bastante relevante pela sua representatividade na realidade nacional.

Destaca-se, também, que o quantitativo das ocorrências dos temas “Fauna”, “Poluição”, “Saneamento” e “Flora” foram bastante próximos entre si, com uma média de 187 procedimentos. Inclusive o tema “Saneamento” que nos anos anteriores ocupava na média a décima posição, passou a ocupar 6ª colocação, com um total de 185 procedimentos deliberados.

Com as tabelas unificadas regidas pela Resolução nº 63 do CNMP, de 1º/12/10, iniciou-se a adoção do tema “Zona Costeira” para temas relacionados ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre.

Um novo aspecto relevante é o aumento significativo do tema “Outros”, o qual passou de 14 (2012) para 27 ocorrências.

Tabela 3
Deliberações em matéria de meio ambiente

Tema	Total
Espaços Territoriais Especialmente	808
Licenciamento Ambiental	281
Mineração	274
Fauna	217
Poluição	191
Saneamento	185
Flora	156
Zona Costeira	114
Gestão Ambiental	106
Ordenamento Territorial	73
Produtos Controlados	48
Recursos Hídricos	44
Biossegurança e Organismos	33
Patrimônio Genético	9
Total	2539

No que diz respeito ao Patrimônio Cultural os procedimentos sobre o tema Patrimônio Arquitetônico foram os mais analisados pelo Colegiado, representando 48,6% do total de documentos, sendo iguais nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, com 19 deliberações em cada um, seguido pelo Estado da Bahia, com 16 deliberações. O relevante patrimônio tombado existente naqueles Estados ensejou a atuação do MPF na proteção e salvaguarda desses bens.

Destaca-se o aumento de procedimentos sobre o tema “Patrimônio Natural”, com um crescimento de 262%.

Tabela 4
Deliberações em matéria de patrimônio cultural

Tema	Total
Patrimônio Arquitetônico	124
Patrimônio Arqueológico	37
Patrimônio Ferroviário	32
Patrimônio Natural	29
Gestão e Fomento	18
Patrimônio Móvel	11
Patrimônio Imaterial	3
Patrimônio Simbólico	1
Total	255

Promoções de Arquivamento

Durante o exercício de 2013, a Câmara apreciou 2.163 (dois mil, cento e sessenta e três) Promoções de Arquivamento. Desses, 88,8% (1.920) referem-se a meio ambiente, 10,3% (224) a patrimônio cultural e 0,9% (19) em Outros. (Gráfico 7).

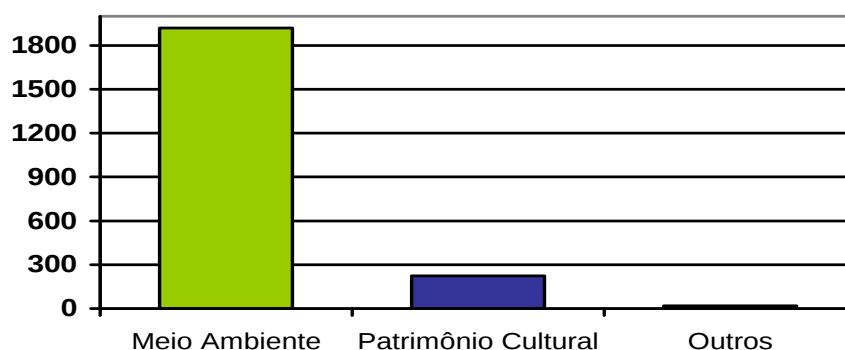


Gráfico 7 – Promoções de arquivamento por matéria

Das 2.163 Promoções de Arquivamento apreciadas, 1.707 (mil, setecentos e sete) foram homologadas pelo Colegiado, o que representa 78,9%. Por outro lado, 19,8% (419) não foram homologadas, tendo sido determinado o retorno dos autos à origem para prosseguimento do feito. Sendo que, nestes casos, com relação ao ano de 2012, ocorreu um crescimento de quase 7%.

As demais foram encaminhadas para outras Câmaras de Coordenação e Revisão, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, convertidas em diligências para a perícia ou outros encaminhamentos, conforme apresentado na tabela 5.

Tabela 5
Deliberações em promoção de arquivamento

Deliberações	Total
Homologar o arquivamento	1707
Não homologar o arquivamento	419
Encaminhar para outras CCRs ou PFDC	26
Procuradorias Regionais da República	6
Pedido de vista por membro do Colegiado	3
Converter Diligência para Assessoria Pericial	2
Total	2163

Declínio de atribuição

Os Declínios de Atribuição com decisão do Colegiado perfazem um total de 629 (seiscentos e vinte e nove). Desses, 94,1% (592) referem-se a meio ambiente, 4,6% (29) a patrimônio cultural e 1,3% (8) a Outros. Esse tipo de documento é a segunda maior demanda da Câmara no seu papel revisional, representando 21,9% dos procedimentos deliberados.

Dos 629 Declínios de Atribuição apreciados, a maioria foi homologada pelo Colegiado, o que representa 83,3% (524) do total.

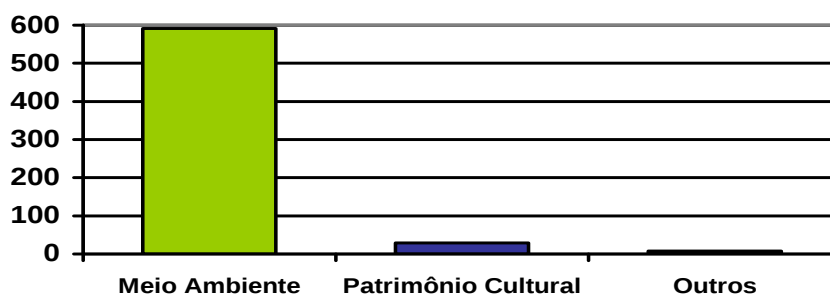


Gráfico 8 - Declínio de atribuição por matéria

Por entender tratar-se de competência federal para atuação, 14,9% (94) dos Declínios de Atribuição apreciados não foram homologados, e foi determinado o retorno dos autos à origem para prosseguimento do feito, com um aumento de 5% comparativamente ao ano de 2012.

Ocorreram 8 (oito) homologações com Declínio Parcial de Atribuição.

Os demais foram remetidos para outras Câmaras ou PFDC, ou tiveram outros encaminhamentos (Tabela 6).

Tabela 6
Deliberações em Declínio de Atribuição

Deliberações	Total
Homologar o Declínio de Atribuição	524
Não homologar o Declínio de Atribuição	94
Homologar parcialmente Declínio de Atribuição	8
Encaminhar para outras CCRs	3
Total	629

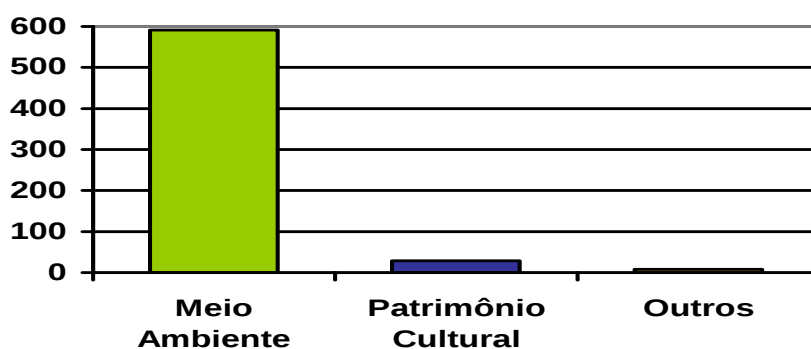


Gráfico 8 - Declínio de atribuição por matéria

Conflito de Atribuição

Foram submetidos ao Colegiado 17 (dezessete) casos de Conflitos de Atribuição entre os Membros do MPF, sendo apenas um relacionado a patrimônio cultural. Desses, a maioria (11) foi homologada pela atribuição do suscitado.

Outros

Consultas

Foram apreciadas pelo Colegiado 4 (quatro) consultas, sendo que uma deliberou-se pelo não conhecimento da Consulta.

Recursos de Decisão

A Câmara apreciou 9 (nove) recursos de suas decisões em 2013. Sendo que 88,9% (8) foi deliberado pela manutenção de sua decisão, com a remessa dos autos ao Conselho Institucional do MPF (CIMPf), para apreciação do recurso.

Termos de Ajustamento de Conduta

Em 2013, a Câmara analisou 2 (duas) solicitações de homologação de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), dos quais apenas um foi homologado pelo Colegiado.

Atividades no Exercício da Função de Coordenação

Coordenação Estadual

A Câmara passou a contar com pelo menos um coordenador e um suplente em cada unidade da federação e nas Procuradorias Regionais da República, ora denominado de Coordenador Estadual, em substituição ao antes denominado representante, conforme estabelece a Portaria 4ª CCR nº 20, de 24 de setembro de 2013.

A coordenação estadual tem como objetivo promover a integração e a coordenação dos órgãos institucionais que atuem em ofícios ligados à temática do meio ambiente e patrimônio cultural.

A designação do coordenador e do suplente terá validade de dois anos, permitida a recondução, mediante deliberação do colegiado.

A íntegra da Portaria poderá ser acessada no link: <http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/portarias/2013/Portaria202013.pdf>

Eventos Apoiados pela 4ª CCR

Visita da Comitiva da Delegação de Moçambique à PGR

Na visita à 4ª CCR, a Comitiva da Delegação de Moçambique que visitou a Procuradoria Geral da República, no dia 3 de abril de 2013, além de ter conhecimento da estrutura, das atribuições e das instalações da Câmara, teve a oportunidade de realizar uma visita guiada ao Parque Nacional de Brasília, na qual apreciaram as belezas naturais do local e tiveram conhecimento sobre a fauna e a flora brasileiras, guiados pela Analista Ambiental do Parque Cibeles Barreto e por Analista do MPU/Perito em Engenharia Florestal da 4ª CCR Giancarlo Brugnara Chelotti. Em seguida assistiram à apresentação de um vídeo sobre o Parque.

Ao longo da visita ao Parque Nacional, o Coordenador da 4ª CCR explicou a atuação dos Grupos de Trabalho que têm o intuito de fomentar a atuação institucional visando à preservação do patrimônio ambiental e cultural do Brasil em temas específicos, tais como o GT Amazônia legal, que trabalha para combater o desmatamento da floresta amazônica, entre outras metas.



Delegação de Moçambique e o Coordenador da 4ª CCR,
Mario Gisi, em visita ao Parque Nacional de Brasília
Foto: Leonardo Prado, Secom/MPF

Plano de desenvolvimento para a carcinicultura

O MPF, por intermédio da 4ª CCR, realizou reunião com representante do Ministério de Pesca e Agricultura, com o objetivo de conhecer o projeto de política pública de interiorização da carcinicultura para o semiárido brasileiro.

O plano de desenvolvimento apresentado vislumbra o crescimento da carcinicultura no Brasil, levando essa técnica para o semiárido como forma de melhorar a vida das famílias de pequenos produtores rurais.

Também participaram da reunião representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e Analistas Peritos da 4ª Câmara.



Foto: Antônio Augusto, Secom/MPF

V Congresso Internacional de Ministérios Públicos Ambientais

Foi realizado nos dias 20 a 22 de novembro, na Cidade de Bogotá, Colômbia, pela Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental, o V Congresso Internacional de Ministérios Públicos Ambientais, no qual o MPF foi representado pela Subprocuradora-Geral da República Sandra Cureau, Membro Titular desta Câmara.

Tabela 8

Participação de Membros do MPF em eventos externos na área de meio ambiente e patrimônio cultural

Evento	Número de participantes do MPF
XIII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, promovido pela ABRAMPA.	3
II Seminário Internacional Brasil-Espanha, promovido pelo MMA, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade da Cantábria (IHC/Espanha) e o Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS).	1
Simpósio Internacional sobre Iniciativas de Sustentabilidade e Tendências na Europa e na América Latina: Identificação e Promoção de Sinergias, promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Sistema Famasul, Universidade Federal de Viçosa e Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS).	1
2º Seminário de Energia Nuclear, promovido pelo Laboratório de Geografia Física do Instituto de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).	1
I Encontro Internacional de "Resolução Consensual de Conflitos Ambientais" promovido pela FGV.	3
Workshop sobre "Negociação e Gestão de Conflitos", promovido pela PR/RJ com o apoio da 4ª CCR.	5
II Encontro de Aperfeiçoamento: "Atuação Ambiental Interdisciplinar - estudo de casos de licenciamentos de hidrelétricas", promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.	3
XIV Congresso Brasileiro de Limnologia, promovido pela Associação Brasileira de Limnologia.	1
Workshop Territórios Tradicionais e Unidades de Conservação: diálogo de perspectivas em debates, promovido pela Organização UFSC, UNICAMP e UFMG.	1
Curso sobre a perseguição de crimes ambientais em El Salvador, promovido pela Embaixada Americana.	6
V Congresso Internacional de Ministérios Públicos Ambientais na Colômbia, promovido pela Rede Latino-Americana de Ministérios Públicos Ambientais.	1
Congresso Internacional de Direito Ambiental, promovido pelo Conselho da Justiça Federal.	3

Eventos promovidos pela 4ª CCR

Audiência Pública “Liberação Comercial de Milho e Soja Geneticamente Modificados Tolerantes ao Herbicida 2,4 – D”

Foi realizada no auditório da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) a referida audiência pública para discutir os pedidos de liberação comercial de milho e soja geneticamente modificados GM tolerantes ao herbicida 2,4 – D.

A audiência pública foi composta por três mesas:

- Eventos de milho e soja geneticamente modificados tolerantes ao herbicida 2,4-D;
- Reavaliação toxicológica e perspectivas de aumento do uso do 2,4-D no Brasil;
- O papel da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança na sociedade.

Entre os objetivos da audiência pública destacaram-se: a) ampliar a discussão sobre as possíveis consequências socioambientais da liberação comercial de milho e soja geneticamente modificados tolerantes ao herbicida 2,4-D, visando ao esclarecimento da população; b) colher subsídios para a atuação institucional relativa ao tema; c) levantar informações a respeito de estudos técnicos que tratem dos efeitos cumulativos e sinérgicos que tais liberações poderão ensejar na multiplicação do uso de agrotóxicos nas monoculturas de soja e milho do Brasil, com ênfase nos eventuais prejuízos à saúde pública, na qualidade dos alimentos brasileiros, na biodiversidade dos biomas impactados e no direito ao meio ambiente equilibrado e saudável.

Participaram como expositores professores, pesquisadores, representantes do governo e de agências reguladoras, e da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.



Foto: Jéfferson Curtinovi, Secom/MPF

Encontros Regionais e Estaduais sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

A Câmara, sensível à necessidade de uma atuação mais próxima aos assuntos específicos de cada estado ou região, no ano de 2013, realizou 9 reuniões setoriais em substituição ao

Encontro Nacional, reunindo 159 Membros do MPF que atuam na temática do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Conciliando os assuntos de interesse por região e o número de unidades por Estado envolvidas, foram realizados cinco eventos regionais e quatro estaduais, assim distribuídos:

Encontros Estaduais:

1. Paraná, nos dias 28 de fevereiro a 1º de março;
2. Santa Catarina, nos dias 21 e 22 de março;
3. Bahia, nos dias 8 e 9 de agosto;
4. Rio Grande do Sul, nos dias 10 e 11 de outubro.



Bahia

Foto: Patrick Silva, Ascom/PR-BA



Santa Catarina

Foto: Ascom/PR-SC

Encontros Regionais:

1. Rio de Janeiro e Espírito Santo, nos dias 6 e 7 de junho, na Procuradoria da República no Rio de Janeiro, na Cidade do Rio de Janeiro;
2. Região Nordeste, com a participação de Procuradores da República atuantes na matéria lotados nos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, nos dias 13 e 14 de junho, na Procuradoria da República em Pernambuco, em Recife;
3. Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, nos dias 15 e 16 de agosto, na Procuradoria Regional da República na 3ª Região;
4. Amazônia, nos dias 17 e 18 de outubro, na Procuradoria da República no Estado do Pará;
5. Estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, nos dias 28 e 29 de novembro, na Procuradoria da República em Minas Gerais.



Rio de Janeiro e Espírito Santo
Foto: Ascom/PR-RJ



Nordeste
Foto: Ascom/PR-PE

A programação de cada evento baseou-se em ampla consulta aos Membros que atuam na temática da Câmara nos estados ou região envolvidos, procurando tratar tanto de aspectos de natureza e interesse geral, quanto de assuntos de interesse local.

Assim, os principais temas discutidos foram: aplicação do recente novo Código Florestal; problemas e gestão das Unidades de Conservação federais; implantação de novas fontes de energia; mineração; defesa do patrimônio histórico, cultural e arqueológico; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas; expansão do agronegócio; preservação dos biomas nacionais; elementos extrajudiciais dos TACs e Recomendações; zona costeira e gerenciamento costeiro; geoprocessamento e sensoriamento remoto; licenciamento ambiental; valoração de danos ambientais; regularização de propriedades rurais de projetos de assentamento e de unidades de conservação; o papel de comunidades tradicionais na manutenção de áreas protegidas; tendências do desmatamento e desafios no controle de devastação florestal.

Além dos Membros que atuam na matéria, os encontros contaram com a participação de promotores de justiça, representantes de ONGs; gestores de parques nacionais; superintendentes do IPHAN e do Ibama; acadêmicos de diversas universidades; analistas periciais do MPF; representantes da iniciativa privada, entre outros.

Ao final de cada evento foi estabelecido um plano de atuação do MPF, assim como a eleição dos Coordenadores Estaduais e Regionais da 4ª Câmara.

Participação em Audiências Públicas

Efeitos do campo eletromagnético de linhas de transmissão de energia

O Coordenador da 4ª Câmara, representando o Procurador-Geral da República, participou da audiência pública sobre os efeitos dos campos eletromagnéticos de linhas de transmissão de

energia, organizada pelo STF e realizada nos dias 6, 7 e 8 de março de 2013, com a participação de especialistas das áreas médica e ambiental, representantes do governo e da sociedade civil.



Especialistas e representantes do governo e da sociedade civil debateram no STF os efeitos do campo eletromagnético

Foto: Carlos Humberto/SCO/STF

A discussão baseou-se no Recurso Extraordinário interposto pela Eletropaulo. A empresa A empresa contestou a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que determinou a redução do campo eletromagnético em linhas de transmissão de energia elétrica próximas a dois bairros paulistanos, em razão de alegado potencial cancerígeno da radiação produzida.

Queimada em canaviais

O Coordenador da 4ª CCR, representando o Procurador-Geral da República, participou no dia 22 de abril, da audiência pública sobre queimadas em canaviais, realizada no STF. Foram 25 expositores, reunindo representantes de produtores de cana-de-açúcar, de usinas de açúcar e álcool, acadêmicos, autoridades na área de saúde e meio ambiente e representantes do poder público.

A Audiência foi convocada em função do processamento do Recurso Extraordinário, no qual o Estado de São Paulo questiona uma lei do município de Paulínia, que proíbe totalmente a realização das queimadas para a colheita da cana. O recurso alega que a proibição prejudica as colheitas e contraria a Constituição Estadual.

Situação da Energia Nuclear pós Rio + 20

Ocorrida no dia 22 de maio e promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, foi realizada a audiência pública para debater a situação da energia nuclear pós Rio+20, na qual o MPF foi representado pela Dr^a Gisele Elias de Lima Porto Leite, Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro e Coordenadora do GT Energia Nuclear da 4^a CCR.

Ainda participaram da audiência, o professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e representante da Articulação Antinuclear Brasileira, Heitor Scalabrini; o monge budista e estudioso do tema, Ademar Kyotoshi Sato; e o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho.



Foto: Leonardo Prado, Secom/MPF

Licenciamento Ambiental de Obras de Infraestrutura e Logística

Representando o MPF e convidado como debatedor, o Dr. Wilson Rocha de Assis, Procurador da República no Município de Rio Verde, em Goiás, participou da audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados, no dia 23 de maio, sobre as mudanças nos procedimentos para licenciamento ambiental de obras de infraestrutura e logística em implementação no País.

Também foram convidados para debater o assunto, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; o Presidente do Ibama, Volney Zanardi e o Advogado do Instituto Socioambiental (ISA), Raul Telles.

Debate sobre a Legislação e Criação da Agência Reguladora do Setor Nuclear

Promovido pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, foi realizado debate no dia 25 de junho, no qual foram discutidas a legislação nacional e internacional do setor nuclear e a criação da agência reguladora da área no Brasil. O MPF foi representado pela Procuradora da República no Rio de Janeiro e Coordenadora do Grupo de Trabalho da 4ª CCR – Energia Nuclear, Drª Gisele Elias de Lima Porto Leite.

Contou com a presença do Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Angelo Fernando Padilha; da Coordenadora de Políticas Públicas do Greenpeace Brasil, Renata Camargo; da Coalização Antinuclear, Chico Whitaker; do Diretor-Presidente da Associação dos Fiscais de Energia Nuclear (AFEN), Ricardo Nicolli; da Articulação Antinuclear Brasileira, Heitor Scalabrini e um representante da Casa Civil da Presidência da República.

Implantação do Sisnama e os Instrumentos de Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil

Em comemoração aos trinta e dois anos de criação da Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil, foi realizada no dia 24 de outubro, na Câmara dos Deputados, a audiência pública da implantação do Sisnama e os Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil.

Representou o MPF e participou como palestrante na referida audiência pública a Membro titular da 4ª Câmara Drª Sandra Cureau, que criticou pontos da Lei Complementar nº 140 que regulamenta o licenciamento ambiental.

Também participaram da audiência os deputados federais Penna (PV-SP) e Fernando Ferro (PR-PE); o presidente do Ibama e representante do Ministério do Meio Ambiente, Volney Zanardy Júnior; o presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, Hélio Gurgel; e a presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ibama, Ana Maria Evaristo Cruz.



Foto: João Américo, Secom/MPF

Outros Eventos

Oceanos & Sociedade 2013

Na qualidade de representante da 4ª CCR no Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), a Drª Gisele Elias de Lima Porto Leite, Procuradora da República no Rio de Janeiro, participou do evento “Oceanos & Sociedade 2013”, cujo tema central foi “25 anos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro”, promovido pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO/USP), nos dias 27 e 28 de junho.

Seminário “Dimensões da Sustentabilidade” pela Unemat

O representante da 4ª CCR no Estado do Mato Grosso do Sul, Dr. Emerson Kalif Siqueira, proferiu no dia 28 de junho, palestra no Seminário “Dimensões da Sustentabilidade”, sobre o tema “O Papel do Ministério Público no processo de licenciamento ambiental de Hidrelétricas no Pantanal”, com o objetivo de possibilitar a articulação do conhecimento em pesquisa, pós-graduação e extensão no âmbito da Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat) e de parcerias institucionais, buscando promover discussões sobre temas atuais ligados a questão da sustentabilidade socioambiental.

Iniciativas

Na qualidade de representante do governo brasileiro no Projeto Memória do Mundo para a América Latina e Caribe, da Unesco, esta Câmara de Coordenação e Revisão, por meio da Drª Inês Vírginia Prado Soares, Procuradora Regional na 3ª Região, sugere a criação de nova categoria para a inscrição de arquivos de interesse regional e estadual.

A justificativa para a presente proposta reside no fato de o Brasil ser um país de dimensões continentais, cujas diferenças culturais entre estados e regiões justificam a criação de categoria estadual para o Projeto.

Grupos de Trabalho

Pela Portaria 4ª CCR nº 19, de 24 de setembro de 2013, os Grupos de Trabalho da Câmara foram regulamentados, tendo por principal finalidade acompanhar, tratar e aprofundar temas de interesse específico, de modo a sugerir à Câmara formas, estratégias e orientações de atuação, por meio de roteiros de atuação, que informem, sem caráter vinculante, aos órgãos do MPF na área de meio ambiente e patrimônio cultural, visando aprimorar a atuação dos mesmos e garantir

uniformidade e coerência à atuação no trato de questões semelhantes, bem como auxiliar a Câmara na sua função de Coordenação e Revisão.

Além disso, deverão acompanhar políticas públicas, inclusive projetos de leis e outros atos normativos, intervindo, quando necessário, para salvaguardar os interesses afetos a área temática de cada GT.

Para o alcance de seus objetivos, suas atividades terão caráter eminentemente prático, diretamente relacionadas aos temas prioritários e à atuação dos Procuradores da República.

Para a realização dos seus trabalhos os GTs poderão convidar para participar das reuniões quaisquer servidores da Câmara ou representantes de outros órgãos e entidades, públicos ou privados e especialistas na matéria; assim como solicitar informações a órgãos da Administração Pública, exceto a Ministros de Estado, bem como a Membros do Ministério Público Federal que atuam na área ambiental e do patrimônio cultural nos estados.

O encerramento de algum GT poderá ocorrer por iniciativa da Câmara ou por solicitação fundamentada do seu Coordenador.

No decorrer do ano, reuniram-se em Brasília e em outros Estados e produziram diferentes materiais, que estão disponíveis na página da 4ª CCR, no endereço: <http://ccr4.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/grupos-de-trabalho>

São eles:

Tabela 9
Composição dos Grupos de Trabalho

Águas	Membros Titulares: Sandra Akemi Shimada Kishi Procuradora Regional da República na 3ª Região (Coordenadora) Alexandre Camanho de Assis Procurador Regional da República na 1ª Região (Licenciado para desempenho de mandato classista – ANPR) Maria Rezende Capucci Procuradora da República no Município de Miguel do Oeste Rodrigo da Costa Lines Procurador da República no Município de São Pedro da Aldeia Membros Suplentes: Gustavo de Carvalho Guadanhin Procurador da República no Município de Apucarana Adriana Zawada Melo Procuradora da República no Estado de São Paulo Anaiva Oberst Cordovil Procuradora Regional da República na 2ª Região Lauro Coelho Júnior Procurador da República no Município de São Gonçalo Suporte Técnico 4ªCCR: Dalma Maria Caixeta Analista/Perito em Engenharia Sanitária
--------------	--

Amazônia Legal	Membros Titular: Daniel César Azeredo Avelino Procurador da República no Estado do Pará (Coordenador) Leonardo Andrade Macedo Procurador da República no Município de Uberlândia Rodrigo Timóteo da Costa e Silva Procurador da República no Estado do Mato Grosso do Sul Álvaro Lotufo Manzano Procurador da República no Estado de Tocantins Membros Suplentes: Alexandre Silva Soares Procurador da República no Estado do Maranhão Felipe Almeida Bogado Leite Procurador da República no Estado de Mato Grosso Guilherme Rocha Gopfert Procurador da República no Município de Vilhena Marco Antônio Delfino de Almeida Procurador da República no Município de Dourados Rafael da Silva Rocha Procurador da República no Estado do Amazonas Raphael Luís Pereira Bevilaqua Procurador da República no Estado de Rondônia Vitor Hugo Caldeira Teodoro Procurador da República no Estado do Acre Membros Colaboradores: Anselmo Henrique Cordeiro Lopes Procurador da República no Distrito Federal Márcia Brandão Zollinger Procuradora da República no Distrito Federal
Área de Preservação Permanente	Membros Titulares: Rodrigo da Costa Lines Procurador da República no Município de São Pedro da Aldeia (Coordenador) Álvaro Lotufo Manzano Procurador da República no Estado de Tocantins Lauro Coelho Júnior Procurador da República no Município de São Gonçalo Membros Suplentes: Ana Paula Mantovani Siqueira Procuradora Regional da República na 1ª Região Raquel Cristina Silvestre Procurador da República no Município de Piracicaba Thiago Lacerda Nobre Procurador da República no Município de Santos

Energia Nuclear	Membros Titulares: Gisele de Lima Porto Leite Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro (Coordenadora) Izabella Marinho Brant Procuradora da República no Município de Resende Aline Mancino da Luz Caixeta Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro Membros Suplentes: Caroline Rocha Queiroz Procuradora da República no Estado da Bahia Ariane Guebel de Alencar Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro Sérgio de Almeida Cipriano Procurador da República no Município de Patos de Minas Membros Colaboradores: Ricardo Magalhães de Mendonça Procuradora da República no Município de Sobral Analú Paim Cirne Procuradora da República no Município de Guanambi Marcela Rêgis Fonseca Procuradora da República no Município de Guanambi Maurício Ribeiro Manso Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro
Fauna	Membro Titular: Anaiva Oberst Cordovil Procuradora Regional da República na 2ª Região (Coordenadora) Daniel Antônio de Moraes Sarmento Procurador Regional da República na 2ª Região Membros Suplentes: Renato Souza Machado Procurador da República no Município de São João de Meriti Maurício Andreiuolo Rodrigues Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro Suporte Técnico 4ªCCR: Carlos Alberto de Sousa Correia Analista/Perito em Biologia
Grandes Empreendimentos (Intercameral) (4ª, 6ª e PFDC)	Membros Titulares: João Akira Omoto Procurador da República no Município de Londrina (Coordenador) (4ª CCR) Maria Luiza Grabner Procuradora Regional da República na 3ª Região (4ª CCR) Wilson Rocha Assis Procurador da República no Município de Rio Verde (4ª CCR) Eliana Peres Torelly de Carvalho Procuradora Regional da República na 1ª Região (4ª CCR) Márcia Brandão Zollinger Procuradora da República no Distrito Federal (6ª CCR)

Grandes Empreendimentos (Intercameral) 4ª, 6ª e PFDC (continuação)	Gisele Elias Porto Leite Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro (PFDC) Membros Suplentes: Marco Antonio Delfino de Almeida Procurador da República no Município de Dourados (4ª CCR) Tiago Modesto Rabelo Procurador da República no Município de Iheus (4ªCCR) Silvia Regina Pontes Lopes Procuradora da República no Estado de Pernambuco (6ª CCR) Felício de Araújo Pontes Procurador da República no Estado do Pará (PFDC) Suporte Técnico: Fernanda Paranhos Analista/Perito em Antropologia (6ª CCR) Emília Ulhoa Botelho Analista/Perito em Antropologia (PFDC) Isabel Cavalcante Waga Analista/Perito em Biologia (4ª CCR)
Mineração	Membros Titulares: Darlan Airton Dias Procurador da República no Município de Criciúma (Coordenador) Ticiane Andréa Sales Nogueira Procuradora da República no Município de Santarém Jorge Munhos de Souza Procurador da República no Município de Colatina Membros Suplentes: Antônio Arthur Barros Mendes Procurador da República no Município de Sete Lagoas Flávia Rigo Nóbrega Procuradora da República no Município de Guaratinguetá Membros Colaboradores: Lauro Coelho Júnior Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro Júlio César de Castilhos Costa Procurador da República no Estado do Espírito Santo Bartira de Araújo Góes Procuradora da República no Estado da Bahia Suporte Técnico 4ªCCR: Sidnei Luís da Cruz Zomer Analista/Perito em Geologia na Procuradoria da República no Município de Criciúma

Patrimônio Cultural	Membros Titulares: Zani Cajueiro Tobias de Souza Procuradora da República no Estado de Minas Gerais (Coordenadora) Renato de Freitas Machado Procurador da República no Município de São João de Meriti Gisele Elias Porto Leite Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro Membros Suplentes: Lívia Nascimento Tinôco Procuradora da República no Estado de Sergipe Caroline Rocha Queiroz Procuradora da República no Estado da Bahia Suporte Técnico 4ªCCR: Romina Faur Capparelli Analista/Perito em Arquitetura
Pesca	Membros Titulares: Anelise Becker Procuradora da República no Município de Rio Grande Roger Fabre Procurador da República no Município de Itajaí Luís Roberto Gomes Procurador da República no Município de Presidente Prudente Membros Suplentes: Cristianna Brunelli Nácul Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul Membros Colaboradores: Bruno Baiocchi Vieira Procuradoria da República no Distrito Federal Carmem Elisa Hessel Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul Suporte Técnico 4ªCCR: Clauber Moraes Pachêco Analista/Perito em Biologia Giancarlo Brugnara Chelotti Analista/Perito em Engenharia Florestal
Projeto Praia Limpa	Membros Titulares: José Leonidas Bellem de Lima Procurador Regional da República na 3ª Região (Coordenador) Fátima de Souza Borghi Procuradora Regional da República na 3ª Região Analúcia de Andrade Hartmann Procuradora da República no Estado de Santa Catarina Suporte Técnico 4ªCCR: Amy Vasconcelos de Souza Analista/Perito em Engenharia Sanitária

Regularização Fundiária de Unidades de Conservação (Intercameral) 4ª CCR, 6ª CCR e PFDC	Membros Titulares: Bruno Araújo Soares Valente Procurador da República no Estado do Pará (Coordenador) Ludmila Junqueira de Oliveira Procuradora da República no Município de Passos Leandro Mitidieri Figueiredo Procurador da República no Município de Paulo Afonso Membros Suplentes: Flávia Rigo Nóbrega Procurador da República no Município de Garatinguetá Luana Vargas Macedo Procuradora da República no Município de Marabá Júlio César de Castilhos Costa Procurador da República no Estado do Espírito Santo Colaboradora: Maria Luiza Grabner Procuradora Regional da República na 3ª Região Suporte Técnico 4ªCCR: Juliana Sarkis Costa Analista/Perito em Engenharia Agrônômica
Transgênicos (Intercameral) 3ª e 4ª CCR	Membros Titulares: Fátima de Souza Borghi Procurador Regional da República na 3ª Região (Coordenadora) Alfredo Carlos Falcão Júnior Procuradora da República no Município de Caruaru Mona Lisa Aziz Ismail Procurador da República no Estado de Pernambuco Rosane Cima Campiotto Procurador Regional da República na 3ª Região Membros Suplentes: Maria Soares Camelo Cordioli Procuradora Regional da República na 1ª Região Pablo Coutinho Barreto Procurador da República no Estado da Bahia Suporte técnico 4ªCCR: Alessandro Filgueiras da Silva Analista/Perito em Biologia

Atuação

GT Águas

No âmbito do GT Águas foram realizadas as seguintes atividades: uma audiência pública na Procuradoria Regional da República – 3ª Região (PRR/3ª Região); uma entrevista (TV-Unicamp); três seminários, sendo dois destes internacionais; onze reuniões de trabalho (sem considerar as atividades de acompanhamento das reuniões, como observadores, nas Câmaras Técnicas do Ministério do Meio Ambiente e nas reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos), sendo o primeiro desses encontros uma interação entre 2ª, 4ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão que resultou em profícuos debates sobre estratégias de atuação no caso do programa de revitalização do rio São Francisco e na criação de um GT Intercameral.

O principal objetivo do GT Águas no ano de 2013 foi a catalisação de esforços para a melhoria da qualidade hídrica e implantação de saneamento básico, mediante a integração de órgãos públicos, meio acadêmico e sociedade civil para uma efetiva participação e controle social no gerenciamento de recursos hídricos.

Após deliberação com os Membros do GT e o Coordenador da 4ª CCR foram escolhidas como primeiro foco de trabalho as Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari, Jundiaí, Alto Tietê, Paraíba do Sul e do Ribeira, com abrangência nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, com repercussão nas bacias do Paraíba do Sul (São Paulo e Rio de Janeiro). Assim, no dia 25/9/13, no auditório da PRR/3ª Região, realizou-se Audiência Pública, sobre a qualidade da água dessas bacias, com participação de representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), dos membros dos comitês das bacias envolvidas, órgãos ambientais, membros do Ministério Público Estadual e representantes da sociedade civil. Como resultados dessa audiência pública apontam-se:

1. maior interlocução da ANA e dos órgãos ambientais estaduais com a sociedade civil no tocante à questão da renovação de outorga do Sistema Cantareira para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo e condicionantes compensatórias visando a despoluição nas 2 bacias envolvidas (PCJ e Alto Tietê – MG e SP);
2. acatamento na íntegra de sugestões por parte dos Ministérios Públicos, Federal e do Estado de São Paulo, como condicionantes para a renovação da outorga da transposição pelo sistema “Cantareira”, visando, dentre outros objetivos, a evitar perdas hídricas, implantação de saneamento básico nos Municípios, com cronograma de execução e prazos, medidas visando à

preservação de mananciais e áreas de preservação permanente e a adoção de políticas adequadas de uso e ocupação do solo;

3. antecipação de medidas de suspensão de atos e políticas de gestão ainda na fase inicial. Ex: interrupção de aprovação de norma técnica dos Comitês de Bacias PCJ por não considerar todos os parâmetros para classificação do nível de poluição segundo a legislação (Resolução Conama nº 357 e nº 430).

Outra importante integração deu-se em razão de convite formulado pela *Secretaria de Ambiente Y Desarrollo Sustentables de la Nacion* da República Argentina à coordenadora do GT Água, que proferiu palestra no “Primeiro Seminário Binacional de Cidades Sustentáveis”, realizado na Cidade de Buenos Aires, evento que proporcionou trocas de experiências com órgãos daquele País no tocante à gestão dos recursos hídricos. Como resultado desse intercâmbio de experiências aponta-se a criação do “Projeto Água e Paz sem Fronteiras”, que já resultou em intercâmbio científico e institucional.



Reunião de trabalho do GT Águas em novembro de 2013
Foto: Ascom, PRR-3ª Região/MPF

No dia 26 de setembro de 2013, a Procuradoria da República na 3ª Região recebeu o Seminário Internacional Água e Paz sem Fronteiras, realizado em parceria com o Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam). O evento, com enfoque também em águas transnacionais no contexto do Ano Internacional de Cooperação pela Água, contou com a participação do Secretário de Políticas Ambientais da Província de Buenos Aires/Argentina, membros do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, pesquisadores do INPE/Agência Espacial Brasileira e da Universidade de São Paulo, docentes,

representantes da sociedade civil e de órgãos ambientais. Como resultado dessa integração interinstitucional, além do intercâmbio de ações e ideias, haverá a continuidade dos debates em seminário a ser realizado na capital da República Argentina, ocasião para a qual o GT Águas foi convidado a enviar um representante para apresentar trabalhos do GT em recursos hídricos e gestão de bacias hidrográficas, tendo sido indicada a Excelentíssima Procuradora Regional da República Adriana Zawada Melo.

No dia 21 de dezembro de 2013 foi realizado na Procuradoria da República na 3ª Região, o Seminário Licenciamento Ambiental e Controle Social, evento que contou com a participação de Membros do GT Águas, dentre outros Membros do MPF e autoridades.



Por todo o exposto, apontam-se como principais resultados obtidos pelo GT:

- . maior interlocução entre a ANA, órgãos ambientais estaduais, comitês de bacia, prefeituras e sociedade civil;
- . promoção de integração institucional e acadêmico-científica entre órgãos ambientais, institutos de pesquisa e meio acadêmico;
- . resolução ou mitigação de conflitos de forma imediata e na fase inicial dos trabalhos, extrajudicialmente;
- . reforço, visibilidade e respeito às atuações preventivas do Ministério Público, como órgão também catalisador e propulsor de políticas públicas e ações;
- . efetiva interlocução interinstitucional do MPF com o Ministério Público estadual e outros órgãos ambientais (MMA, ANA, Ibama e suas respectivas Secretarias e Câmaras Técnicas) e de recursos hídricos (Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), ANA, Comitês de Bacias, Agências de Água, Consórcios Intermunicipais) para atuação conjunta e coordenada no sentido da melhoria da qualidade hídrica e implantação de saneamento básico, meta prioritária à luz do planejamento estratégico e deliberações do GT Águas.

GT Amazônia Legal

Dando continuidade às atividades desenvolvidas nos anos anteriores o GT Amazônia Legal firmou Termo de Cooperação pela pecuária sustentável no final de março entre o MPF e a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), objetivando evitar que os supermercados brasileiros comprem carne bovina proveniente de áreas desmatadas ilegalmente na Amazônia ou onde tenham sido constatadas irregularidades como invasão de terras públicas e trabalho escravo.



Cerimônia de assinatura do termo de cooperação
Pela pecuária sustentável

Foto: Leonardo Prado, Secom/MPF

Logo após a assinatura do acordo, grandes redes de supermercado lançaram linhas específicas de produtos com a identificação de origem. O consumidor, na prateleira do supermercado, consegue atestar a origem do produto e ter a comprovação de que o produto não é fruto nem de desmatamento nem de trabalho escravo. Muitas empresas lançaram, inclusive, selo específico para facilitar a identificação por parte dos clientes.

Pelo Termo de Cooperação, a Abras se comprometeu a informar e orientar as empresas do setor supermercadista sobre práticas que ajudem a coibir o trabalho escravo na cadeia da carne, ampliem a redução do desmatamento e a recuperação de áreas desmatadas e combatam o abate clandestino.

Em continuidade ao projeto “Municípios Verdes/Carne legal”, foi realizada, ainda, a implantação do mesmo nos Estados do Amazonas, do Mato Grosso e de Rondônia.

Outra importante medida realizada ao longo desse ano foi a assinatura do Termo de Compromisso para reduzir o desmatamento em assentamentos na Amazônia Legal entre o MPF e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Tal acordo abrange a região formada por Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e pretende, até 2020, reduzir em 80% o desmatamento na Amazônia.

Para execução do acordo firmado, foram estipulados alguns prazos. Em 120 dias, o Incra deve fornecer dados georeferenciais sobre a localização dos assentamentos. Além de fornecer a base de dados, o Incra comprometeu-se a: promover o monitoramento do desmatamento nos assentamentos, apresentando relatório trimestral ao MPF; requerer o Cadastro Ambiental Rural dos assentamentos de forma individual, por assentado, e o Licenciamento Ambiental dos assentamentos; apresentar, dentro de 180 dias, um plano de regularização ambiental de todos os assentamentos; criar uma equipe de fiscalização especial para atuar na Amazônia Legal; identificar os causadores do dano, notificar administrativamente e aplicar as sanções devidas.

Ao longo de 2013, foram realizadas ainda reuniões entre os Membros deste Grupo de Trabalho e o Ministério do Meio Ambiente visando o aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural, especialmente nas áreas envolvendo a Amazônia Legal.

GT Área de Preservação Permanente

O GT Área de Preservação Permanente participou da reunião do Conselho dos Centros de Apoio Operacionais de Urbanismo e Meio Ambiente dos Ministérios Públicos Estaduais (Concauma), no dia 4 de junho de 2013, em São Paulo, para discutir o formato de audiência pública a ser requerida ao Supremo Tribunal Federal no bojo das ADIs 4901, 4902 e 4903, bem como a revisão das minutas de ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei nº 12.651/2012, referente ao Novo Código Florestal não propostas, elaboração de minutas de aditamento à ADI 4901 e à ADI 4903, bem como elaboração de minuta de ADI residual.

Efetuiu a revisão das minutas de ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei nº 12.651/2012 não propostas, elaborando minutas de aditamento à ADI 4901 e à ADI 4903, bem como a elaboração de minuta de ADI residual.

GT Energia Nuclear

Ao longo do ano de 2013, para atingir seus objetivos, os membros do **GT Energia Nuclear** planejaram a realização de 4 (quatro) reuniões ordinárias, para definição e execução dos passos seguintes da estratégia de atuação eleita, mas também 7 (sete) reuniões com participantes

externos, membros da sociedade civil e dos órgãos técnicos atuantes com a matéria. Os membros do GT decidiram também participar dos eventos externos que fossem realizados sobre o tema, sempre buscando maior informação e atualização possível para melhor alcançar resultados concretos esperados.

No dia 26 de fevereiro de 2013 foi realizada a 1ª reunião do GT Energia Nuclear do ano de 2013, foram disponibilizados artigos sobre Angra III elaborados pelo professor Sidney Luiz Rabello, contendo análises sobre a segurança da usina nuclear, bem como sobre o anteprojeto de lei da agência de segurança nuclear independente (órgão regulatório de energia nuclear). Além das considerações técnicas apresentadas, destacaram-se os seguintes itens, de possibilidade de atuação imediata do GT: a) a conclusão extraída por Sidney da estrutura do órgão de controle, vinculado ao Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), conforme diagrama de blocos da subordinação da segurança nuclear apresentado na reunião, é que não há um órgão efetivamente preocupado com a segurança das usinas, e que o anteprojeto de lei para criação da Agência de Segurança Nuclear em andamento não atende à Convenção de Segurança Nuclear. São necessários sérios ajustes no projeto para atender ao interesse público da segurança da atividade de usina nuclear; b) no tema da transparência das informações, foi informado que os pareceres técnicos, relatórios de fiscalização e licenças na área de segurança das usinas nucleares são consideradas pela CNEN como assuntos sigilosos. No direito comparado, não há sigilo.

Ainda na reunião, estabeleceu-se com base em nota técnica produzida no âmbito do ICMBio (Resec Tamoios), que será elaborada recomendação à Eletrobrás com o objetivo de assegurar acesso à informação para o ICMBio e para a sociedade. Assim, como foi expedido ofício ao CNEN solicitando informações quanto ao acesso à informação aos pareceres técnicos, licenças e planos de segurança; foi expedido ofício ao CNEN requisitando informações sobre a base normativa que regula a elaboração dos Planos de Emergência.

Com o objetivo de se formar um panorama básico acerca do licenciamento e fiscalização do transporte de material nuclear e radioativo foram requisitadas informações à INB, CNEN, Infraero, ANAC, ANTAq, ANTT, Ibama, PRF e Ministério do Trabalho.

Na sede da PR/RJ, em 24 de maio de 2013, após análise de cada um dos temas dos procedimentos administrativos vinculados ao GT, foram definidas as seguintes diligências, conforme os temas distribuídos entre os membros do GT: a) quanto aos aspectos ambientais e impactos na saúde, passará a ser um item da recomendação relativa ao acesso à informação no âmbito da CNEN; quanto aos aspectos do controle da segurança da população local, diante da resposta fornecida pela CNEN, foram expedidos os ofícios à CNEN, à Controladoria Geral da União,

à Subsecretaria de Estado de Defesa Civil, responsável pela elaboração do “Plano de Emergência Externa do Estado do Rio de Janeiro, para o caso de emergência nuclear nas instalações da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto”, à Eletronuclear e à INB. Será analisada a viabilidade do GT encaminhar representação ao TCU acerca da ausência de exigência de quarentena para os servidores da CNEN.



Reunião em maio de 2013

Foto: Ascom, PR-RJ/MPF

A partir da Resolução Conama nº 237 tiveram início as discussões que deram origem ao Termo de Referência CNEN/Ibama que pretende solucionar os problemas decorrentes da sobreposição das competências para o licenciamento do transporte. Pelo critério atual, o Ibama não licencia o transporte do *yellow cake*, em razão do seu baixo índice de transporte, embora seja um produto extremamente perigoso, se liberado no ambiente. Este aspecto já está sendo discutido no âmbito do processo de revisão do termo de referência. Foi informado que o licenciamento se inicia na CNEN, a partir da apresentação do Plano de Transporte, e o operador, a partir da classificação da atividade, considerando-se os critérios do termo de referência, irá ou não licenciar o transporte no âmbito do Ibama. Com a LC 140 e a efetiva implantação do Sistema Nacional de Transporte de Produtos Perigosos, criado e gerido pelo Ibama, passa a ser necessária, além da autorização prevista no Termo de Referência (CNEN/Ibama), a observância das exigências estabelecidas pelo Sistema Nacional de Transporte de Produtos Perigosos.

Em 16 de julho de 2013, o GT Nuclear reuniu-se na PRM/Guanambi, por solicitação da Sra. Zoraide, que integra o movimento Anti-Nuclear brasileiro, com o objetivo de obter informações sobre as atividades do GT e sobre a atuação do MPF no âmbito da mina de urânio da INB no

município de Caetité. Além de muitos pontos técnicos tratados sobre a exploração de urânio em Caetité, relataram os presentes que desde 2000 acompanham a situação de Caetité, sempre com dificuldade no acesso a dados e informações. O enfoque de atuação, em relação a Caetité, é predominantemente a saúde da população e dos empregados.

A Sra. Zoraide solicitou ainda atenção especial ao Financiamento de Angra III com recursos da Caixa Econômica Federal. Considerando que a atribuição, em princípio, seria da PRRJ (sede da ELETRONUCLEAR), as informações iniciais serão solicitadas no âmbito do GT Nuclear.

Assim, ficou decidido pelo GT Energia Nuclear que, com relação aos procedimentos sobre a exploração de urânio em Caetité, foi expedido ofício à Comissão Institucional Provisória da Prefeitura requisitando toda a documentação existente relativa ao empreendimento da INB em Caetité e ao Ibama solicitando cópias de todas as autuações e notificações emitidas em face do empreendimento da INB em Caetité desde o ano 2000. Foi combinado, também, o agendamento de Audiência Pública. Decidiu-se expedir ofícios à CNEN, ao Ibama e ao órgão ambiental estadual, no interesse da ACP nº 2009.33.09.000761-3, solicitando cópias dos laudos de análise de água, produzidos a partir de amostras colhidas na área de implantação do empreendimento da INB em Caetité, em período anterior à sua instalação.

No dia 17 de julho de 2013, as procuradoras da República Gisele Porto e Izabella Brant visitaram as instalações de INB em Caetité. Enfatizou-se a necessidade de abrir um canal de comunicação melhor entre a INB e a população local.

Em reunião realizada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) em 14 de agosto de 2013, com a presença dos membros do GT Gisele Porto e Izabella Brant e dos diretores do Departamento de Planejamento das Estruturas e da Força de Trabalho do Ministério do Planejamento Antônio Augusto Ignácio Amaral e Catarina Moreira.

A reunião foi agendada para obter informações sobre a tramitação do anteprojeto da lei de criação da Agência Nacional de Energia Nuclear.

Foi informado pelos representantes do Ministério do Planejamento que o referido projeto foi recebido em maio de 2012, entretanto, desde então, não houve nenhuma gestão do Ministério do Planejamento ou da CNEN com o objetivo de se priorizar referida análise. Esclareceram ainda que a análise realizada pelo Ministério do Planejamento foca, especialmente, aspectos técnicos, relacionados à estrutura, modelo e orçamento do órgão criado, e não sobre aspectos relativos à política nuclear nacional. Sobre tal aspecto, a análise é feita, sobretudo, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Diante de tal quadro, informaram que dificilmente haverá aprovação de recursos orçamentários para esta finalidade, neste ano, para o ano de 2014.

Foi dito pelos representantes do Ministério do Planejamento que será discutida, com a Secretária de Gestão Pública, a possibilidade de se elaborar um parecer, apontando os problemas identificados no anteprojeto apresentado, e encaminhá-lo ao MCT para retomar a discussão acerca da construção do modelo da Agência de Segurança Nuclear, que tão logo conclua o referido documento, cópia será encaminhada ao GT.

Em reunião realizada no dia 21 de novembro de 2013, estiveram presentes os seguintes representantes da sociedade civil: Zoraide Cardoso Vilasboas (Movimento Paulo Jackson), Celio Bermann (IEE – USP), Chico Whitaker (Coalizão por um Brasil sem usinas nucleares), Renan Finamore (ENSP/FIOCRUZ), Fernanda Giannasi e Maiana Maia Teixeira (Rede Brasileira de Justiça Ambiental), na qual foram trazidas as seguintes questões: a) ausência de inventário dos rejeitos no Brasil, sendo que atualmente não há transparência quanto aos passivos existentes; o problema do financiamento de Angra 3 pela CEF, embora este financiamento tenha sido requerido pelo Brasil ao Governo Alemão, quando foram realizados, pelo governo alemão, questionamentos sobre segurança, e produzidos pareceres que indicavam problemas tecnológicos e de segurança, o Brasil se desinteressou e não insistiu na solicitação. Foi informado que a CEF alegou que as informações eram protegidas pelo sigilo bancário. Informou apenas que os valores repassados se encontravam disponíveis no site da INB.

Quanto ao item “a” foi decidido o encaminhamento para distribuição do Ofício nº 629/20133– CCR para as unidades do MPF com atribuição nos municípios de Caldas e Itu, para as providências cabíveis. Quanto à metodologia e articulação entre sociedade civil e Ministério Público, a fim de otimizar essa interlocução será elaborada uma relação das Procuradorias/Procuradores com atribuição em cada unidade que atua no ciclo nuclear, bem como será estabelecido o acesso às agendas e temas debatidos pelo GT, para que a sociedade civil e universidade possam, oportunamente, trazer suas contribuições.

Também foi deliberado a manutenção de todos os Procedimentos de Acompanhamento, à exceção do que tratava dos aspectos ambientais com impactos na saúde, e que já foi arquivado pela 4ª CCR.

Em relação ao PA que trata dos aspectos de segurança para a população local, será remetido para a PRM/Angra dos Reis o Plano de Segurança das Usinas de Angra dos Reis, para que a questão seja tratada no âmbito da referida Procuradoria. O enfoque deste procedimento do GT, por ora, se restringirá ao acesso à informação das questões relacionadas à segurança, devendo ser alterada a ementa.

Quanto aos PAs que tratam do licenciamento e disposição final de materiais radiativos e nucleares, será encaminhada cópia do Ofício nº 37/2012/ CNEN/DRS e do Ofício nº 1162/2012/DILIC/IBAMA, contendo a relação das instalações radiativas e nucleares, para as unidades do MPF com atribuição para tratar das respectivas instalações, para as providências cabíveis, destacando a necessidade de apurar se, diante da ausência de licenciamento pelo Ibama, houve licenciamento pelo órgão ambiental estadual.

Em relação ao PA que trata do transporte de materiais radiativos e nucleares, foi realizada reunião com a CNEN. Foi criada Divisão de Transportes na CNEN. Está em fase de conclusão a revisão da legislação da CNEN sobre transportes e a elaboração de Instrução Normativa conjunta pela CNEN e pelo Ibama.

Será encaminhado o “Relatório de Transporte Rodoviário de Carga” sobre queda de mercadorias para a Procuradoria da República com atribuição no município de Campestre, no Maranhão, com sugestão de apurar se houve autuação do Ibama, bem como eventual responsabilidade civil.

Quanto ao PA que trata da análise crítica do Programa Nuclear, foi juntada cópia do PA 1.14.001.000087/2009-19, da PRM/Guanambi, que será encaminhado para a 4ª CCR, com sugestão de arquivamento. Será juntada, em cada um dos PAs do GT, cópia do Acórdão TCU nº 519/2009. Além disto, foi definido o cronograma das reuniões de 2014.

Ainda no dia 21 de novembro de 2013 foi realizada reunião na CNEN, no Rio de Janeiro, com a presença dos membros do GT e com os Senhores Natanael C. Bruno e Alexandre Gromann de Araujo Goes, representantes da CNEN e com Rômulo de Castro Souza Lima e Maria Aparecida B. Prevot, Procuradores Federais/CNEN.

Na oportunidade foi feita uma apresentação pelo Natanael sobre os marcos legais e estrutura do transporte de materiais radiativos. Foi informada a criação recente da Diretoria de Transportes que conta com dois membros.

O GT participou dos seguintes eventos externos:

1. Audiência Pública sobre Energia Nuclear pós Rio+20

No dia 22 de maio de 2013, a procuradora da República Gisele Porto representou a 4ª CCR e o GT Energia Nuclear na “Audiência Pública: Energia Nuclear pós Rio + 20”. Na oportunidade a procuradora da República Gisele Porto apresentou o escopo do trabalho do GT e ressaltou a necessidade de maior transparência no âmbito dos GT Energia Nuclear processos de licenciamento

de instalações nucleares, bem como sobre a necessidade de disponibilização, na *internet*, dos documentos relacionados aos processos de licenciamento.

Ressaltou ainda a necessidade de realização de audiência pública para discutir o “Anteprojeto de Lei de Criação da Agência Reguladora para Energia Nuclear”, momento em que o Deputado Penna informou que convocaria a referida audiência ainda neste ano.

Na oportunidade foram estabelecidos importantes contatos com entidades da sociedade civil interessadas no tema; tendo sido ao GT formalmente solicitado, por Zoraide Vilasboas e Renato Cunha, respectivamente, visitas do GT Energia Nuclear às instalações da INB em Caetité/BA e nas futuras instalações de Santa Quitéria/CE, onde há previsão de exploração de urânio.

2. Audiência Pública sobre o Anteprojeto de Lei da Criação da Agência de Segurança Nuclear

No dia 25 de junho de 2013, os membros do GT Izabella Brant e Gisele Porto e a colaboradora Monique Cheker participaram de Audiência Pública convocada para exposição e discussão do projeto de lei sobre a criação da Agência de Segurança Nuclear. A partir das informações obtidas na audiência que se encerrou mais cedo devido à convocação dos Deputados para a Plenária, foi agendada a 8ª reunião do GT no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde encontra-se em análise o anteprojeto.

3. 2º Seminário sobre Energia Nuclear – Aspectos Econômicos, Políticos e Ambientais

Nos dias 22 e 23 de maio de 2013, os procuradores da República Izabella Marinho Brant, Monique Cheker e Sergio de Almeida Cipriano e Gisele Porto (no dia 23) participaram do “2º Seminário sobre Energia Nuclear – Aspectos Econômicos, Políticos e Ambientais”, realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Não por acaso, num momento ainda sem suporte técnico especializado, os membros do GT Energia Nuclear concentraram seus esforços nas questões relacionadas à transparência e divulgação da informação, não só para o próprio MPF como para a sociedade civil. De posse de informação torna-se possível, não só mediar conflitos entre os diversos atores, mas também verificar na prática a efetividade das medidas de segurança existentes e exigir seu cumprimento onde não estejam sendo cumpridas.

O GT Energia Nuclear cumpriu a agenda programada para o ano de 2013. Especialmente em razão do contato estabelecido com as entidades atuantes na área, em cada um de objetivos estabelecidos tratados nos cinco procedimentos administrativos instaurados, houve um significativo avanço em direção aos resultados esperados pelo grupo.

Na primeira Audiência Pública em que participou na Câmara dos Deputados, o GT se fez conhecer para as entidades representantes da sociedade civil e para os órgãos fiscalizadores e teve oportunidade de solicitar audiência pública no tema importantíssimo sobre a discussão da criação da Agência de Segurança Nuclear. A participação do GT nesta segunda audiência realizada na Câmara dos Deputados foi imprescindível para obtenção de informações que levaram à reunião no MPOG sobre o anteprojeto. É extremamente importante o acompanhamento pelo MPF do trâmite e de toda a discussão do anteprojeto, inclusive promovendo outras audiências públicas sobre a questão.

A partir da troca de informações promovida pelo MPF na reunião em que participaram todos os órgãos envolvidos na fiscalização, a CNEN promoveu a criação de um setor específico para a questão do controle do transporte, e está produzindo em conjunto com o Ibama um Termo de Referência.

Para o próximo ano, o GT pretende ver adaptados os órgãos fiscalizadores ao regime da Lei Complementar 140/11, e concluir a coleta de informações para produzir os dois Manuais de Atuação, sobre Transportes de Materiais Radiativos e Licenciamento e Disposição de Rejeitos.

GT Fauna

A metodologia de trabalho adotada pelo GT Fauna consiste na distribuição de inquéritos civis públicos para cada membro, de acordo com a sua possibilidade de atuação. Por meio de reuniões periódicas são relatados por cada membro, os andamentos dos feitos, as providências adotadas e os prazos para conclusão dos trabalhos.

Como o GT Fauna foi reestruturado recentemente, até o final de 2013 foram instaurados 6 (seis) procedimentos, a saber:

- a. acompanhamento das atividades do Grupo de Trabalho;
- b. apurar a legalidade da Portaria do Ibama que determina a castração de felinos de grande porte em criadouros registrados, excetuando os zoológicos;
- c. apurar os procedimentos e eventual ilegalidade em que animais são usados para fins de experimentação animal e vivissecção;
- d. comércio ilegal de animais silvestres;
- e. possível suspeita de irregularidades na administração ambiental. Instruções Normativas nº 03/2011 e 15/2011, do Ibama referente à definição de espécies da fauna nativa e exótica para criação como doméstica;
- f. acompanhamento de abertura/duplicação de estradas.

Até o final de 2013 foram encaminhados a Coordenadoria do GT 3 (três) procedimentos, sendo referentes à:

- a. portaria GT-Fauna nº 05, de 27/09/2006 sobre a Carteira de conservação da fauna e recursos pesqueiros brasileiros;
- b. notícia de ajuizamento de ações civis públicas visando coibir a prática de caça amadorística no Estado do Rio Grande do Sul;
- c. revisão do Manual de Fiscalização do Ibama.

Foram instaurados 6 (seis) dossiês, a saber:

- a. projeto de Lei que institui o Estatuto dos animais e código federal de bem-estar animal. (Projetos de Lei nºs 3676/12 e 215/2007);
- b. moção de alerta sobre ameaça real aos morcegos brasileiros;
- c. maus-tratos e falta de habitat para animais exóticos;
- d. implementação do Sisfauna – Informação em licença de transporte de animais silvestres;
- e. estratégia de comunicação em suporte à Instrução Normativa do Ibama sobre o controle de javali asselvajado no País;
- f. apurar a criação de animais exóticos para extração e comércio de peles.

A Coordenadora do Grupo de Trabalho Fauna participou na qualidade de Representante do MPF, conforme autorização do CSMPF, de 3 (três) reuniões no Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal, em Brasília.

GT Intercameral Grandes Empreendimentos

O GT intercameral Grandes Empreendimentos realizou cinco (5) reuniões no ano de 2013.

Como resultado da reunião realizada em 12 de agosto de 2013, em Brasília, destaca-se a transformação do GT em intercameral, ou seja, composto também por membros da 6ª Câmara (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). A ideia foi atribuir um caráter mais operacional ao GT, com a eleição de uma lista de projetos considerados importantes pelo MPF e que serão acompanhados pelo GT, sendo que os seus membros oferecerão apoio aos procuradores naturais no que for preciso, como, por exemplo, o comparecimento em audiências públicas, discussão de estratégias, definição de encaminhamentos e, inclusive, para a adoção das medidas extrajudiciais (Recomendações e TAC) e judiciais porventura cabíveis. Os projetos foram divididos em duas grandes áreas: energia e transporte. Na primeira incluem-se a exploração de petróleo na região de Abrolhos e a construção de usinas hidrelétricas nas bacias dos rios Madeira, São Francisco, Tapajós, Teles Pires, Juruena e

na Bacia Araguaia-Tocantins, além de construção de pequenas centrais hidrelétricas no Pantanal. Na segunda área incluem-se as obras do Porto Sul, da Estrada de Ferro Carajás, da BR-163, e da Ferrovia Norte Sul. Cumpre destacar que o GT já vinha acompanhando seis empreendimentos do setor elétrico e uma barragem de abastecimento que foram alvo de investigação pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão vinculado à Presidência da República. Na mesma reunião o GT deliberou a) aprovar uma minuta de recomendação ao Ibama e aos Ministros do Meio Ambiente, da Cultura, da Justiça e da Saúde, para que seja dada interpretação conforme à Constituição em diversos dispositivos da Portaria Interministerial 419/2011, que regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o artigo 14 da Lei nº 11.516/2007; b) ampliar o conhecimento dos membros do GT acerca da energia eólica e dos impactos decorrentes da forte expansão da oferta desse tipo de energia por meio da implantação de parques eólicos em várias regiões do Brasil; c) revisar e atualizar o atual Roteiro de Atuação da 4ª CCR em matéria de licenciamento ambiental, de modo a deixá-lo mais prático, com modelos de peças (portarias, ofícios, ações, etc.), passo a passo sobre atuação extrajudicial e judicial e *hiperlinks* para normas aplicáveis.



Reunião em agosto de 2013
Foto: Leonardo Prado, Secom/MPF

Como consequência das deliberações tomadas na reunião foi expedida a Portaria 4ª CCR nº 6, de 26 de agosto de 2013, formalizando as alterações sofridas pelo Grupo de Trabalho, referendando a mudança do nome, que passou de “Licenciamento de Grandes Empreendimentos” para “Grandes Empreendimentos”, tornando-se, ainda, intercameral, contando com suporte técnico e membros representantes da 4ª CCR, 6ª CCR e PFDC. Reproduz-se a seguir, os objetivos do novo GT, conforme disposto na Portaria citada; “O Grupo de Trabalho tem como objetivo geral

acompanhar políticas, planos e programas de desenvolvimento e os empreendimentos a eles associados, com vistas a subsidiar a atuação do Ministério Público Federal na prevenção, mitigação e compensação de impactos decorrentes da implantação de grandes empreendimentos; e como objetivos específicos: a) apoiar a atuação dos membros do MPF na condução de casos que envolvam grandes empreendimentos; b) produzir material de apoio aos membros do MPF com base nas experiências auferidas; c) quando demandados, discutir e opinar sobre propostas normativas que alterem o sistema de licenciamento ambiental; d) acompanhar a atuação dos órgãos participantes do sistema de licenciamento ambiental”. A Portaria acima também fixou o prazo de 2 anos para a duração do GT, prazo este passível de prorrogação mediante fundamentação.

Assim com base na minuta elaborada pelo Procurador da República Wilson Rocha Assis e aprovada pelo GT foi expedida a Recomendação nº 02/2013 pelos Subprocuradores- Gerais da República Mário Gisi, Deborah Duprat e Aurélio Veiga Rios, respectivamente Coordenadores da 4ª CCR, 6ª CCR e PFDC, endereçada ao Ibama, bem ainda aos Ministérios do Meio Ambiente, da Cultura, da Justiça e da Saúde, para que fosse dada interpretação conforme à Constituição em diversos dispositivos da Portaria Interministerial 419/2011, promovendo as necessárias adequações ao texto normativo. Em resposta à Recomendação supra, manifestaram-se as seguintes autoridades:

- a) Ibama: informa que a Recomendação fora encaminhada à Procuradoria Federal Especializada do Ibama bem ainda, por cópia, ao MMA, aos cuidados da Chefe de Gabinete da Sra. Ministra, para conhecimento e providências, considerando que parte da Recomendação e aos Ministérios signatários da Portaria nº 419/2011, bem como o fato de que o MMA está coordenando o processo de revisão da referida portaria;
- b) MMA: encaminha o Parecer de 18/11/2013, por meio do qual são apresentadas as razões do MMA para o não atendimento das recomendações veiculadas;
- c) Funai/MJ: solicitando o prazo de trinta dias para atendimento da Recomendação em referência;
- d) Minc/Conjur: encaminha cópia do Processo de nº 01400.0355500/2013-45, “para as providências cabíveis”.

Assim, a questão do cumprimento da Recomendação nº 02/2013 bem ainda o acompanhamento do procedimento de revisão da Portaria 419 já em curso, é uma das prioridades do GT para o próximo exercício e constará da pauta da primeira reunião de 2014.

O GT solicitou ao analista/perito em geografia Valdir Carlos da Silva Filho o acompanhamento da Audiência Pública na Câmara dos Deputados realizada em 14/08/2013, que reuniu órgãos intervenientes no processo de licenciamento ambiental na esfera federal com o objetivo de debater a necessidade de se estabelecer um regime diferenciado de licenciamento ambiental para os empreendimentos do setor elétrico. Assim, foi produzido relatório técnico que pontuou que a “Mesa do evento revelou uma perspectiva muito associada ao setor elétrico, notadamente pelo viés econômico par maior geração de energia elétrica, sem uma preocupação específica com a qualidade do processo. Não obstante, constatou-se que o principal problema ao “regime” no licenciamento ambiental aplicado ao setor elétrico: a) é menos provocado por lacunas normativas, mas comprovadamente mais associado aos problemas estruturais dos órgãos intervenientes, especialmente o insuficiente efetivo de servidores de carreira; b) que há um risco elevado de enfraquecimento dos órgãos intervenientes no licenciamento ambiental, pois o foco está no Ibama e mesmo este “corre risco de que as pressões e ingerências do setor elétrico diminuam a qualidade e efetividade das análises de avaliação de impacto ambiental”; c) a ausência de empoderamento dos órgãos intervenientes, cujos encargos são ampliados sem o devido aparelhamento, levando a sua depreciação com a pecha de causadores de “entraves burocráticos”, ocasionando a desqualificação do processo de licenciamento ambiental; e d) o referido Relatório Técnico também chama a atenção para a falta de interesse dos participantes pelo aperfeiçoamento do controle social no processo de licenciamento ambiental e reafirmação do estigma quanto à atuação do MPF nessa área. Conclui com a sugestão de acompanhar o processo de revisão da Portaria Interministerial nº 419/2011 junto aos Ministérios envolvidos para melhor compreensão dos cenários prognosticados ao futuro próximo. O GT GE segue atento às iniciativas visando a alteração do processo de licenciamento ambiental, bem ainda quanto à revisão da Portaria Interministerial nº 419/2011, como já referido;

Dando cumprimento à deliberação tomada na reunião, foram elaboradas minutas dos ofícios, pelo procurador da república Tiago Modesto Rabelo, referentes ao acompanhamento dos casos/empreendimentos prioritários disponibilizando-as pela rede para utilização dos membros do GT, em relação aos respectivos casos eleitos, bem como pelas CCRs, sendo certo que já foram encaminhados os respectivos ofícios pela 4ª CCR aos procuradores naturais.

Também em atendimento ao planejamento constante da ata da reunião do GT do dia 12/08/2013, foram realizadas duas reuniões do GT em 10 e 11 de outubro/2013, em Brasília, onde participaram vários convidados que trouxeram o estado da arte em relação à implantação dos parques eólicos no Brasil, às atividades do Conama para regulamentação do licenciamento

ambiental de tais empreendimentos, bem ainda quanto ao desenvolvimento técnico desse tipo de geração de energia. Assim, foram ouvidos pelos membros do GT representantes: do GT-Eólicas do GI-GERCO; do Ministério de Minas e Energia (MME), dentre estes, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); do MMA; do Ibama; o Coordenador do GT Eólicas do Conama e o Diretor do Departamento de Gestão Estratégica/MMA; bem ainda o Sr. Pedro Bara Neto, Coordenador de Infraestrutura da Iniciativa Amazônia-Viva-WWF, que apresentou metodologia de planejamento ambiental aplicada pelo WWF na bacia amazônica. A par do inestimável aporte de conhecimentos na área de geração de energia eólica, as reuniões ora relatadas trouxeram significativa alteração na agenda em curso no Conama no tocante à elaboração de uma Resolução sobre o licenciamento dos parques eólicos. O Coordenador do GT Eólicas do Conama, Raimundo Deusdará, esclareceu que uma proposta foi apresentada em outubro de 2012, com o título “licenciamento ambiental de parques eólicos em superfície terrestre e dá outras providências”. Quanto ao trâmite da minuta de Resolução, informou na ocasião que seria colocada em pauta nos dias 17 e 18 de outubro/2013 para aprovação do GT Eólicas, e em seguida seria levada à Plenária nos dias 27 e 28 de novembro/2013, em regime de urgência, com grandes chances de aprovação. Os membros do GT colocaram-se veementemente contra tal “regime de urgência”, visto entenderem que a questão não estava ainda tecnicamente madura, como resultou esclarecido nas palestras antecedentes, sendo questionável a adoção de um “licenciamento simplificado” como pretendido, exurgindo, de todo o narrado, evidentes os interesses econômicos dos estados em todo esse processo. Foi solicitado então, pelos membros do GT ao Sr. Coordenador Raimundo Deusdará que fosse requerida vista do processo, de modo a interromper essa “atropelada” tramitação, possibilitando um maior debate e acompanhamento da questão também pelo MPF. Na ocasião o GT GE deliberou pela elaboração de uma Nota Técnica, a qual, uma vez aprovada pelo grupo, foi prontamente encaminhada ao Conama com as considerações técnicas e jurídicas que o GT entende devam ser consideradas por ocasião da elaboração da Resolução sobre o licenciamento dos empreendimentos de geração eólica. A partir dessa mobilização do GT conseguiu-se efetivamente a suspensão da votação definitiva da referida Resolução, com ampliação dos prazos para debate e efetivo acompanhamento do GT nos trâmites perante a Câmara Técnica Ambiental do Conama. Segundo informação prestada pelo procurador representante do MPF no Conama, José Leônidas Belém de Lima, em conversa com os representantes de entidades da sociedade civil participantes daquela Câmara Técnica, houve a sinalização de que é possível que venham a ser acolhidas, ainda que parcialmente, as ponderações lançadas em Nota Técnica do MPF, retomando-se, eventualmente, o texto original da proposta de

resolução, que regulamentava a matéria de forma mais restritiva. No entanto, a Ministra do Meio Ambiente deixou bastante claro que quer celeridade na rediscussão do tema. A questão segue, portanto, com acompanhamento prioritário do GT, de modo a influir nas decisões daquele Conselho, tendo em vista as reuniões agendadas para janeiro/2014 e março/2014, quando, muito provavelmente, será submetida a versão final da Resolução à votação em sessão plenária do Conama. Cumpre ainda referir que no tocante a este tema, dos empreendimentos de geração eólica, o GT tem contado com a inestimável assessoria técnica da analista/perita em Biologia Isabel Cavalcante Waga que, desde a inclusão desse tema no plano de ação do GT, também tem participado e/ou acompanhado os procuradores da república em reuniões do GT Eólicas no Conama, prestando assessoria técnica inclusive ao representante do MPF naquele Conselho, o Procurador Regional José Leônidas Belém de Lima. A pedido do GT foram elaborados pela referida analista/perita dois Pareceres Técnicos, uma Nota Técnica e um Relatório Técnico. Também a pedido do GT foi apresentado um Relatório Técnico pelo analista/perito em engenharia química Vinícius Melo Duarte e um Relatório Técnico pela analista/perita em biologia Mirtes Magalhães Duarte.

Tendo em vista a Recomendação nº 01/2013-4ªCCR expedida pela 4ª CCR referente aos leilões e à exploração de gás de xisto, o GT, por sua Coordenadora, na reunião realizada em 11 de outubro de 2013, solicitou cópias da referida Recomendação e também da ata da reunião realizada com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) pelos Subprocuradores da República Mário Gisi e Sandra Cureau, de modo a que o GT aprofundasse seu conhecimento a respeito da matéria, visto ser este um dos temas constantes do planejamento do grupo em seu novo formato. A questão ganhou maior importância diante da proximidade da 12ª Rodada de licitações da ANP, que acabou sendo realizado no dia 28 de novembro de 2013. Esclareço que a 4ª CCR vinha já acompanhando diretamente o caso por meio do PA nº 1.00.000.014706/2013-26, onde foram produzidos dois relatórios técnicos pelos analistas/perito em engenharia sanitária Dalma Maria Caixeta e em geologia Humberto Alcântara Ferreira Lima. Importante ressaltar que a ANP pretende vender sob o regime de concessão 240 blocos de gás natural em terra, pela primeira vez admitindo a exploração de gás não convencional. Esse tipo de gás, assim chamado porque utiliza processos não convencionais para ser produzido, é combatido por órgãos ambientais que consideram o processo agressivo ao meio ambiente. Bem por isso, e, sobretudo diante das informações técnicas constantes dos relatórios produzidos pela assessoria técnica da 4ª CCR foi expedida a Recomendação nº 01/2013-4ªCCR endereçada: a) ao ministro de MME, para que determine a realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica, a que se dê a devida publicidade,

para que sejam esclarecidos os riscos e impactos ambientais relacionados à exploração do gás xisto, possibilitando que os órgãos competentes decidam, de forma fundamentada, sobre a conveniência da exploração dessa fonte de energia no Brasil; b) à Diretora-Geral da ANP, Sra. Magda Maria de Regina Chambriard, que suspenda a licitação de áreas para exploração e avaliação de Gás de Xisto, na 12ª Rodada prevista para outubro/novembro de 2013, até que seja concluída e dada a devida publicidade à Avaliação Ambiental Estratégica. Várias reuniões foram realizadas pela Coordenação da 4ª CCR, seus analistas/peritos acima referidos e representantes da ANP, com a intenção de fazer cumprir a Recomendação supra citada e firmar um TAC, que chegou a ser elaborado e assinado mas, às vésperas do leilão acima noticiado, acabou não referendado pela diretora-geral da ANP, apesar de todos os esforços do Coordenador da 4ª CCR e respectivos analistas/peritos. O leilão da ANP abarcou áreas em sete bacias sedimentares, sendo as mais propensas a conter gás não convencional as bacias de Sergipe-Alagoas, São Francisco e Recôncavo. Diante desse cenário, o GT empenhou-se para fazer a interlocução entre os procuradores naturais tanto da PR/DF quanto da PRM/Florianópolis/PI, eis que já possuíam representações sobre a exploração do gás de xisto, de modo a encaminhar as peças antes referidas, que instruíram o PA respectivo da 4ª CCR, dentre outros subsídios à propositura das competentes ACPs, nas referidas áreas de atribuição. Desse modo, foi proposta no próprio dia do leilão da ANP, a ACP pela Procuradoria da República no Município de Florianópolis/Piauí, subscrita pelo Dr. Antônio Marcos Martins Manvailer, que obteve liminar no sentido de suspender os efeitos do leilão já realizado na área abarcada pela jurisdição federal respectiva. A Coordenadora do GT também contatou o procurador da república na PRM/Presidente Prudente/SP Luís Roberto Gomes, alertando-o sobre o caso e encaminhando todos os documentos disponíveis sobre a questão, visto haver lotes leiloados em sua área de atribuição. O GT, em sua reunião realizada nos dias 5 e 6 de dezembro de 2013, solicitou ao analista/perito em geologia Humberto Alcântara Ferreira Lima a elaboração de um Mapa relacionando os 240 blocos de gás natural em terra ofertados no leilão da ANP, com as unidades das procuradorias da república com atribuição nas respectivas áreas e também um relatório acerca da Audiência Pública sobre a exploração de gás de xisto realizada no dia 06/12/2013, na Câmara dos Deputados, pela sua Comissão do Meio Ambiente. De posse dessa informação, serão expedidos ofícios pela Coordenadora do GT, aos procuradores naturais dando ciência do Mapa elaborado e fornecendo o material já disponível na 4ª CCR sobre o assunto. Também será encaminhado pela Coordenadora do GT, por ofício endereçado à Coordenadoria de Licenciamento da Funai, o Mapa antes referido, indagando sobre a existência de Terras Indígenas

nas áreas abrangidas pelos blocos exploratórios de gás de xisto e seus possíveis impactos bem como solicitando informar se a ANP foi alertada a respeito pela Funai.

O GT GE convidou a Coordenadora de Licenciamento da Funai em Brasília, Maria Janete A. de Carvalho, para explanar acerca das peculiaridades do licenciamento ambiental de estradas e outras grandes obras que impactam áreas indígenas em geral bem como as dificuldades de interlocução entre a Funai e o DNIT. Indagada pela Coordenadora do GT, sobre os prazos fixados na Portaria Interministerial 419, reconheceu que os prazos são exíguos, levando em conta as deficiências estruturais e de recursos humanos da Funai para a realização dos pareceres nos processos de licenciamento ambiental, os quais, em se tratando de populações indígenas, exige trabalhos de campo, com análises antropológicas que costumam exigir mais tempo para sua conclusão. Fez referência, ainda à disparidade existente entre o número de servidores da Funai e do Ibama para a realização desses pareceres, sem falar que a Funai também se manifesta nos licenciamentos de competência estadual, quando presentes interesses indígenas. Concluiu dizendo que os prazos estabelecidos na Portaria 419 conduzem, em muitos casos, a uma inevitável omissão daquela instituição. A Coordenadora do GT noticiou, na ocasião, a expedição da Recomendação nº 02/2013 da 4ª, 6ª e PFDC para que os Ministérios envolvidos promovam a adequação da Portaria 419 aos parâmetros constitucionais nela referidos. Prosseguindo em seu relato, a coordenadora de licenciamento da Funai também fez menção a outros grandes empreendimentos que, na sua opinião, merecem um olhar atento do MPF, a saber: UHE São Manoel, UHE São Jerônimo (alagará TI), UHE Marabá (alagará TI), Ferrovias FICO (integração Centro-Oeste). LT Manaus-Boa Vista. Também indagou se não haveria como solicitar prioridade no julgamento do processo judicial de Belo Monte que ataca o empreendimento no seu mérito (aspectos econômico-financeiros entre outros, que entende ter mais possibilidades de acatamento pelo Poder Judiciário. Em razão das informações e dificuldades relatadas na reunião em referência, foi deliberada a expedição de Ofício, solicitando oficialmente da Coordenação de Licenciamento da Funai, as informações disponíveis naquele setor, sobre as rodovias e ferrovias que cortam a Região Amazônica brasileira e que, ao serem construídas, determinaram contato com os povos indígenas que ali habitavam, sem que contrapartidas aos direitos atingidos fossem adotadas à época, constituindo-se, desta feita, em um passivo de obrigações ainda não adequadamente tratado nos atuais licenciamentos envolvendo a reabertura, pavimentação e/ou ampliação dessas mesmas vias. O GT está, por ora, no aguardo das informações solicitadas que, tão logo sejam enviadas serão submetidas à análise do grupo bem como a questão envolvendo a dificuldade de diálogo entre a Funai e o DNIT.

Outras atividades do GT Intercameral Grandes Empreendimentos:

- a) Foi produzido o Parecer Técnico nº 064/2013-4ª CCR pelo analista/perito em geografia Valdir Carlos da Silva Filho, relatando a reunião convocada pela Fundação Avina e realizada em 25/02/2013, em São Paulo/SP, para discutir a construção de uma Plataforma de Cenários Energéticos - Energia Elétrica (PCE-EE) para o Brasil. O relatório procura contribuir para a tomada de decisão quanto à participação institucional no PCE-EE;
- b) Foi produzido o Relatório Técnico nº 054/2013-4ª CCR pelos analistas/peritos em biologia Carlos Alberto de Souza Correia e em engenharia florestal Marcos Cipriano Cardoso Garcia, relatando o Seminário “Licenciamento Ambiental – da Resolução Conama nº 1/86 aos dias atuais”, realizado no dia 03/10/2013 no Auditório I do Ibama, em Brasília/DF;
- c) Os membros do GT GE, Eliana Torelly, Felício Pontes Jr., Marcia Brandão Zollinger e Maria Luiza Grabner, participaram do III Encontro Regional da 6ª CCR do MPF, realizado nos dias 03 e 04 de outubro em Alter do Chão, no Pará, oferecendo contribuições no Grupo de Trabalho sobre “Hidrelétricas (UHE e PCH) e impactos em terras indígenas, quilombolas e populações tradicionais”. Ao final do Encontro, foram aprovadas pela plenária, “conclusões”, dentre outras, versando sobre aspectos do licenciamento ambiental de grandes empreendimentos e a necessidade de cumprimento do direito à consulta livre, prévia e informada de que trata a Convenção 169 da OIT.
- d) Foram noticiados os resultados positivos de reuniões dos Procuradores da República membros do GT Márcia Brandão Zollinger, Felício Pontes e Tiago Rabelo, com os procuradores naturais de casos eleitos como prioritários pelo GT, em sua nova configuração. Como decorrência desse entrosamento, obteve-se uma antecipação de tutela em grau recursal e também foi elaborado um TAC. Os empreendimentos referidos são UHE da Bacia do Teles Pires e Tapajós, e também Porto Sul em Ilhéus-BA. As procuradoras Eliana Torelly e Sílvia Pontes também fizeram referência aos avanços na interlocução com os procuradores naturais dos casos que acompanham, comprometendo-se a enviar ao Grupo uma síntese das atividades até então desenvolvidas;
- e) O GT na reunião do dia 04 de junho de 2013 aprovou o fluxograma apresentado pelo Procurador da República Felício Pontes, com relação ao momento da consulta aos povos indígenas no processo de licenciamento ambiental de hidrelétricas, ressaltando que a consulta não é um ato e sim um processo;
- f) O Coordenador do GT João Akira Omoto publicou artigo no Livro da *RED Latinoamericana de Fiscales Ambientales*, cujo título é “Projetos de desenvolvimento: crítica e perspectivas à luz dos

direitos humanos”, trazendo dessa forma valiosa colaboração não só para os membros do GT, mas para todos aqueles que se debruçam sobre tão complexo tema.

Plano de Ação para 2014

a) No tocante ao aprimoramento do processo de licenciamento ambiental:

- finalizar e publicar o trabalho do GT “Licenciamento de Grandes Empreendimentos” da 4ª CCR sobre “Área de Influência”, encaminhada pela NT nº 039/07, de modo a que as importantes sugestões ali apresentadas possam ser incorporadas na elaboração do novo marco normativo, pretendido pelo setor elétrico, entre outros interessados;
- acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo GT “Atingidos por Barragens” do CDDPH, dando ciência aos procuradores da república com atuação na matéria, no sentido de tornar eficazes as sugestões emanadas no respectivo Relatório Final (disponível no site da PFDC);
- recomendar ou intervir no processo de revisão do formato das audiências públicas, de modo a que sejam elas avaliadas sistematicamente e que melhorem em termos qualitativos (duração, momento, etc.);

b) analisar as respostas das diversas instituições com participação obrigatória no processo de licenciamento ambiental, em relação à Recomendação nº 02/2013 da 4ª, 6ª e PFDC, que propõe a adequação dos termos da Portaria Interministerial nº 419/2011, formulando, se o caso, Representação para o PGR propor a competente ADIN;

c) Acompanhar atentamente as reuniões do Conama voltadas à elaboração de uma minuta de Resolução sobre o licenciamento ambiental dos Parques Eólicos, valendo-se das razões jurídicas constantes da Nota Técnica elaborada pelos membros do GT, bem ainda dos subsídios técnicos apresentados pelas analistas/peritas da 4ª CCR, Isabel Cavalcante Waga (em biologia) e Cristina de Queiroz Telles Maffra (em geologia) dentre outros, nos Pareceres Técnicos nº 009/2014-4ªCCR e nº 010/2014-4ªCCR, sem prejuízo de uma análise antropológica a cargo da analista/perita em antropologia Fernanda Paranhos, integrante da equipe de suporte técnico do GT. No caso de insucesso da atuação extrajudicial do GT, elaborar Representação para o PGR para propositura da competente Adin;

d) Acompanhar os desdobramentos da 12ª Rodada de licitações da ANP, que acabou sendo realizado no dia 28 de novembro de 2013, em que a ANP pretendeu vender sob o regime de concessão 240 blocos de gás natural em terra, pela primeira vez admitindo a exploração de gás não convencional (gás de xisto), encaminhando aos procuradores naturais os subsídios jurídicos e

periciais que se façam necessários para propositura de Recomendações, TACs ou ACPs em suas áreas de atribuição;

e) Prosseguir em sua atuação operacional/executiva coordenada, de apoio aos procuradores naturais nos casos concretos eleitos como prioridades na reunião do GT de 12 de agosto de 2013;

f) Revisar e atualizar o atual Roteiro de Atuação em matéria de licenciamento ambiental, transformando-o num roteiro/manual, de modo a deixá-lo mais prático, com modelos de peças (portarias, ofícios, ações, etc.), passo a passo sobre atuação extrajudicial e judicial e *hiperlinks* para normas aplicáveis;

g) Analisar a Auditoria do TCU no que tange ao licenciamento ambiental conduzido pelo Ibama e analisar a Orientação Jurídico Normativa 49/2013 do Ibama (OBS: arquivos contendo relatórios e acórdãos das auditorias do TCU sobre licenciamento ambiental, bem ainda o relatório final de consultoria realizada para o TCU pelo Prof. Luis Enrique Sanchez da USP foram encaminhadas por e-mail ao GT GE pelo analista/perito em geografia Valdir Filho, em 13/08/2013);

h) Proceder ao monitoramento de empreendimentos em curso e futuros: mapa/atlas dos empreendimentos – responsável: analista/perito em geografia Valdir Filho da 4ªCCR, com base no banco de dados do SISLIC (Ibama);

i) Aprofundar a reflexão sobre a responsabilidade civil ambiental de financiadores em geral e sobre a política de salvaguardas de direitos humanos e socioambientais nos financiamentos do BNDES em particular;

j) Estreitar os contatos com o GT Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais da 6ª CCR, e também com o GT Regularização Fundiária das Unidades de Conservação da 4ª CCR, tendo em vista os direitos fundamentais envolvidos, de interesse comum;

k) Participação do GT Grandes Empreendimentos no Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV) para os novos procuradores da república, ministrado pela ESMPU, de modo a tornar conhecida a temática da implantação de grandes projetos de desenvolvimento e do licenciamento ambiental dos empreendimentos a eles associados.

GT Mineração

Na primeira reunião do GT Mineração, realizada em Brasília, no dia 27 de junho de 2013, os seus membros elegeram como prioritárias as seguintes frentes de atuação: a) acompanhamento da tramitação legislativa do novo marco regulatório da mineração; b) levantamento dos passivos ambientais da mineração; c) atribuição MPF x MPE. A elaboração de roteiros de atuação foi

considerada não prioritária e relegada para um momento posterior. Traçou-se uma estratégia, com distribuição de tarefas, para atuação nas três frentes eleitas como prioritárias.

No início da reunião, o geólogo Telton Elber Corrêa, Secretário-Adjunto de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME) e o economista Marcel Stenner, também do MME, fizeram uma apresentação sobre a proposta de novo marco regulatório da mineração encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional (Projeto de Lei nº 5.807/2013), que àquela altura tramitava em regime de urgência.

A segunda reunião foi realizada em Criciúma/SC, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2013.

No primeiro dia foi discutida e atualizada a estratégia de atuação no acompanhamento da tramitação do novo marco regulatório da mineração, no mapeamento dos passivos ambientais da mineração e na questão da atribuição do MPF para atuar em matéria de mineração. No segundo dia, realizou-se saída de campo, para verificação de problemas ambientais e, quando o caso, sua recuperação nos Municípios de Criciúma, Forquilha, Lauro Muller, Siderópolis e Urussanga.

Resumo das principais ações e propostas de continuidade em relação a cada um dos três temas prioritários:

Novo marco regulatório da mineração

Nesta atuação o GT contou com o valioso apoio da Assessoria de Articulação Parlamentar da PGR (Assart), que viabilizou o acompanhamento da tramitação legislativa e os contatos com os parlamentares.

O GT propôs 34 (trinta e quatro) emendas ao PL nº 5.807/2013, as quais foram entregues ao relator da Comissão Especial da Câmara dos Deputados criada para esse fim, Deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG). As proposições do GT foram defendidas em contatos com diversos parlamentares mediante participação em audiência pública e encontros regionais, promovidos pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Ao todo, o GT participou de 15 (quinze) audiências públicas e 13 (treze) encontros regionais.

Em meados de novembro, o relator, Deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG), apresentou seu substitutivo ao PL nº 5.807/2013. Imediatamente, o GT Mineração, na pessoa dos procuradores Darlan Airton Dias e Antônio Arthur Barros Mendes, procederam a uma análise preliminar do substitutivo, produzindo uma Nota Técnica que foi encaminhada à Secretaria de Relações Institucionais da PGR, para remessa aos parlamentares.



Foto: Antônio Augusto, Secom/MPf

Em síntese, o substitutivo promoveu mudanças radicais em relação ao projeto encaminhado pelo Executivo. Quanto à questão ambiental, algumas sugestões do GT foram acolhidas, ainda que parcialmente, como a possibilidade da Agência Nacional de Mineração (ANM) exigir infraestrutura própria para escoamento da produção mineral; obrigação de pagar a participação aos superficiários, mesmo no caso de minas manifestadas; redução do valor da multa administrativa simples para cooperativas e mineradoras de pequeno porte; estabelecimento de políticas públicas para recuperação de passivos ambientais; obrigação do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) realizar o levantamento dos principais passivos ambientais da mineração.

Por outro lado, houve perigosos retrocessos, como a aprovação de relatórios de pesquisa e planos de aproveitamento econômico por decurso de prazo; ampliação exagerada do conceito de servidão minerária; atribuição à ANM da prerrogativa de exigir estudos geológicos prévios e dar a última palavra quanto à criação de áreas protegidas, como unidades de conservação, terras indígenas e territórios quilombolas.

O GT deliberou elaborar uma segunda versão da nota técnica, focando em seis temas prioritários, a saber: 1º) Estabelecimento de políticas públicas para a recuperação de passivos ambientais da mineração; 2º) Assegurar assento no Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) a representantes dos Ministérios do Meio Ambiente e das Cidades; 3º) Rejeição de qualquer hipótese de concessão de direitos minerários por decurso de prazo, incluindo a aprovação do relatório de pesquisa e do plano de aproveitamento econômico; 4º) Proteção das comunidades impactadas pelas atividades de mineração, incluindo aquelas afetadas pela logística de escoamento da produção, sob quaisquer formas; 5º) Manutenção das unidades de conservação de

proteção integral, terras indígenas e outros territórios especialmente protegidos, em razão de suas qualidades socioambientais e culturais, como áreas livres de mineração; 6º) Prerrogativa do Poder Concedente de exigir a implantação de infraestrutura própria para escoamento da produção de grandes empreendimentos mineradores.

Para o próximo ano, além da conclusão e divulgação da segunda versão da Nota Técnica, será necessário intensificar a articulação e os contatos com os parlamentares. Já no início do ano legislativo, projeta-se uma reunião de articulação com algumas ONGs e conversas com parlamentares no Congresso Nacional.

Mapeamento dos passivos ambientais da mineração

Este tema vem sendo conduzido mais diretamente pela Assessoria Técnica, notadamente pelos Analistas/Periciais em Geologia Sidnei Luís da Cruz Zomer e Cristina Maffra, com o objetivo de identificar os principais passivos ambientais da mineração no País, para orientar a atuação do Ministério Público. Após a identificação desses principais passivos, a ideia é verificar se o Ministério Público, Federal ou Estadual, tem alguma atuação para buscar a sua recuperação ambiental.

De qualquer forma, enquanto não concluída a tramitação legislativa do projeto de novo marco regulatório, o GT prossegue no esforço do mapeamento dos principais passivos.

Para tanto, foram expedidos 30 (trinta) ofícios-requisição, dirigidos aos órgãos ambientais federais e estaduais, DNPM, CPRM e outros, perguntando se existe alguma espécie de levantamento das áreas degradadas de mineração na área de atuação do órgão. O prazo fixado para resposta foi de 30 (trinta) dias. Vencido este prazo, alguns destinatários pediram prorrogação do prazo para resposta, o que foi deferido. Outros simplesmente silenciaram e houve a reiteração do ofício. As respostas que sinalizam alguma iniciativa mais concreta no sentido do mapeamento sistemático de passivos ambientais da mineração vieram do DNPM, FEAM (Minas Gerais), IBRAM (Distrito Federal) e órgão ambiental de Mato Grosso.

Os encaminhamentos para este tema serão os seguintes: a) requisitar ao DNPM uma cópia do Termo de Referência para contratação de um diagnóstico integrado das áreas degradadas; b) até março/2014, os Analistas/Periciais em Geologia Cristina Mafra e Sidnei Zomer elaborarão informação técnica a partir das informações obtidas em resposta aos ofícios-requisição, detalhando o que há em termos de levantamento de passivos ambientais de mineração nos diversos órgãos, destacando as iniciativas mais exitosas e promissoras; c) Cristina Mafra fará contato com a FEAM (MG) para obter detalhes a respeito do banco de dados previsto na Deliberação Normativa nº 144/2009; d) será organizado, para o segundo semestre de 2014, um

seminário sobre Passivos Ambientais de Mineração: diagnóstico, políticas e estratégias; possíveis convidados: DNPM, MME, MMA, CPRM, CETEM, INPE, Polícia Federal, órgãos estaduais mais atuantes, Ministérios Públicos e academia.

Atribuição do MPF em matéria de mineração

A equipe de assessoria da 4ª CCR realizou um levantamento preliminar de jurisprudência, nas Cortes Superiores e nos Tribunais Regionais Federais, que foi analisado e complementado pelos procuradores Dra. Fátia Rigo Nóbrega, Dra. Ticiane Andrea Sales Nogueira e Dr. Antônio Arthur Barros Mendes.

Há decisões em todos os sentidos, que respaldam desde uma atuação mais restrita até uma atuação ampla do MPF nesta matéria. Numa análise preliminar, constata-se que, em matéria cível, a definição da competência é calcada no critério *intuitu personae*, pelo qual a definição da competência é determinada pela presença ou não de entes públicos federais em um dos polos da demanda.

O critério, pois, será a intervenção ou não dos entes federais no feito, havendo que se falar em competência federal quando se tratar de exploração licenciada por órgão federal (caso do minério nuclear), perpetrada em unidade de conservação federal ou área da União, em área tombada pelo IPHAN, ou quando, ainda que ausentes os elementos anteriores, a União manifestar interesse em intervir no feito.

Para continuidade dos trabalhos tocante a este tema, acordou-se que: a) o Dr. Darlan Airton Dias, Coordenador do GT, preparará um resumo preliminar sobre o assunto e conversará com a Coordenação da 4ª CCR a respeito do que foi levantado até agora; b) o Dr. Darlan Airton Dias preparará uma minuta do questionário a ser apresentado aos procuradores de todo o Brasil, para verificar quais os argumentos que mais convencem os procuradores quanto à atribuição do MPF para atuar na matéria; c) a Dra. Flávia Rigo Nóbrega realizará um levantamento nos sites dos Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal e Territórios, para verificar se há algum enunciado quanto à atuação em matéria de mineração.

GT Patrimônio Cultural

O GT Patrimônio Cultural vem atuando em alguns temas vinculados a tal seara, sempre em três frentes: a) interlocução com as instituições que também trabalham com a matéria; b) acompanhamento de projetos de normativos; c) produção de material para repasse aos demais Membros do MPF.

A fim de documentar tal atuação, cada assunto é tratado no bojo de um procedimento administrativo distinto, com acesso pelo Sistema Único.



Reunião em agosto de 2013
Foto: Leonardo Prado, Secom/MPF

Em dezembro de 2012, após a recomposição do GT, que perdeu dois de seus três Membros titulares e teve seus trabalhos, em virtude disso, extremamente dificultados por quase dois anos, foi solicitada à 4ª CCR a redução do número de tais procedimentos, então em um total de 32 feitos, visando otimizar o andamento e priorizar temas de maior relevância.

Em que pese, a princípio e em conformidade com o artigo 5 da Portaria 4ª CCR, nº 03/2013, terem sido definidos cinco temas prioritários, outros procedimentos foram mantidos em andamento por ter entendido a Câmara em conjunto com o GT, que tratavam de assunto cujo acompanhamento seria importante. Iniciou-se o ano de 2013, então, com um total de 16 feitos, cujas providências tomadas, em resumo, foram as que seguem:

1. Destinação dada a Armamentos de Valor Histórico pelo Exército:

Após análise acurada, foi observado que o tema não exigia uma abordagem nacional, mas sim local, especificamente no Rio de Janeiro, razão pela qual solicitou-se à 4ª CCR o envio à PR/RJ.

2. Patrimônio Arqueológico e Programa MONUMENTA:

A temática encontrava-se contida em outro feito, não havendo indicação de qualquer medida efetiva a ser tomada. Assim, por conter importante documentação para instrução dos autos nº 12946/2010-43, foram os feitos apensados.

3. Arqueologia subaquática:

O tema foi considerado prioritário. Foi produzida nota técnica acerca do PL 45/2004, do Senado Federal, bem como diversos contatos e reuniões com autoridades da Marinha e com a Senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS), além do IPHAN. Este último, após contato do GT, formalizou seu apoio ao projeto, que evita a chamada “caça ao tesouro” nos litorais brasileiros principalmente. Ao final de janeiro de 2014, segundo informado em dezembro último pela assessoria da senadora, a OAB realizará, no Rio de Janeiro, reunião para tratar do tema, pelo que a Coordenação do GT solicitou data e contato para que o MPF se faça presente.

4. Fundo do Patrimônio Cultural:

Foi mantido contato com o gestor do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), questionando da possibilidade de criação de um fundo, nos mesmos moldes, específico para o patrimônio cultural, o que não se mostrou viável. Tramitou no Congresso Nacional projeto de lei para tal finalidade, o qual também não restou aprovado. O GT, então, debruçou-se sobre os projetos enviados ao FDD nos últimos anos, não tendo observado discrepância significativa no percentual de deferimento relativo àqueles vinculados ao meio ambiente naturalístico, razão pela qual foi feito despacho determinando o arquivamento do feito, com submissão à 4 CCR.

5. Regulamentação do Profissional Arqueólogo:

O tema foi considerado prioritário. Como é cediço, os licenciamentos ambientais exigem equipes multidisciplinares para análise dos estudos de impacto ambiental. A regular formação na seara da arqueologia é essencial. Todavia, a profissão ainda não foi regulamentada, razão pela qual o GT também apresentou à Senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS) pleito para tal finalidade, com documentação pertinente, em reunião realizada no segundo semestre do ano passado. Na última legislatura não foi possível a apresentação do projeto, tendo a senadora afirmado da existência de sinalização contrária oriunda do Palácio do Planalto. O GT reforçará a interlocução neste início de ano. Ressalte-se que o trabalho do GT foi importante fator para que o IPHAN ao menos definisse, através do ofício-circular nº 01/2013, o que considera, para os fins do exercício de seu poder de polícia em tal seara, o que é a capacidade técnico científica exigida pela Lei nº 3.924/61.

6. Tutela do Patrimônio Espeleológico:

O tema foi considerado prioritário. Após a extinção, em meados de 2013 e sem julgamento do mérito, da ADIN proposta sobre o decreto nº 6640/2008 - a representação ao PGR contou com a participação do GT, assim, o GT vem estudando a possibilidade de produzir modelo de ACP que possa ser proposta Estado a Estado. Antes, contudo, foi agendada reunião com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (Cecav), objetivando padronizar a atuação do Ibama e ICMBio, a ser realizada em março de 2014, o que certamente facilitará a interlocução com os sistemas estaduais de licenciamento ambiental.

7. Conselho Consultivo do IPHAN:

Em que pese a importância da atuação do Conselho Consultivo, responsável pela definição final de quais bens serão, ou não, tombados em âmbito federal, aquele sequer contava com regimento. A atuação do GT, através de intensa interlocução com o IPHAN, foi crucial para a publicação de tal regimento, que delimita minimamente o funcionamento do Conselho. O regimento, a par de configurar uma evolução no que tange à publicidade na atuação da autarquia, eis que ao menos há publicação da pauta de feitos a serem discutidos, com antecedência mínima de quinze dias, dentre outros pontos, ainda merece aperfeiçoamento. Além disso, foi feita pesquisa do GT junto ao IPHAN acerca de vários pedidos de tombamento sem qualquer definição. Listagem contendo tais pedidos foi encaminhada ao GT e repassada, estado a estado, aos demais colegas, visando que cada um atue, dentro de sua área de atribuição, no sentido de agilizar a definição de tais pedidos, alguns se arrastando desde 1940.

8. Trâmite dos Processos de Tombamento:

Apensado ao feito 7296 por tratar do mesmo assunto.

9. Definição de entorno:

Foi mantida intensa interlocução, pelo GT, com o IPHAN, na busca da definição dos entornos dos bens tombados em âmbito federal. Os novos tombamentos já vêm sendo realizados com tal definição. No que tange aos antigos, resta pendente resposta sobre cronograma para concretização. Feita mais de uma reiteração, foi delimitado, na última reunião do GT, que a derradeira deveria ser realizada no corrente mês, com a ressalva de que, na hipótese de não resposta, já restará o destinatário intimado para comparecimento ao MPF na primeira reunião do GT em 2014, conforme local e data definidos, a fim de prestar depoimento em procedimento próprio.

10. Tráfico de bens culturais:

O tema foi retomado em 2013, após paralisação do feito por quase dois anos. Reunião foi realizada, em Brasília, com Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), IPHAN e Polícia Federal, visando equalizar as informações e definir estratégia de atuação conjunta. A UFMG também participou da reunião e se disponibilizou a desenvolver projeto de mapeamento, a ser utilizado nos aparelhos de raios x dos aeroportos, para verificação de saída ilegal de material fóssil ou ligado à religiosidade. O feito se encontra no aguardo de resposta de requisição, feita à Polícia Federal, acerca de inquéritos policiais versando sobre o tema para melhor acompanhamento dentro do próprio MPF.

11. Patrimônio Material Ferroviário:

O trabalho desenvolvido em Minas Gerais, relativo à realização de TACs para cessão de patrimônio material, oriundo da RFFSA, a terceiros, foi absorvido pelo GT. Foi delimitada a produção de manual sobre o tema para distribuição aos demais Procuradores, o que teve considerável atraso em virtude da mudança da legislação em julho último. A Coordenação do GT encontra-se em tratativas para requisição, por um ano, de servidor da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) que concretizou seu doutorado na área, junto à PUC/MG, a fim de finalizar o manual em questão, atualizando material já existente, bem como implementar rotina específica para avaliação do valor para a preservação da memória ferroviária e consequente absorção do bem, pelo IPHAN, e/ou cessão a terceiros.

12. Direitos Autorais Musicais e Fonográficos:

Após análise, o pleito foi encaminhado à Câmara para arquivamento.

13. Direitos autorais bibliográficos e direito de acesso ao patrimônio cultural:

O feito se encontrava com integrante do GT que solicitou seu desligamento do grupo, havendo sua recente redistribuição.

14. Tutela de sítios arqueológicos:

O tema foi considerado prioritário. Os autos encerravam três objetivos: a) disponibilizar material sobre o tema aos demais membros do MPF no *wiki* do MPF; b) acompanhar a atualização do registro dos sítios arqueológicos – o GT fomentou a criação, inclusive através de recomendação emitida pela Coordenador da 4ª CCR, bem como vem acompanhando a

implementação do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) pelo IPHAN; c) acompanhamento da atualização das normas sobre o tema – vem sendo realizado.

15. Tutela do Patrimônio Linguístico:

Restou clara a necessidade de suporte técnico da 6ª CCR, eis que a maioria das línguas em extinção é vinculada às etnias indígenas. O GT encontra-se no aguardo da definição de como e quando será realizada tal análise técnica.

16. Tutela dos sítios geológicos e paleobiológicos:

Essencial verificar se a existência de sítios, registrados junto à CIGEP, vem sendo observada pelo IPHAN e Ibama, razão pela qual foi oficiado a tais autarquias, estando o GT no aguardo da resposta sobre o *modus operandi* de suas atuações.

Para o ano de 2014 o GT pretende conferir maior ênfase às seguintes atuações:

1. Projeto MP_ARQ: diagnóstico, em várias partes do país, da real situação de guarda dos acervos arqueológicos, através do levantamento requisitado no último ofício enviado ao CNA;
2. Projeto RFFSA: fomento da utilização do modelo de TAC desenvolvido em Minas Gerais e já aprovado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério dos Transportes e IPHAN;
3. Acompanhamento dos trabalhos específicos de concretização do plano de recuperação, desenvolvido pela Unesco, IPHAN e outros órgãos, visando a revitalização do Centro Histórico de Salvador. Para tanto foi substituída uma das suplentes do GT pela Dra. Caroline Queiroz, Procuradora da República em tal cidade;
4. Tutela do Patrimônio Espeleológico: após a extinção, em meados de 2013 e sem julgamento do mérito, da ADIN proposta sobre o Decreto nº 6640/2008 - a representação ao PGR contou com a participação do GT que vem estudando a possibilidade de produzir modelo de ACP que possa ser proposta Estado a Estado. Antes, contudo, foi agendada reunião com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (Cecav), objetivando padronizar a atuação do Ibama e ICMBio, a ser realizada em março próximo, o que certamente facilitará a interlocução com os sistemas estaduais de licenciamento ambiental.

GT Pesca

O GT Pesca realizou reunião nos dias 25 e 26 de abril, na PGR, tendo sido tomadas as seguintes providências, entre outras: a) foram recebidos representantes de ONGs, os quais relataram sua preocupação com o agravamento dos problemas ligados à conservação das espécies marinhas em decorrência da suspensão, pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), do Programa de Monitoramento Pesqueiro, bem como da implementação de políticas públicas de fomento da atividade através de programas de subsídios/subvenções visando o aumento da produção pesqueira e o desenvolvimento da aquicultura, tal como o "Plano Safra da Pesca e Aquicultura"; b) foi discutida, com a presença dos Analistas Periciais Denise Nicolaidis, Murilo Lustosa Lopes e Romina Faur Capparelli, a sugestão de matriz para atribuição de valor ao dano ambiental decorrente de atividade pesqueira; c) foi relatada, pelo Analista Pericial vinculado à 4ª CCR Clauber Moraes Pacheco, sua participação na reunião do GTT Tainha realizada nos dias 18 a 20 de março de 2013; d) foram apresentadas e analisadas as respostas aos ofícios expedidos a partir da última reunião, tanto no PAA GT, como no PAA Aquicultura, fazendo-se as sugestões de encaminhamento pertinentes; e) foram recebidos representantes do TCU, do IBAMA e do MMA, os quais relataram suas experiências no âmbito da gestão da atividade pesqueira, com vistas ao preparo de curso a ser promovido pelo GT; f) foi solicitada, à 4ª CCR, a elaboração de Informação Técnica acerca das funcionalidades do PREPS com vistas a verificar seu potencial de uso no exercício da atividade-fim do MPF; g) foi esboçada programação do curso a ser promovido pelo GT.



Reunião em abril de 2013

Foto: Leonardo Prado, Secom/MPF

No segundo semestre, as atividades do GT concentraram-se na adoção das medidas preparatórias à realização do Seminário “Gestão da atividade pesqueira à luz das atribuições do

MPF”, aprazado, à época, para os dias 03 e 04 de dezembro de 2013. Contudo, o número de Procuradores da República inscritos no referido Seminário não foi suficiente para justificar administrativamente a sua realização, sendo que o evento foi reagendado para os dias 27 e 28 de março de 2014, época para a qual os palestrantes já convidados manifestaram disponibilidade.

GT Intercameral Regularização Fundiária em Unidades de Conservação

O GT intercameral Regularização Fundiária em Unidades de Conservação apresentou proposta de elaboração de um manual de atuação, em 2014, para subsidiar os membros do MPF acerca do tema, possibilitando uma atuação nacionalmente coordenada.

Para apresentar e discutir a metodologia sugerida no manual, aos membros interessados foi proposta a realização de um seminário pela ESMPU, no início de 2014.

Como atuação piloto, o GT realizou duas visitas à Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Baião/PA), apontada pelo ICMBio como uma das mais complexas em termos de regularização fundiária, para, em conjunto com o procurador natural para atuar em sua área, fazer um teste da aplicação da metodologia sugerida no manual acima citado.

Foram realizadas várias reuniões, presenciais e por videoconferência, entre os membros do GT, além de duas reuniões com o ICMBio para discutir aspectos relativos à atuação da autarquia federal na regularização fundiária em Unidades de Conservação.

Encontram-se ainda em andamento as seguintes atividades: a) acréscimos no manual a serem apresentados à 4 CCR; b) levantamento acerca da utilização dos recursos de compensação ambiental para custear as ações de regularização fundiária; c) levantamento acerca da utilização do instrumento da compensação de reserva legal como estratégia de regularização fundiária.



Reunião em março de 2013
Foto: Leonardo Prado, Secom/MPF

GT Intercameral Transgênicos e Agrotóxicos

O GT intercameral Transgênicos e Agrotóxicos depende da vontade política de órgãos como Anvisa, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e CTNBio, sendo a sua atuação por meio de negociações, por ofícios, reuniões e contatos telefônicos.

A prioridade no exercício de 2013 foi a atuação preventiva junto aos órgãos responsáveis pelos registros de elementos químicos utilizados como agrotóxicos e à CTNBio, órgão competente para liberação comercial de organismos transgênicos, dentre os quais os tolerantes a agrotóxicos.

Com efeito, foi observado no decorrer do ano uma constante ameaça de flexibilização das normas restritivas de uso de agrotóxicos e a imposição do poder econômico para derrogar as conclusões já anteriormente obtidas em estudos sobre a toxicidade das substâncias.

Em março passado, o MAPA liberou Agrotóxicos à base do ingrediente ativo Benzoato de Emamectina, a despeito da oposição do Ibama e da Anvisa, tal medida foi “legalizada” com a posterior edição da Lei nº 12.873/13, de 24 de outubro de 2013 e do Decreto nº 8.133, de 28 de outubro de 2013, que retiraram as competências dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, na avaliação toxicológica e ambiental dos agrotóxicos em casos de emergência fitossanitária, restringindo a decisão apenas ao MAPA.

A Anvisa já havia se posicionado contrariamente à liberação desse ingrediente ativo ao elaborar o Parecer Técnico de Indeferimento do Produto, no ano de 2007, em virtude da Neurotoxicidade da substância, considerada inadequada, do ponto de vista da saúde humana.

Nas Reuniões Extraordinárias do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA), Anvisa e Ibama opuseram-se ao uso do Benzoato de Emamectina, sob o argumento de que há estudos atestando a eficiência de outros produtos no controle da praga que ora se visa combater, além do fato de que não está comprovada sua eficácia contra a *Helicoverpa spp.*

Trabalhando em conjunto com o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, o GT Transgênicos e Agrotóxicos ofereceu subsídios para a proposição da Ação Civil Pública pelo MPE/Barreiras. Tendo ainda o Inquérito Civil em trâmite na PRM/Barreira.

Em nome do GT, foi oficiada a Anvisa, requerendo cópia dos dois processos atualmente na fila de pedidos de registros de produtos à base de benzoato de Emamectina, além de cópia de todos os estudos do benzoato de emamectina que estão na autarquia, no qual já havia sido negado o pedido de registro desta substância.

As cópias foram encaminhadas no início do ano de 2014 para uma triagem prévia, pela Perícia Técnica da 4ª CCR, dos documentos mais importantes para subsidiar a atuação a partir deste ponto.

Além disso, pensou-se numa Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da Lei nº 12.873/13 supracitada, que está sendo minutada e será encaminhada ao Coordenador da 4ª CCR e, se for o caso, remetida ao Exmo. Procurador Geral da República.

No âmbito da CTNBio, por sua vez, o foco de atuação tem sido a iminente liberação comercial de OGMs tolerantes ao herbicida 2,4-D, um dos componentes do conhecido “agente laranja”, utilizado na Guerra do Vietnã.

Oficiada pelo GT, a Anvisa retornou que ainda não concluiu a reavaliação toxicológica do ingrediente ativo 2,4-D, iniciada no ano de 2006.

Considerando que a liberação comercial de transgênicos resistentes ao herbicida 2,4-D contraria à inclinação pela proibição desta substância no Brasil e no exterior (há projeto de Lei tramitando na Câmara dos Deputados para a proibição deste ingrediente ativo e a própria Anvisa, em reunião conjunta com Ibama, Mapa e Sindag, já consignara a necessidade de realização de novos estudos toxicológicos), foi emitida recomendação pela 4ª CCR para que a CTNBio realizasse audiência pública para abordar a liberação comercial em questão, atitude deliberada em Reunião conjunta do GT, Coordenação da 4ªCCR, membros do MPF, CTNBio e GEA.

Contudo a Comissão tem constantemente ampliado o objeto do sigilo permitido na Lei de Biossegurança, culminando na restrição progressiva da participação da coletividade no âmbito do colegiado, o que vai de encontro à própria finalidade dela, criada justamente para possibilitar a escolha democrática nessa temática tão sensível da biotecnologia.

Por esse motivo, o GT elaborou minuta de ADI para que fosse “declarada inconstitucional toda interpretação do inciso XIX do art. 14 da Lei nº 11.105/05, na parte em que permite à CTNBio considerar sigilosas as informações a respeito dos OGMs, apontadas pelo proponente como de interesse comercial, que vá além da sequência genética não patenteável, a fim de que sejam resguardados os direitos constitucionais à publicidade, ao amplo acesso à informação e de proteção ao consumidor e, acima de tudo, garantido a integralidade dos direitos constitucionais à vida, à saúde e ao meio ambiente”.

Alternativamente, foi elaborada minuta de recomendação ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBs), para que revesse a ampliação do sigilo de forma defesa pela Constituição, perpetrada pela CTNBio, nos moldes acima expostos, determinando a esse colegiado que, no âmbito dos OGMs, o sigilo das informações nos procedimentos de liberação comercial seja atribuído com base em critérios bem delimitados, que restrinjam ao máximo o conteúdo sigiloso, limitando-se tão somente à sequência genética criada e não constituindo óbice para a realização de audiências públicas e das reuniões do colegiado a portas abertas.

No exercício de 2013 os membros do GT participaram dos seguintes eventos:

1. Conferência Temática sobre agrobiodiversidade – Tema: Transgênicos e Agrotóxicos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, realizado nos dias 20 e 21 de junho de 2013, em Brasília/DF;
2. Painel da Mesa de Controvérsia sobre Transgênicos – “Os Processos Decisórios e de Regulação e o Controle Social na Construção da Política Biossegurança, realizados nos dias 10 a 12 de junho de 2013, Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), em Brasília/DF;
3. Reunião do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, realizado no dia 11 de setembro de 2013, no Ministério Público do Trabalho, em Brasília/DF;
4. Reunião com os membros da CTNBio e do GEA, realizado no dia 30 de setembro de 2013, em Brasília/DF;
5. Convocação Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, realizado no dia 11 de dezembro de 2013, no Ministério Público do Trabalho, em Brasília/DF;
6. Audiência Pública – Pedidos de Liberação Comercial de Milho e Soja Transgênicos tolerantes ao herbicida 2,4-D, realizado no dia 12 de dezembro de 2013, na ESMPU, em Brasília/DF.

Ressalta-se, por fim, que as ações do GT ao longo desses anos têm aparecido com a obtenção de decisões judiciais favoráveis, como é o caso da restrição ao glifosato conseguida no Estado do Maranhão.

Projeto Praia Limpa

O Projeto Praia Limpa tem como objetivo coletar informações sobre as condições de balneabilidade das praias e as causas da poluição que as afetam; criar um macro diagnóstico da balneabilidade, relativo ao monitoramento, ao tipo e à origem da poluição; e elaborar um roteiro de trabalho para auxiliar na atuação dos membros do MPF que atuam na zona costeira.

Para a consecução desses objetivos, e constatada a dificuldade em identificar e fazer contato com os órgãos responsáveis pelo monitoramento das praias em cada estado estabeleceu-se como estratégia de atuação a expedição de ofícios aos Membros do MPF oficiantes nas PRMs com atribuição sobre as cidades litorâneas, para que estes, mais a par e próximos da situação fática vivenciada em suas localidades, colhessem os dados necessários – a partir de questionário elaborado pelos Membros do Projeto - estabelecendo os contatos necessários com os órgãos responsáveis direta e indiretamente pelas condições de balneabilidade das praias.

O questionário busca informações acerca da existência de coleta de dados sobre a balneabilidade e qualidade das águas litorâneas (existência de plano estadual de gerenciamento costeiro da balneabilidade/qualidade das águas, além de normas instituidoras de tais planos; a responsabilidade pela coleta e análise de amostras, bem como sua periodicidade; identificar os parâmetros utilizados para avaliar a qualidade das águas salinas e dos métodos de amostragem e análise de águas; constatar qual o procedimento adotado se, pelo resultado da análise das amostras, verifica-se que uma praia

foi considerada imprópria para recreação de contato primário, bem como se tal fato ocorreu recentemente e quais as providências adotadas; avaliar a forma pela qual o cidadão tem acesso a informações sobre a balneabilidade das praias) e sobre o tratamento das águas residuais (existência de plano diretor de saneamento; modo de coleta de efluentes do município, responsabilidade pela coleta, destino dado aos efluentes, sistema de tratamento eventualmente adotado e a destinação das águas residuais e do iodo, após tal tratamento; forma pela qual o cidadão tem acesso a informações sobre o sistema de saneamento do município).



Reunião em abril de 2013
Foto: Ascom, PRR3/MPF

Além disso, foram solicitadas informações das PRMs, em questão, acerca da existência de ações ou procedimentos administrativos versando sobre a matéria em testilha.

Os ofícios às PRMs de todos os estados costeiros começaram a ser enviados em abril de 2013. Algumas respostas já foram recebidas, contudo, em face da quantidade de dados a serem coletados e de eventuais dificuldades no acesso às informações junto aos órgãos locais, uma boa parte ainda não apresentou a totalidade das informações solicitadas.

As respostas recebidas foram encaminhadas à Analista/Perita em engenharia sanitária da 4ª CCR Amy Vasconcelos de Souza, suporte técnico do Projeto, para tabulação e análise dos dados obtidos, estando previsto o início para fevereiro de 2014.

Deve-se considerar que a demora na análise desses dados gera impactos negativos no andamento dos trabalhos do Projeto como um todo, gerando atraso no relatório final a ser produzido.

De qualquer forma, em paralelo a esse levantamento de dados, os Membros do Projeto estão promovendo estudos quanto aos padrões internacionais de coleta de dados sobre a balneabilidade e qualidade das águas litorâneas, bem como sobre os diferentes índices adotados e melhores práticas para o adequado tratamento de águas residuais.

O Projeto Praia Limpa, por meio de ofícios expedidos pelo Coordenador da 4ª CCR, oficiou: 1) a Secretaria Executiva do Conama, solicitando informações acerca do atendimento das Resoluções do Conama nºs 274/2000, art. 8º, e 397/2008, artigos 2º e 3º; 2) a presidência do Ibama, solicitando o acesso “à consolidação das informações periódicas prestadas pelos órgãos de controle ambiental, referentes às condições de balneabilidade dos corpos d'água”, nos termos do artigo 11 da Resolução Conama nº 274/2000.

Até o momento, no entanto, não se tem notícia de eventual resposta aos questionamentos formulados.

Para o primeiro semestre de 2014 estima-se a apresentação de um diagnóstico das condições de balneabilidade do litoral brasileiro e o roteiro de atuação, com referências doutrinárias, de legislação (nacional e internacional), estudos técnicos e *leading cases*, que possam auxiliar os Procuradores oficiantes na matéria.

Atos do Colegiado

Enunciados

Em 2013, a Coordenação da 4ª CCR expediu os seguintes Enunciados:

- **Nº 16**, de 19/2/13 – Termos de Ajustamento de Condutas que envolvam acordos em valores ambientais significativos devem ser precedidos de audiência pública. (Renumerado para o número 22, de 12/11/13).
- **Nº 17**, de 12/3/13 – A promoção de arquivamento fundada na judicialização do feito deve ser instruída com cópia da respectiva petição inicial, de forma a se comprovar que o objeto do procedimento foi integralmente abordado.
- **Nº 18**, de 12/3/13 – A atribuição é do MPF sempre que houver ofensa a bem ou interesse da União, independentemente do órgão responsável pelo licenciamento.
- **Nº 19**, de 13/8/13 – Obras ou atividades localizadas na APA do Planalto Central não atraem, por si só, a atribuição federal.
- **Nº 20**, de 12/11/13 - As teses jurídicas em ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas pelo Ministério Público Federal, em questões relativas ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, deverão ser observadas nas proposições a respeito dos respectivos temas.
- **Nº 21**, de 12/11/13 – As Ações Cíveis Públicas relativas a meio ambiente e a patrimônio cultural deverão contemplar, em atenção ao princípio do poluidor-pagador, o repasse, pelo infrator, do custo administrativo do trabalho pericial.

- **Nº 22**, de 12/11/13 - Termos de Ajustamento de Conduta que envolvam valores monetários ou valores ambientais significativos devem ser precedidos de audiência pública.
- **Nº 23**, de 12/11/13 - Os valores oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta ou de acordos judiciais não estão sujeitos à remessa obrigatória ao Fundo Federal de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), à luz do art. 13 e §§ da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85). Constitui alternativa à remessa, a execução de projetos no local do dano pelo sistema da Caixa Econômica Federal (CEF), do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), sem prejuízo de outros.
- **Nº 24**, de 12/11/2013 - Os acordos deverão prever a vinculação dos empreendedores à sua execução.
- **Nº 25**, de 12/11/13 - O Ministério Público Federal não pode figurar como gestor nos contratos de repasse de valores provenientes de termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais, cabendo tal papel ao empreendedor e intervenientes.
- **Nº 26**, de 12/11/13 - Na seleção de projetos a serem beneficiados por valores provenientes de termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais, deverão ser prestigiados aqueles que mais se relacionem com a natureza e local do dano, que deu origem aos recursos, além da qualidade técnica do projeto, sendo conveniente que se busque contrapartida dos entes proponentes.

Portarias

Em 2013, a Coordenação da 4ª CCR expediu as seguintes portarias:

- **Nº 01**, de 7/3/13 – Altera a composição do Grupo de Trabalho da 4ª CCR – Pesca.
- **Nº 02**, de 15/2/13 – Altera a composição do Grupo de Trabalho da 4ª CCR – Amazônia Legal.
- **Nº 03**, de 15/2/13 – Dispõe sobre Grupos de Trabalho no âmbito da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.
- **Nº 4**, de 11/3/13 – Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Regularização Fundiária de Unidades de Conservação.
- **Nº 5**, de 12/4/13 – Elogio ao servidor Analista/Perito de Engenharia Florestal Marcos Cipriano Cardoso Garcia.
- **Nº 6** – Cancelada.
- **Nº 7**, de 10/5/13 – Dispõe sobre a criação e composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Mineração.
- **Nº 8** - Cancelada.
- **Nº 9**, de 10/5/13 – Moção de elogio à servidora Mirtes Magalhães Duarte, Analista/Perito em Biologia.
- **Nº 10**, de 23/5/13 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Praia Limpa.

- **Nº 11** – Cancelada.
- **Nº 12**, de 29/5/13 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Energia Nuclear.
- **Nº 13**, de 13/8/13 – Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Amazônia Legal.
- **Nº 14**, de 26/7/13 – Altera a composição do Grupo de Trabalho – Mineração.
- **Nº 15** – Cancelada.
- **Nº 16**, de 3/9/13 – Prorroga o prazo de duração do GT Regularização Fundiária em Unidades de Conservação.
- **Nº 17** – Cancelada.
- **Nº 18**, de 19/9/13 – Altera a composição do GT Fauna.
- **Nº 19**, de 24/9/13 - Altera a Portaria 4ª CCR nº 3, de 15 de fevereiro de 2013, que regulamenta os Grupos de Trabalho no âmbito da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.
- **Nº 20**, de 24/9/13 – Regulamenta a Coordenação Estadual da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.
- **Nº 21**, de 21/10/13 - Alterar a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Patrimônio Cultural.
- **Nº 22**, de 21/10/13 - Alterar a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Mineração.
- **Nº 23**, de 30/10/13 - Alterar a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Energia Nuclear.

Recomendação

Em 2013, a 4ª CCR expediu 2 Recomendações:

Recomendação nº 01/2013 - Ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Excelentíssimo Senhor Edison Lobão, que determine a realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica, a que se dê a devida publicidade, para que sejam esclarecidos os riscos e impactos ambientais relacionados à exploração do gás xisto, possibilitando que os órgãos competentes decidam, de forma fundamentada, sobre a conveniência da exploração dessa fonte de energia no Brasil.

À Diretora-Geral da ANA, a Chambriard, que suspenda a licitação de áreas para exploração e avaliação de Gás de Xisto, na 12ª Rodada prevista para outubro/novembro de 2013, até que concluída e dada a devida publicidade à Avaliação Ambiental Estratégica.

Recomendação nº 02/2013 – Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério da Cultura, ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Saúde para que promovam a adequação da Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011, que regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental.

Acompanhamento de Procedimentos Instaurados

Documentos Instaurados

Os presentes dados são relativos à temática da Câmara, sendo extraídos do Sistema Único por meio do Gerenciador de Consultas (Gcons), no qual consta na fonte de cada tabela o número do relatório e a especificação.

Em 2013 foram instaurados 5772 procedimentos: 1447 NFs, 2307 ICs, 606 PAs, 1365 PPs e 47 PICs, conforme apresentado na tabela 10. Comparativamente à 2012 ocorreu uma redução de 15,8% do total de procedimentos instaurados.

Tabela 10
Autos Administrativos instaurados por Estado

ESTADO	NFs		ICs		PAs		PPs		PICs		TOTAL		
	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	C	S	GERAL
AC	3	0	2	0	0	0	6	0	0	0	11	0	26
AL	29	0	19	0	0	0	23	0	1	0	72	0	114
AP	3	0	12	0	0	0	4	0	0	0	19	0	9
AM	16	0	67	0	7	0	26	0	0	0	116	0	83
BA	77	1	141	0	1	0	66	0	0	0	285	2	295
CE	30	0	111	0	47	0	110	0	4	0	302	0	339
DF	29	1	42	4	204	0	11	1	0	0	286	6	296
ES	65	1	58	0	11	0	37	1	0	0	171	2	214
GO	118	2	71	9	5	0	48	0	2	0	244	11	150
MA	22	0	33	1	0	0	29	0	1	0	85	1	98
MT	100	0	68	0	4	0	22	0	1	0	195	1	72
MS	8	0	27	1	18	0	19	1	0	0	72	2	54
MG	91	3	199	0	52	0	150	2	1	0	493	5	524
PA	17	1	105	1	4	0	53	0	0	0	179	3	347
PB	25	0	22	1	2	0	32	0	1	0	82	1	98
PR	20	2	122	0	5	14	82	0	1	0	230	19	329
PE	28	0	85	3	6	0	40	0	2	0	161	3	161
PI	8	0	10	0	0	0	1	0	0	0	19	0	31
RJ	223	8	304	2	34	105	194	1	8	0	763	117	1091
RN	19	1	51	0	18	0	53	0	3	0	144	1	232
RS	62	6	145	2	18	0	89	2	4	0	318	11	572
RO	21	1	38	3	1	0	3	0	0	0	63	5	64
RR	74	0	20	0	0	0	13	0	4	0	111	0	51
SC	138	0	256	0	29	0	103	0	1	0	527	0	578
SP	92	4	173	0	18	0	79	0	0	0	362	4	729
SE	16	0	68	0	3	0	45	0	0	0	132	0	107
TO	81	1	31	0	0	0	19	0	4	0	135	1	193
SUBTOTAL	1416	32	2280	27	487	119	1357	8	38	9	5577	195	5772
TOTAL	1447		2307		606		1365		47		5772		

Legenda: C – Com registro de grupo temário

S – Sem registro de grupo temário

Fonte: Relatório Gcons nº 7205 do Gerenciador de Consultas (Gcons) do Sistema Único.

Nota: Constatam 195 Autos Administrativos (AA) sem o registro do grupo temático, sendo: 32 NFs; 27 ICs; 119 PAs; 8 PPs e 9 PICs, no qual não se pode especificar em qual Câmara estão vinculados, podendo estar ou não no âmbito da 4ª CCR.

É possível que muitos dos PAs vinculados à 4ª CCR sejam, de fato, PPs, que ainda não foram ajustados após a alteração no Sistema Único, das classes de Autos Administrativos. Tal fato deve-se que até meados de 2013 as classes de Autos Administrativos adotados no Sistema Único eram as estabelecidas na Resolução nº 87 do CSMPF e, a partir de então, foram adotadas as classes previstas na Resolução nº 23 do CNMP.

A existência de 38 PICs no âmbito da 4ª CCR, que pela Resolução nº 20 do CSMPF, trata somente das questões cíveis relacionadas ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, ocorre porque o Sistema Único não limita a vinculação de Auto Administrativo a apenas uma Câmara Temática. Em matéria ambiental, apesar de, em regra, um mesmo fato implicar em providências tanto cíveis quanto penais, algumas Unidades cadastram apenas um procedimento para tratar desses dois aspectos. Outras vezes, apesar de instaurarem procedimentos diversos fazem a vinculação a todas as Câmaras que entendem possuir interesse no objeto em apuração. Cabe esclarecer, que muitos dos ICs, PPs e NFs vinculados à 4ª CCR, encontram-se também vinculados à 2ª CCR (Criminal e Controle Externo da Atividade Policial).

A maior parte das instaurações procedem da Região Sudeste (33,2%), em seguida a Nordeste (22,5%), com um aumento significativo comparativamente à 2012, e mais abaixo Norte (11,3%) e Centro-Oeste (8,3%), conforme o Gráfico 9.

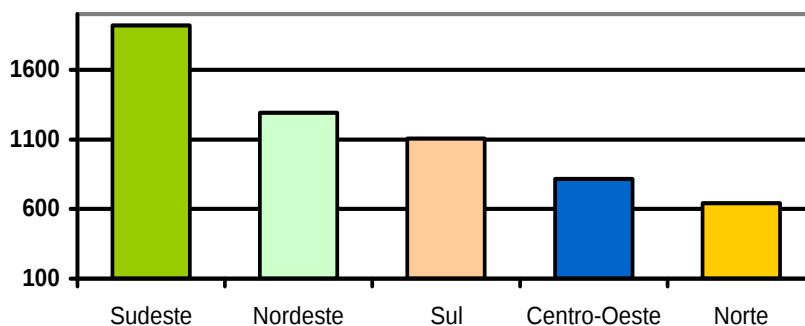


Gráfico 9 – Autos Administrativos instaurados por Região

Em pesquisa efetuada no Sistema Único, no âmbito da 4ª CCR, obteve-se o total de 667 Recomendações efetuadas, sendo o Estado do Rio de Janeiro o que mais publicou recomendações em 2013, conforme Tabela 11. Comparativamente ao ano de 2012, ocorreu um crescimento de 88,9% de Recomendações efetuadas.

Tabela 11**Recomendações por Estado**

ESTADO	TOTAL
AC	5
AL	2
AP	19
AM	47
BA	16
CE	17
DF	8
ES	16
GO	4
MA	11
MT	32
MS	9
MG	26
PA	20
PB	78
PR	14
PE	4
PI	16
RJ	139
RN	8
RS	22
RO	67
RR	4
SC	46
SP	34
SE	3
TO	0
TOTAL GERAL	667

Fonte: Relatório nº 7208 do Gerenciador de Consultas (Gcons) do Sistema Único.

Nota: Excluídas as ocorrências:PGR(2) e PFDC(1).

As ACPs ajuizadas em 2013 na temática da Câmara totalizam 623 (seiscentos e vinte e três), sendo o Estado de São Paulo o que mais ajuizou, conforme Tabela 12.

Tabela 12**ACPs por Estado**

ESTADO	TOTAL
AC	0
AL	1
AP	0
AM	34
BA	17
CE	36
DF	2
ES	4
GO	2
MA	34
MT	24
MS	8
MG	33
PA	87
PB	0
PR	6
PE	5
PI	1
RJ	33
RN	4
RS	14
RO	14
RR	1
SC	71
SP	148
SE	40
TO	4
TOTAL GERAL	623

Fonte: Relatório Gons 7211-CCR/PFDC. AJ/IPL. Propositura por UF. Sintético, datado de 11/3/2014.

Os TACs firmados em 2013 na temática da Câmara totalizam 166 (cento e sessenta e seis), sendo o Estado de Minas Gerais o que mais instaurou, conforme Tabela 13. Comparativamente ao ano de 2012, ocorreu um crescimento de 225,5% de TACs firmados.

Tabela 13
TACs por Estado

ESTADO	TOTAL
AC	0
AL	0
AP	0
AM	2
BA	2
CE	1
DF	2
ES	1
GO	0
MA	0
MT	6
MS	32
MG	36
PA	6
PB	2
PR	13
PE	0
PI	0
RJ	25
RN	2
RS	6
RO	3
RR	0
SC	7
SP	8
SE	10
TO	2
TOTAL GERAL	166

Fonte: Relatório Gons 7208–CCR/PFDC.
A.A. Produtividade Extrajudicial.
Tipo Doc e objetivo. Sintético,
datado de 27/1/2014.

Publicações

Informativo Eletrônico

Com a recente reestruturação administrativa da PGR, a Secretaria de Comunicação passou a contar com uma equipe de assessores para atender especificamente às Câmaras de Coordenação e Revisão, bem como a Vice-Procuradoria Geral Eleitoral e as Assessorias do Procurador-Geral da República.

Assim, a periodicidade e o formato do Boletim Informativo foram alterados sendo, desde março de 2013, um boletim com seleção quinzenal realizado com as principais notícias publicadas relativas à temática da Câmara.

O acesso ao Boletim Informativo dá-se pelo seguinte link:
<http://4ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/revista/revista/>



BOLETIM INFORMATIVO

Seleção quinzenal realizada pela 4ª Câmara com as principais informações publicadas no site e na intranet nacional

Notícias Internas (acessíveis apenas dentro da rede do MPF)

- 24/10/2013 - Subprocurador-geral da República representa MPF na 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente

Notícias externas

- 29/10/2013 - MPF/RJ, Marinha e ICMBio apresentam soluções para tornar Estação Ecológica de Tamoios mais visível aos navegantes
- 28/10/2013 - MPF/MG questiona Kinross sobre impactos resultantes da produção de ouro em Paracatu
- 24/10/2013 - Subprocuradora-geral da República critica trechos da LC 140/2011 sobre licenciamento ambiental
- 22/10/2013 - MPF/ES quer a retirada dos quiosques irregulares da orla de Anchieta
- 22/10/2013 - Ataque de tubarão é tema de audiência pública realizada pelo MPF/PE e MPPE
- 18/10/2013 - Encontro de procuradores da República define atuação ambiental do MPF na Amazônia
- 18/10/2013 - Frigorífico Tangará faz acordo com MPF/RO para não adquirir carne ilegal
- 17/10/2013 - MPF/SP pede que Cetesb reveja licenciamentos ambientais na Serra da Mantiqueira
- 17/10/2013 - MPF/MG: TRF1 obriga demolição de três casas construídas às margens do rio Paranaíba
- 16/10/2013 - MPF/SC abre processo de seleção de projetos de preservação ambiental em Joinville

Dê sua opinião! Envie críticas, elogios ou sugestões para 4camara@pgr.mpf.gov.br



Manual dos Grupos de Trabalho da 4ª CCR

Com o objetivo de apresentar diretrizes às atividades dos Grupos de Trabalho (GTs), baseadas na regulamentação prevista na Portaria 4ª CCR nº 19, foi aprovado pelo Colegiado da Câmara o Manual dos Grupos de Trabalho, no qual são especificadas orientações para a sua criação, composição e encerramento; o mandato, a substituição e as atribuições dos coordenadores; de esquematização e periodicidade das suas reuniões; ao suporte fornecido pela Câmara; e para a instauração de procedimentos administrativos no âmbito dos GTs.

O documento está disponível no link:

<http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/roteiros-da-4a-ccr/manual-dos-grupos-de-trabalho>



Roteiro de Cadastramento de Documentos

Entre as atividades no exercício da função de Coordenação atribuída às Câmaras, é fundamental gerar relatórios que possibilitem traçar uma estratégia de atuação eficaz, com a implementação de mecanismos de coordenação que levem em conta as realidades e peculiaridades de cada região.

O Sistema Único permite que sejam extraídos os relatórios e as estatísticas sobre a atuação Institucional. Por esta razão, é imprescindível que o cadastramento e movimentação dos documentos e procedimentos, administrativos, extrajudiciais e judiciais, sejam realizados da maneira correta.

Assim, pela necessidade de atualizar as orientações apresentadas na Cartilha da 4ª CCR sobre “Inquéritos Cíveis em Matéria Ambiental e Patrimônio Cultural”, como também pela edição de vários novos Enunciados da 4ª CCR, e adaptando-se a nova realidade vivenciada pelo MPF pela implantação do Sistema Único, a 4ª CCR elaborou o Roteiro de Cadastramento de Documentos.

O acesso ao Roteiro citado dá-se pelo seguinte link:
http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/roteiros-da-4a-ccr/copy_of_Roteiro4CCR.pdf



Sítio Eletrônico

O conteúdo do sítio eletrônico foi totalmente revisado, atualizado e reorganizado, com objetivo de facilitar a navegação do usuário.

O trabalho, resultado de esforço conjunto entre a 4ª Câmara e a Secretaria de Comunicação Social, funciona sobre uma versão mais atual do gerenciador Plone, o que torna a atualização de conteúdo mais ágil e intuitiva.

Na área central, o usuário encontra notícias (escritas pela área de Comunicação Social do MPF) e informes (produzidos pela própria Câmara). Além disso, acima das notícias, há espaço para um *banner* principal, que será usado de forma alternada para destacar informações momentaneamente importantes.

Pelo menu esquerdo, dividido em quatro grandes grupos (Institucional, Atuação, Documentos e Área Restrita), é possível chegar a todos os demais conteúdos. A coluna da direita é

reservada a *banners* que dão acesso direto às áreas mais acessadas e a outros destaques que sejam necessários.

No topo do site, há uma área de busca, que permite ao usuário realizar pesquisas textuais. O sistema tem capacidade de encontrar expressões, inclusive, dentro de documentos que tenham sido indexados (desde que não seja uma imagem, como um PDF escaneado).

O endereço de acesso é: <http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/>

MPF
Ministério Público Federal
Seu direito, nosso dever.

4ª Câmara de Coordenação e Revisão
Meio Ambiente & Patrimônio Cultural

Buscar no Site

Você está aqui: Página Inicial

Institucional

- Composição
- Grupos de trabalho

Atuação

- Atos do colegiado
- Eventos
- Acordos, cooperação e parcerias
- Publicações

Documentos

- Portarias
- Base de dados
- ADIs
- Tratados e convenções
- Manuais e roteiros
- Formulários
- Links interessantes

Área restrita

- Aptus
- BDIT
- Único
- Wiki MPF

ROTEIRO CADASTRAMENTO E TRÂMITE
Documentos e Autos Administrativos

MANUAL GRUPOS DE TRABALHO

MPF em defesa das unidades de conservação

Notícias

- 11/03/2014 - MPF/RJ denuncia extração irregular de areia em Duque de Caxias
- 11/03/2014 - Obtida liminar que obriga usinas do Madeira a refazer estudos de seus impactos
- 10/03/2014 - MPF/RJ assina acordos para demolição de 64 quiosques na Região dos Lagos
- 10/03/2014 - Liminares proíbem construção em áreas irregulares na Barra dos Coqueiros (SE)
- 07/03/2014 - MPF/RO: comunidades devem ter novas audiências sobre aumento da cota da Usina de Santo Antônio
- 07/03/2014 - MP, OAB e Defensoria pedem suspensão de atividades das usinas do Madeira
- 06/03/2014 - PRR1 obtém nova liminar que paralisa construção da BR-421, em Rondônia

[Leia mais...](#)

Informes

- 30/07/2013 - Procuradores de Mato Grosso decidem nomes para fazer parte da 4ª CCR
- 30/07/2013 - MPF/RS: Justiça suspende obras do cais do porto de Rio Grande

Enunciados

Grupos de trabalho

Manuais e roteiros

Formulários

Peritos

Para o Cidadão

- Consulte
- Opine
- Denuncie
- Peça Informações

Mapa da atuação do MPF

Sua ideia se encaixa aqui

SAF Sul Quadra 4 Conjunto C – Brasília/DF – CEP 70050-900 – PABX: (61)3105-5100

Impulsionado por Plone e Python

[Mapa do Site](#) [Acessibilidade](#) [Contato](#)

Outras Atividades

Tabela 14
Reuniões e eventos com a participação do Coordenador da 4ª CCR

F E V E R E I R O	20	Instrutor no Curso de Ingresso e Vitaliciamento do MPF- CIV.
	28/2 e 1º/3	. Encontro da 4ª CCR no Paraná . Reunião do GT Amazônia em Brasília
M A R Ç O	6 a 8	Audiência no STF sobre os Efeitos dos Campos Eletromagnético de linhas de transmissão de energia.
	8	Reunião com o GT Regularização Fundiária de Unidades de Conservação em Brasília.
	12	Reunião do GT Transgênicos em Brasília.
	18	. Reunião do GT Águas em Brasília. . Reunião com o GT Licenciamento de Grandes Empreendimentos em Brasília.
	19	Reunião com o Dr. Roberto Ricardo Vizentin, Presidente do ICMBio; Coordenadora da 6ª CCR, Drª Deborah Duprat e Dr. Darlan Ailton Dias, da PRM Criciúma/SC.
	21/22	Encontro Estadual da 4ª CCR em Santa Catarina.
	25	Reunião do GT Amazônia Legal, em Brasília.
A B R I L	3	Reunião com a Delegação do MP de Moçambique e acompanhamento à Visita Técnica ao Parque Nacional de Brasília.
	8	Reunião com o Secretário Geral do MPF sobre Orçamento e Ordenamento Administrativo Institucional.
	10	. Reunião com Representante da ONG Conservação Nacional sobre a Pesca no litoral Brasileiro e o risco de sobrepesca. . Reunião com os Coordenadores da PFDC e da 5ª CCR, sobre a Proposta de criação de GT Intercameral de Defesa Permanente contra a Seca no Nordeste. . Reunião com diretores da Suzano Papel e Celulose, por solicitação da empresa.
	17	Reunião do Concauma: Apresentação do Projeto Florestar; proposta de atuação frente à incineração de resíduos; ADINs do Código Florestal; outros assuntos.
	17 a 19	XIII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, organizado pela Abrampa, realizado em Vitória (ES).
	23	Audiência no STF sobre a queima da cana-de-açúcar.
	24	Reunião da Comissão Permanente de Gestão do Patrimônio Documental (GPAD).
	25 e 26	. Reunião do GT Pesca em Brasília. . Apresentação do Atlas do MPF, desenvolvido pela 4ª CCR, no Seminário sobre a Lei de Acesso à Informação, promovido pela Secretaria-Geral do MPF.
	29	. Aula inaugural do Curso sobre o novo Código Florestal, realizado pela área de Capacitação da PGR por solicitação da 4ª CCR.

M A I O	7	Audiência Pública no STF com o Ministro Luís Fux sobre as ADIs do novo Código Florestal.
	8	Reunião sobre a Plataforma de Cenários Energéticos.
	10	Reunião com o GT Valoração da 4ª CCR e Dr. João Akira Omoto, Procurador da República em Londrina.
	23 e 24	Participação no Seminário Nacional sobre Política Energética Brasileira promovido pelo Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social.
J U N H O	3	Palestra “O Futuro do Licenciamento na visão do MPF”, no 8º Congresso de Direito Ambiental dos países de Língua Portuguesa e Espanhola, promovido pelo Instituto Por um Planeta Verde.
	4	. Reunião no MP/SP sobre a proposta de Audiência Pública no STF a respeito do novo Código Florestal . Reunião com o GT Licenciamento Ambiental de Grandes Empreendimentos da 4ª CCR no Rio de Janeiro.
	5 e 6	Participação no 1ª <i>Workshop</i> : “Gestão e Negociação de Conflitos”, promovido pela PR/RJ com o apoio da 4ª CCR, no Rio de Janeiro.
	6 e 7	Encontro Estadual da 4ª CCR – Rio de Janeiro e Espírito Santo, na Cidade do Rio de Janeiro.
	13 e 14	Encontro Regional da 4ª CCR – Região Nordeste, na Cidade de Recife.
	24	Reunião sobre a Resex Riozinho do Anfrísio, localizada no Município de Altamira/PA, com a Procuradora da República Drª Thaís Santi, o Presidente do ICMBio, o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal e os representantes do Instituto Socioambiental (ISA).
	25	Participação na abertura da Semana do Meio Ambiente da PGR.
A G O S T O	27	Reunião com o GT Mineração. Apresentação do novo marco regulatório da mineração pelo MME.
	1 e 2	Reunião com o GT Regularização Fundiária de Unidades de Conservação em Brasília.
	8	Cerimônia de Assinatura do TAC com o Incra, promovido pelo GT Amazônia Legal.
	9	Encontro Estadual da 4ª CCR em Salvador.
	15 e 16	Encontro Regional da 4ª CCR – São Paulo e Mato Grosso do Sul, em São Paulo.
	20	Reunião da Comissão Permanente de Gestão do Patrimônio Documental.
	28	Reunião com os Membros Aldirla Albuquerque da PRM/Araguaína, Tranvanvan Feitosa da PR/PI, Paulo Sérgio da PRM Imperatriz, Alexandre Soares da PR/MA sobre empreendimentos da Suzano Papel e Celulose, para traçar estratégia de atuação institucional.
S E T E M B R O	30	Sobrevoo no litoral sul de Santa Catarina, a convite da PR/SC, para verificação de danos ambientais e participação em audiência pública sobre os efeitos na saúde humana decorrentes da poluição por carvão mineral.
	20	Reunião com membros da CTNBio e do Grupo de Estudos de Agrobiodiversidade (GEA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a presença do Representante do MPF na CTNBio, Dr. Carlos Alberto de Vilhena, Procurador Regional da República na 1ª Região e da Coordenadora do GT 4ª CCR - Transgênicos, Drª Fátima Aparecida Borghi, Procuradora Regional da República da 3ª Região.

O U T U B R O	2	Participação no Painel “Os desafios e as propostas para o Licenciamento Ambiental” no Seminário “Licenciamento Ambiental: da Resolução 01/86 aos dias atuais”, promovido pelo Conama.
	3 e 4	Debatedor na 2ª Conferência Brazil Energy Frontiers sobre o tema “Setor Elétrico e as Novas Fronteiras Globais”, no painel “Energia, comunidades locais e povos tradicionais: participação e inclusão”.
	7	Reunião com Membros do MPF, representantes da Sociedade Civil e Deputados Federais sobre Suspensão de Segurança.
	10 e 11	Encontro Estadual da 4ª CCR do Rio Grande do Sul .
	14	Reunião com Membros do MPF sobre a Destinação de Recursos Provenientes de TACs.
	15	Reunião com o Procurador-Geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Dr. Tiago do Monte Macedo e o Chefe de Gabinete da ANP, Dr. Sílvio Jablonski e a Dra. Sandra Cureau, sobre a Recomendação nº 1/2013 – 4ª CCR referente ao Gás Xisto.
	17 e 18	Encontro Regional da 4ª CCR – Amazônia.
N O V E M B R O	24	. Reunião com representantes do Instituto Nacional de Resíduos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. . Participação na Mesa de Abertura da Conferência Nacional do Meio Ambiente promovida pelo MMA.
	6	Reunião do GT Meio Ambiente do CNMP.
	7	Reunião sobre plataforma Dhesca – Comperj.
	18	2ª Reunião sobre Suspensão de Segurança.
	21	Diálogo Público: a governança das Unidades de Conservação no bioma Amazônia promovido pelo TCU
	27	Reunião com ANP e Dr. Marcus Marcelus, Procurador da República na PR/DF, sobre a Recomendação a respeito do Gás Xisto.
D E Z E M B R O	28 e 29	Encontro Regional da 4ª CCR dos Estados Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal na Procuradoria da República em Minas Gerais.
	2 a 6	Visita à Unidade de Conservação Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho no Estado do Pará juntamente com o GT Regularização Fundiária em Unidades de Conservação.
	12	Audiência Pública promovida pela 4ª CCR “Pedidos de liberação comercial de milho e soja transgênicos tolerantes ao herbicida 2,4-D.”

Atividades de Perícia

Integram a Assessoria Pericial os Núcleos de Perícia em Biologia; em Engenharia Florestal e Agronomia; em Geologia e Geografia; em Engenharia Sanitária, Civil e Química; e em Patrimônio Cultural.

Atividades Desenvolvidas

As demandas por análises documentais, realização de vistorias, participação em audiências públicas, reuniões e outras, em 2013, resultaram na elaboração de 387 Informações Técnicas (ITs) sendo 265 Pareceres Técnicos (PTs), 5 (cinco) dos quais em conjunto com outras Procuradorias nos Estados; 41 Laudos Técnicos (LTs), sendo um em conjunto com outra Procuradoria da República; 2 (duas) Notas Técnicas (NTs) e 79 Relatórios Técnicos (RTs), sendo um em conjunto com a PR/DF.

Salientamos que no ano de 2013, 6 (seis) PTs elaborados foram classificados no tema “Outros”, por não serem assuntos afetos à matéria de atuação da Câmara.

Na comparação com o ano anterior, ocorreu um aumento na produção de Informações Técnicas de 22,1%, conforme tabela abaixo:

Tabela 15
Produção de Informações Técnicas em 2012 e 2013

Descrição	2012	2013
ITs elaboradas	317	387

Registrou-se a entrada, em 2013, de 427 PAs, ICPs e ACPs para análise pericial. Esse número, somado aos 47 procedimentos não atendidos até o exercício anterior, totaliza 474 solicitações. Dessas, 387 foram atendidas, conforme anteriormente apresentado, restando pendentes 87 solicitações.

As Tabelas 16 e 17 apresentam o detalhamento dos Pareceres, inclusive os elaborados em conjunto com outras Procuradorias da República, Laudos Técnicos e Notas Técnicas, não sendo computados os Relatórios Técnicos por não demandarem análise documental nem emissão de opinião técnica, constituindo assim documentos que não caracterizam a atuação da área técnica da 4ª CCR. Tais documentos foram classificados conforme tabela unificada do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) por assunto/tema.

Ressalta-se a relevante contribuição do corpo de peritos, prestando assessoramento aos Membros nos trabalhos relacionados ao Novo Código Florestal, a valoração de danos ambientais, ao acompanhamento do processo de definição das políticas culturais, a energia eólica, ao marco regulatório de mineração, apoio técnico aos Grupos de Trabalho da 4ª CCR e nas diligências do Colegiado para deliberação sobre promoção de arquivamento.

Os assuntos com maiores demandas para análise técnica na área de meio ambiente, como nos anos de 2010 a 2012, foram o de Licenciamento Ambiental e Espaços Territoriais Especialmente Protegidos (ETEP), como demonstrado na Tabela 16. Para a área de patrimônio cultural mostram-se equivalentes os temas patrimônio arqueológico e o patrimônio arquitetônico, na matéria referente a bens imóveis e monumentos (Tabela 17).

Tabela 16
Laudos Técnicos (LTs), Notas Técnicas (NTs) e
Pareceres Técnicos (PTs) elaborados em matéria de meio ambiente

Tema	LT	NT	PT	Total
Biossegurança e Organismos Transgênicos	0	0	1	1
ETEP	8	0	50	58
Fauna	4	0	5	9
Flora	1	0	4	5
Gestão Ambiental	0	0	5	5
Licenciamento Ambiental	13	1	54	68
Mineração	3	0	10	13
Ordenamento Territorial	1	0	9	10
Poluição	6	0	18	24
Produtos Controlados	0	0	2	2
Recursos Hídricos	1	0	5	6
Saneamento	2	0	14	16
Total	39	1	177^(*)	217

Nota: ^(*) Não computados os PTs classificados em Outros, que totalizam o número de 6 (seis).

Tabela 17
Laudos Técnicos (LTs), Notas Técnicas (NTs) e
Pareceres Técnicos (PTs) elaborados em matéria de patrimônio cultural

Tema	LT	NT	PT	Total
Patrimônio Arqueológico	0	0	27	27
Patrimônio Arquitetônico	1	0	39	40
Patrimônio Imaterial	0	1	2	3
Patrimônio Móvel	0	0	3	3
Patrimônio Natural	1	0	4	5
Patrimônio Ferroviário	0	0	7	7
Total	2	1	82	85

Nota: ^(*) Não computados os PTs classificados em Outros, que totalizam o número de 6 (seis).

O Gráfico 11 apresenta o total de Laudos Técnicos, Notas Técnicas e Pareceres Técnicos elaborados conforme a região de origem da demanda, sendo a Região Nordeste a que mais requereu análise técnica, com 32,6%. Comparativamente aos anos de 2011 e 2012 ocorreu uma mudança na região solicitante, na qual era a Região Sudeste, passando a ser a Nordeste, e com um aumento no número de solicitações, uma vez que a média era de 28,2%.

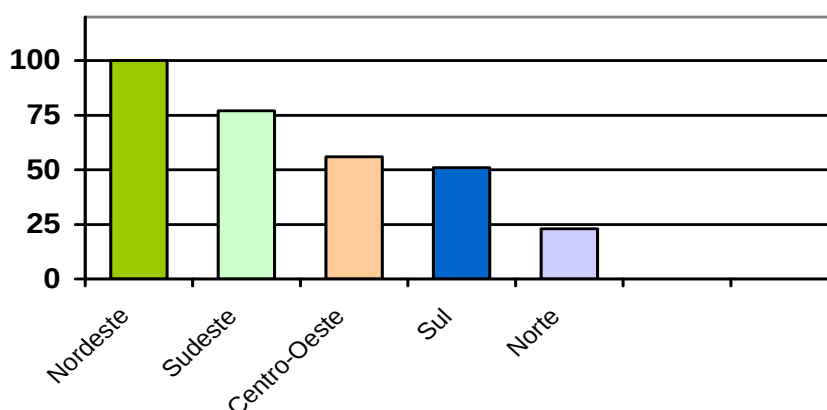


Gráfico 10 - Laudos Técnicos (LT), Notas Técnicas (NT) e Pareceres Técnicos (PT) por região

Registram-se alterações ocorridas no quadro de analistas/peritos, quais sejam: um na área de Engenharia Florestal licenciado para acompanhamento de cônjuge e um em Engenharia Química em afastamento para curso de formação.

Atendendo à solicitação da Coordenação da 4ª CCR, acerca da localização geográfica das Unidades de Conservação (UCs) Federais de Posse e Domínio Público (PDP) em relação à abrangência municipal das unidades do MPF, foi realizado um levantamento específico, no qual a sua consolidação proporcionou a criação de importante subproduto para atender demanda do Grupo de Trabalho de Regularização Fundiária de Unidades de Conservação. Assim, desenvolveram-se esforços de pesquisa e processamento para gerar um banco de geodados e mapas acessíveis ao MPF. Tal subproduto foi denominado de Atlas para o MPF **de informações geográficas**, que foi desenvolvido no âmbito do Projeto – Cultura e Inteligência Geoespacial (Pro-GiG) desenvolvido na 4ª CCR, por meio de tecnologia de geoprocessamento, e descreve um esforço inicial em busca da produção de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) do MPF.

O Atlas possui dois objetivos principais:

. permitir aos públicos interno e externo o conhecimento da geografia institucional de modo transparente e acessível em plataformas livres;

. contritribuir para diagnósticos, pesquisa, planejamento, controle e comunicação estratégicos em face dessa informação relevante e centralizada.

O Atlas do MPF é um primeiro passo para a elaboração de um Sistema de Informação Geográfica para o MPF, que ampliará a possibilidade de diagnósticos e prognósticos espaciais.

A equipe que o elaborou foi composta de três estagiários em Geografia sendo supervisionados pelo Analista/Perito em Geografia Valdir Carlos da Silva Filho.

O Atlas para o MPF foi apresentado, pelo supervisor do trabalho, no 1º Seminário sobre Acesso à Informação, realizado entre os dias 25 e 26 de abril de 2013, em Brasília, e ressaltamos, como já apresentado, que ganhou o Prêmio dos Projetos Premiados pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na categoria Profissionalização da Gestão.

Impulsionando a troca de conhecimentos, o Analista Pericial em Biologia Carlos Alberto de Sousa Correia, participou como palestrante no I Seminário de Direito Ambiental do MPF realizado pela Procuradoria da República em Sergipe, evento comemorativo ao Dia Internacional do Meio Ambiente. O tema foi “a importância da preservação dos manguezais”, e objetivou a formação de operadores do Direito, estudantes e professores universitários das áreas correlatas, sociedades civil. Também, palestrou Dr. Fábio Nesi Venzon, Procurador da República no Rio Grande do Norte, sobre o novo Código Florestal – licenciamento ambiental em área de mangue.

Os analistas peritos realizaram atividades externas, como vistorias, reuniões, que resultaram em 234 viagens. Também participaram de 34 eventos externos, como cursos, congressos, seminários, objetivando o aperfeiçoamento profissional, conforme tabela 18:

Tabela 18
Participação dos Analistas/Peritos em
treinamentos no ano de 2013

Evento	Número de participantes
1 - Georreferenciamento de Imóveis Rurais, entre 28/09/2012 e 16/02/2013. 400 horas.	2
2 - Língua Portuguesa e Redação Oficial. 13/12/2012 a 5/4/2013. 60 horas.	2
3 - Curso de inglês instrumental.	1
4 - Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa. 25/02 a 15/03/2013. 20 horas.	4
5 - Novos Tempos. Novas Competências. 20/03/2013. 1,5 horas.	3
6 - II seminário Internacional Brasil-Espanha: a experiência espanhola e a aplicação do SMC-Brasil no apoio à gestão da costa brasileira. 03/04/2013. 8 horas.	1

7 - Curso Gerenciamento de Projetos por Ensino a Distância (EaD) - PGR. 8/4 a 20/5/2013. 60 horas.	2
8 - Seminário 25 anos da Constituição Federal e a Proteção dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos. 11/04/2013. 7 horas.	1
9 - Patologia de Estruturas e Edificações. 11 a 13/04/2013. 24 horas.	1
10 - Língua Portuguesa. Módulo Avançado. 17/04 a 09/05/2013. 24 horas.	3
11 - I Seminário de Acesso à Informação no MPF. 25 e 26/04/2013. 10 horas.	1
12 - Aspectos Técnicos do Novo Código Florestal. 29 e 30/04/2013. Lei 12.651/2012. 16 horas	20
13 - Oficina Básica de Fotografia com Ênfase de Perícia. 13 a 24/05/2013. 14 horas	20
14 - Palestra "A Atuação do arqueólogo no MPF para proteção do patrimônio cultural" como parte da Programação do "V Encontro de Arqueologia do Mato Grosso do Sul" entre os dias 14 a 17/05/2013. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Despesas pagas pela Universidade.	1
15 - Processos Técnicos e de Negócios da Petrobras. 20/05 a 03/07/2013. 78 horas.	1
16 - Arquivemória 4 – Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado. 14 a 17/05/2013. 40 horas	1
17 - Curso Básico de Finanças Pessoais. 11 e 12/06/2013. 16 horas.	1
18 - Técnicas de Investigação de Áreas Contaminadas – 17 a 21/06/2013. 40 horas.	1
19 - Curso "Conhecendo o Wiki do MPF" a distância - PGR. 24/6 a 5/7/2013. 15 horas.	1
20 - Qualidade de Vida no Trabalho. 15/07/2013 a 30/08/2013. ESMPU. 60 horas.	1
21 - Biotecnologia Aplicada à Agropecuária - UnB/Embrapa Cerrados. 01/07 a 12/07/13. 60 horas.	2
22 - BrOffice Básico. 08 a 15/07/2013. 20 horas.	3
23 - Sistema Único – Módulo Administrativo. 08 e 09/08/2013. 8 horas	4
24 - Palestra Servidor: O Capital Humano nas Organizações Públicas. 13/08/2013. 2 horas.	1
25 - 27º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Abes. Goiânia de 15 a 19/9/13.	5
26 - Curso "Sensoriamento Remoto II" a distância - 19/8 a 28/10/13. 80 horas	2
27 - Prevenção e Controle da poluição do solo e das águas subterrâneas, ministrado pela Cetesb, entre 19/08 e 23/08/2013. 40 horas.	1
28 - Participação do XVII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Município de Aracaju, SE. Despesas pagas pelo MPF. 25 a 30/08/2013.	1
29 - Curso de aperfeiçoamento "Direito do Patrimônio Cultural". ESMPU. 27/08 a 14/10/2013. 60 horas.	1
30 - Participação de mesa-redonda "Ditadura e Arqueologia". Diretório Acadêmico da Universidade Federal de Rio Grande/RS. Programação da 5ª Semana de Arqueologia da FURG. 03 a 05/09/2013.	1
31 - 11º Congresso Brasileiro do Magistado Superior de Direito Ambiental promovido pela APRODAB. Realizado na ESMPU, em Brasília, nos dias 4 e 6 de setembro.	3
32 - Curso Avançado de Espanhol. 13/09 a 13/12/2013.	1
33 - Introdução à Gestão de Acervos Bibliográficos Especiais em CT&I". 18 a 20/09/2013. 22 horas.	1
34 - Curso Geoprocessamento e análise espacial. 30/09 a 04/10/2013. 40 horas.	1

Atividades Administrativas

A Assessoria Administrativa da 4ª CCR atua nas seguintes atividades:

Acompanhamento da execução orçamentária do exercício de 2013 e elaboração da proposta orçamentária para 2014 e 2015.

Sugestão e implementação de melhorias em rotinas operacionais do Sistema Único, visando agilizar e padronizar a tramitação de documentos/processos judiciais, extrajudiciais e administrativos.

Execução das atividades rotineiras voltadas à recepção/expedição/arquivamento de processos e documentos, prestação de informações sobre tramitação de documentos e processos, elaboração de despachos, ofícios e memorandos, autuação de processos, publicação de portarias, credenciamento de novos servidores e estagiários, elaboração da logística necessária à realização de encontros regionais e estaduais, reuniões de grupos de trabalho, entre outros.

Guarda e controle do suprimento de materiais de expediente, gestão do mobiliário e dos equipamentos em uso na 4ª CCR.

Controle e requisição de transporte de Membros e Servidores em veículos oficiais.

Atendimento, cadastramento e acompanhamento de solicitações de viagens a serviço demandadas por Membros e servidores do MPF, em razão de reuniões de grupos de trabalho, encontros regionais e estaduais, realização de perícias e vistorias, participação em eventos diversos, treinamentos, reuniões técnicas, audiências públicas, entre outros.

Em 2013, por meio de sistema próprio, foram autorizadas 543 viagens a serviço, com respectivo pagamento de 1.837 diárias para Membros e Servidores lotados na 4ª CCR e nos estados.

Coordenação das atividades de logística e organização dos eventos promovidos pela Câmara, a saber: 4 (quatro) Encontros Estaduais, 5 (cinco) Encontros Regionais e 1 Audiência Pública, totalizando 10 eventos.

Os servidores lotados na Assessoria Administrativa participaram de cursos, objetivando o aperfeiçoamento profissional, conforme tabela 19:

Tabela 19
Participação em treinamentos pelos servidores
da Assessoria Administrativa no ano de 2013

Evento	Número de participantes
1 - Autoriza – Concessão de Acesso ao Sistema Único. 9/9/2013. 4 horas.	1
2 - Língua Portuguesa e Redação Oficial. 13/12/2012 a 5/4/2013. 60 horas.	1

